UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PEDRO IEMMA MEIRA

Posições de classe e modos de vida em uma cidade interiorana

São Paulo
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Posições de classe e modos de vida em uma cidade interiorana

Pedro Iemma Meira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Prof. Dr. Brasílio João Sallum Jr.

São Paulo
2009

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. _____

_____

Prof. Dr. _____

_____

Prof. Dr. _____

À memória do amigo
Carlos Augusto de Almeida Jr.,
exemplo de vida e dedicação

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Brasílio Sallum Jr., pela paciência e dedicação durante todo o processo de elaboração desta dissertação de mestrado. Seus elogios e incentivos, e principalmente suas críticas e sugestões, foram fundamentais para que este trabalho pudesse ser concluído.

Agradeço também aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação, por toda a ajuda e incentivo que me deram para trilhar esse caminho que compartilhávamos, e também aos funcionários do Departamento de Sociologia, sempre solícitos e dispostos a resolver qualquer problema. Ao colega Edison Bertoncelo, agradeço pelas inúmeras dicas, e ao Prof. José Alcides Figueiredo Santos, pelo envio de seus arquivos, que foram muito importantes para a elaboração do esquema de posições de classe. Aproveito para agradecer também ao pessoal do Centro de Estudos da Metrópole, que me ajudou com muitas dicas e ensinamentos sobre georreferenciamento.

Agradeço aos professores Ângela Alonso e Eduardo Marques, pelas críticas e idéias, muito úteis, que deram na ocasião do exame de qualificação. Agradeço também aos professores que aceitaram o convite para participar da minha defesa de mestrado, pela paciência, pelos elogios e pelas críticas, sempre bem-vindas.

Serei também eternamente grato aos meus pais, que por meio de seu esforço puderam me proporcionar as condições necessárias para que eu pudesse chegar à universidade, à pós-graduação e agora, a pleitear o título de mestre. Agradeço também ao meu irmão e a toda a minha família, pois tenho certeza que, sem seu apoio, esse caminho teria sido muito mais difícil.

Agradeço a todos os amigos, pelas palavras de estímulo e pela compreensão nos momentos em que tive que me ausentar para me dedicar ao mestrado, especialmente aos meus “irmãos”, Diego, Otávio e João e todo o pessoal da “Turma da Escada”, ao pessoal da Várzea, aos companheiros do judô e todos os demais.

Agradeço ainda, de forma especial, à minha esposa Ana, por todo seu carinho, incentivo e compreensão incondicionais durante esses “longos” meses de mestrado, e agora, principalmente, pelo nosso bebê que está a caminho. E por fim, agradeço a Deus por ter colocado tantas pessoas especiais em minha vida.

Este trabalho contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cujos recursos viabilizaram sua realização.

RESUMO

Este trabalho trata da estratificação social, e mais especificamente sobre a questão da relação entre posições de classe e modos de vida. O estudo da estratificação social se justifica pela relevância deste tema na sociologia, uma vez que sempre foi objeto de discussão, desde os autores clássicos até os contemporâneos. O aspecto dos modos de vida escolhido para a pesquisa foi o local de moradia. O objeto de estudo escolhido foi a cidade de São Carlos, e buscou-se analisar a relação entre as posições de classe e o local de moradia naquele município por meio de mapas e dados obtidos a partir do Censo 2000 do IBGE. A divisão da população em posições de classe foi feita por meio de um esquema baseado no de Erik Wright, e que foi considerado o mais adequado aos nossos objetivos e aos dados disponíveis. Os dados mostraram diferenças interessantes entre padrões de distribuição espacial de alguns conjuntos de posições de classe, levando-nos a crer que a posição de classe tem, sim, alguma influência nos modos de vida.

Palavras-chave: *Estratificação social; classes sociais; modos de vida; sociologia urbana; posições de classe*

ABSTRACT

This work is about social stratification, and more specifically about the question of the relation between class locations and ways of life. The study of social stratification is self-justified by the relevance of this subject in sociology, as it has always been a discussion object since the classic authors to the contemporary ones. The aspect of the ways of life which we have chosen for this research was the place of living. The chosen object of study was the city of Sao Carlos, and we tried to analyze the relation between class locations and place of living in that city by using maps and data from the Census 2000, of IBGE. The division of the population within class locations was made by the use of a scheme based in Erik Wright's one, which we considered the most appropriate to our goals and with the available data. The maps and data had shown interesting differences between the patterns of spatial distribution of some sets of class locations. This has made us believe that the class location has, indeed, some sort of influence in the ways of life.

Key-words: *Social stratification; social classes; ways of life; urban sociology; class locations*

SUMÁRIO

Introdução p. 9-12

Capítulo I: **Das hierarquias de prestígio às posições de classe** p. 13-35
A Escola de Chicago e a Antropologia Social Americana; Talcott Parsons e o funcionalismo; Max Weber e sua influência na sociologia contemporânea

Capítulo II: **As classes na abordagem marxista** p. 36-52
As classes nas obras de Karl Marx; Erik O. Wright e as "posições contraditórias" nas relações de produção; Erik O. Wright e o modelo das múltiplas explorações; Uma adaptação do esquema de Wright à realidade social brasileira

Capítulo III: **As possíveis relações entre posições de classe e os modos de vida** p. 53-68
Pierre Bourdieu e sua tentativa de síntese; As nossas hipóteses de pesquisa; O "lugar" e seu espaço na sociologia

Capítulo IV: Considerações sobre a metodologia da pesquisa p. 69-78
A escolha da cidade de São Carlos; A operacionalização do esquema de posições de classes; Escolhas fundamentais para a operacionalização do esquema de posições de classes; A elaboração dos mapas de distribuição espacial

Capítulo V: **A cidade de São Carlos e seus lugares** p. 79-101
As origens de São Carlos; As indústrias e as universidades: marcas da cidade; Breve descrição das regiões da cidade;

Capítulo VI: **As posições de classe em São Carlos** p. 102-119
Apresentação de cada posição de classe no contexto da cidade de São Carlos e síntese dos dados

Considerações finais p. 120-123

Anexo I – Mapas p. 124-136

Anexo II – Gráficos p. 137-138

Referências Bibliográficas p. 139-143

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a estratificação social, mais especificamente a relação entre classes sociais e modos de vida. O estudo da estratificação social se justifica pela importância deste tema na sociologia, uma vez que sempre foi objeto de discussão, desde os autores clássicos até os contemporâneos. Já a ênfase na questão da relação entre classe e modos de vida se justifica pela relação problemática entre esses conceitos na maioria das teorias de classe, conforme veremos adiante.

Este trabalho tem como objetivo central ampliar a discussão sobre a relação entre classes e modos de vida por meio da inclusão do elemento espacial como ponto de vista. Não só problematizaremos as teorias existentes sobre o tema da estratificação social, como também buscaremos nelas os elementos que possam servir de suporte para a discussão do tema sob o ponto de vista adotado. Conforme poder-se-á notar neste trabalho, as classes não se distribuem uniformemente no espaço urbano. Assim, o objetivo secundário deste trabalho será o de investigar quais os fatores que influenciam na distribuição espacial das em São Carlos. A pergunta central que se deseja responder é a seguinte: A posição ocupada por um indivíduo na estrutura de classes influencia o seu modo de vida? E em caso positivo, em que medida isso acontece?

Porém, dada a complexidade do tema, seria muito difícil que esta pergunta pudesse ser totalmente respondida com uma pesquisa de mestrado. Portanto, decidimos nos aprofundar em um dos aspectos que considerarmos fundamental na determinação de um modo de vida, que é a lugar em que tal indivíduo reside. Dessa forma, a pergunta passa a ser a seguinte: A posição ocupada pelos indivíduos na estrutura de classes influencia na maneira como eles se distribuem na cidade? Existiria um padrão de distribuição espacial das classes? As respostas a estas perguntas nos ajudarão a investigar se as classes se segregam, qual seria o padrão dessa segregação, e se há correntes sociológicas que dão conta de explicar o padrão de segregação encontrado.

Levando em conta que o local de residência escolhido por um indivíduo pode influenciar os mais variados aspectos de seu modo de vida, tais como a sua rede de relações ou seu círculo de sociabilidade (normalmente há algum grau de interação com a vizinhança), os locais em que fazem compras ou se divertem, a escolha da escola dos

filhos, etc., e que indivíduos que ocupam diferentes posições na estrutura de classes tendem a ocupar diferentes espaços na cidade, nossa hipótese principal é a de que a classe exerce uma importante influência no modo de vida, ao menos no que diz respeito à distribuição espacial dos indivíduos de acordo com a posição de classe que ocupam. A hipótese secundária é a de que não só a posição do indivíduo nas relações de produção influencia essa distribuição, como também a trajetória de sua classe. O fato de uma determinada classe ou fração de classe estar em declínio ou em ascensão pode interferir em sua distribuição pelo espaço da cidade.

O esquema de posições de classe selecionado para servir de base a este estudo foi aquele construído por José Alcides Figueiredo Santos, que é uma adequação do esquema de Erik Olin Wright à realidade brasileira, e que foi escolhido por ser o mais adequado para nossos propósitos, justamente por incorporar ao esquema de Wright algumas categorias e variáveis importantes na estrutura de classes brasileira. Obviamente, inúmeras outras opções metodológicas eram possíveis, mas as justificativas para as escolhas que fizemos serão explicadas nos capítulos III e IV. Como também explicaremos em detalhes no capítulo IV, algumas adaptações tiveram que ser feitas na construção do esquema de posições de classes de Santos devido à natureza dos dados disponíveis, uma vez que seu estudo era de abrangência nacional, e o nosso abrange apenas um município, o que nos obrigou a utilizar uma base de dados diferente.

O estudo teve como objeto a estrutura de classes do município de São Carlos. A escolha da cidade se deu, em primeiro lugar, por seu porte médio, o que contribuiria para a mais rápida compreensão de sua estrutura social, e também por ser a cidade natal do pesquisador, o que tornou mais ágeis algumas etapas da pesquisa. Foram elaborados mapas que mostram a distribuição espacial das classes sociais no espaço urbano de São Carlos, e na relação dessa distribuição com as características de cada região da cidade e de cada posição de classe considerada, puderam surgir algumas conclusões. Os dados utilizados para o georreferenciamento foram os do Censo 2000, do IBGE.

Porém, um estudo como esse, que envolve um tema clássico da sociologia e, ao mesmo, técnicas empíricas não muito convencionais dessa área do conhecimento, precisa encarar alguns problemas teóricos – como definir as classes, a classe média,

entender os modos de vida, etc. –, e empíricos – como o esquema de classes a ser utilizado, os dados mais adequados e como compatibilizar o esquema de classes escolhido com os dados disponíveis.

Por isso, no capítulo I faremos algumas considerações sobre as principais teorias sobre classes, tomando autores clássicos e contemporâneos que discutiram o tema da estratificação social. Começaremos discutindo as correntes sociológicas que enfatizavam as hierarquias de prestígio ou os estilos de vida para criar seus esquemas de estratificação. Como exemplos desse tipo de análise, apresentamos alguns estudos da chamada Escola de Chicago e outros do funcionalismo normativo, representado por Talcott Parsons. Como contraponto a esse tipo de análise, discutiremos o pensamento weberiano sobre o tema, para em seguida apresentar os esquemas de posições de classe de John Goldthorpe, considerados por muitos um neo-weberiano, e que é uma das principais referências da sociologia contemporânea sobre o tema da estratificação social.

No capítulo II, discutiremos a abordagem essencialmente macrossociológica do tema da estratificação social dentro da linhagem marxista, na qual o conceito de classe sempre teve importância fundamental, e por isso sempre foi motivo de amplas discussões. Dentre as inúmeras vertentes contemporâneas do pensamento marxista, voltaremos nossa atenção especialmente a uma delas, o marxismo analítico, que tem em Erik Olin Wright o seu principal representante. Isso porque Wright tem especial interesse na discussão sobre o conceito de classe, e incorpora, de maneira interessante para o nosso estudo, alguns elementos de outras linhagens de pensamento sociológico, sem deixar de considerar fundamentalmente o aspecto econômico na elaboração de seu conceito de classe, e sem deixar de lado conceitos fundamentais do pensamento marxista, como o de exploração.

Já no capítulo III, serão apresentados os problemas sociológicos, ou as questões teóricas que orientaram esta pesquisa, que dizem respeito à relação entre posições de classe e modos de vida. Como uma forma de tentar responder a esse problema no âmbito teórico, discutiremos a teoria de Pierre Bourdieu. Como veremos, Bourdieu procura elaborar uma teoria que trate ao mesmo tempo das posições sociais dos agentes e dos seus respectivos modos de vida. Entretanto, para que pudéssemos realizar uma

reprodução da pesquisa de Bourdieu, a fim de testarmos a validade de suas conclusões no âmbito de nosso objeto de estudo, seria necessário um intenso trabalho de pesquisa, de difícil realização no mestrado.

Devido à natureza dos dados disponíveis, e devido à complexidade do trabalho de pesquisa, optamos por escolher um aspecto que consideramos central para a definição dos modos de vida: o local de moradia. Por isso, discutimos também no capítulo III as razões de tal escolha.

No capítulo IV, já traçado o pano de fundo teórico, passamos a discutir os procedimentos de pesquisa que foram utilizados para tratar o material empírico. As escolhas referentes à metodologia de pesquisa são descritas detalhadamente. Assim, falaremos a respeito da unidade de análise adotada, os procedimentos para a construção do esquema de classes, a composição de cada posição de classe, além dos procedimentos estatísticos e de coleta dos dados. Também são descritos os procedimentos realizados para a elaboração dos mapas.

Já no capítulo V, apresentamos a cidade de São Carlos e suas regiões, contando um pouco da história da cidade, e fornecendo uma descrição de cada uma das áreas da cidade, sob vários aspectos. O objetivo é o de tornar o leitor familiarizado com a cidade e com os seus lugares, pois isso o ajudará a compreender os mapas que serão apresentados no capítulo seguinte.

No capítulo VI, apresentaremos a estrutura de classes dessa cidade, mostrando como cada posição de classe é composta. Apresentaremos também os mapas da distribuição espacial dessas classes, para que, embasados pela apresentação sobre as características específicas de cada classe ou fração de classe, e de cada região da cidade, estejamos prontos para pôr à prova nossas hipóteses.

Em seguida, nas considerações finais, discutiremos os resultados da pesquisa. Não poderemos tirar conclusões definitivas sobre a relação entre posições de classe e modos de vida, mas sim indicar algumas possibilidades, cuja comprovação depende da realização de uma pesquisa mais ampla ou mais profunda sobre o tema.

CAPÍTULO I
DAS HIERARQUIAS DE PRESTÍGIO ÀS POSIÇÕES DE CLASSE

O tema da estratificação social pode ser considerado clássico na sociologia, uma vez que é objeto recorrente de discussão desde os autores clássicos até a sociologia contemporânea, em suas mais variadas vertentes. Embora o interesse pelo assunto tenha sido maior em algumas épocas do que em outras, ou maior em algumas correntes de pensamento do que em outras, e que tenha sido analisado sob os mais diversos pontos de vista, o tema da estratificação social nunca pôde ser totalmente ignorado. E não é por acaso que isso acontece.

Independentemente da maneira pela qual interpretamos o conceito de classe, podemos afirmar que o fato de um indivíduo pertencer a esta ou aquela classe social, ou seja, o fato de um indivíduo dispor ou não de certos tipos de recursos, sejam eles materiais, culturais ou de qualquer outra natureza, ou ocupar determinada posição na estrutura social, interfere de modo significativo nas suas escolhas e atitudes, conscientes ou não, desde as mais marcantes da vida de uma pessoa (como por exemplo, a decisão de cursar uma faculdade, a de se casar, ou a de filiar-se a um partido político), como as aparentemente mais "banais" da vida cotidiana (como por exemplo, que roupa usar em determinada situação, como se portar diante de desconhecidos, ou que lugares ou pessoas evitar).

Ainda que um indivíduo consiga manter certa autonomia para agir e tomar decisões, o fato de possuir ou não algum tipo de recurso pode limitar, ampliar e definir suas alternativas possíveis de ação. Dessa maneira, o indivíduo agiria de acordo com escolhas que faz dentre os diferentes modos de agir que constam de seu leque de alternativas possíveis. Assim, por exemplo, indivíduos que sejam proprietários de meios de produção podem fazer escolhas que os não-proprietários não podem, e vice-versa. Arrendatários de terras podem tomar decisões que comerciantes não podem, e generais podem usar roupas que são vetadas a soldados rasos. Diretores de uma empresa podem decidir sobre assuntos sobre os quais um faxineiro não pode.

Portanto, a posição que um indivíduo ocupa em qualquer sistema de hierarquias – seja ele constituído de classes (no sentido mais abrangente), estamentos ou posições na estrutura ocupacional – tem importância fundamental nas ações e decisões do mesmo, e podemos dizer que na forma pela qual ele interage com outros indivíduos isso também acontece.

Enfim, é matéria de debates infindáveis entre diferentes escolas e vertentes da teoria sociológica, sendo abordada sob os mais diferentes aspectos, a maneira como a propriedade ou o controle sobre um determinado tipo de recurso ou de um determinado volume de recursos influencia nas decisões ou nas atitudes de um indivíduo ou grupo de indivíduos, ou ainda nos conflitos e interações que possam emergir daí.

Por sua natureza, os estudos sobre classes ou as discussões sobre estratificação social são normalmente abordados de uma perspectiva abrangente, ou macrossociológica, com o foco da atenção voltado para o funcionamento dos grandes sistemas sociais, ou à formação das macro-estruturas. No entanto, as maneiras como o funcionamento desses grandes sistemas ou estruturas afetam nossos hábitos, comportamentos e atitudes cotidianas, enfim, nossos modos de vida, costumam escapar desse olhar mais amplo. Pois afinal de contas, as escolhas que fazemos a todo momento, às vezes até inconscientemente, dependem ou não de nossa posição na estrutura de classes? Elas são ou não influenciadas por nossa posição no espaço social?

Em contrapartida, uma visão exageradamente microssociológica, ou muito presa às pequenas atitudes, corre o risco de se desvencilhar dos sistemas e estruturas, a ponto de tornar-se demasiadamente abstrata ou descontextualizada. A relação entre os níveis micro e macro da sociologia, ou seja, entre a compreensão dos aspectos particulares da vida cotidiana ou das relações rotineiras entre indivíduos e a compreensão das grandes estruturas ou a busca por grandes explicações sempre foi complicada[1]. Se em certas épocas ou em certas localidades a chamada microssociologia foi dominante, em outras a macrossociologia reinava hegemônica. Recentemente, tem-se tentado produzir

[1] Essa distinção entre os níveis micro e macro de análise, que geralmente é feita de acordo com o tamanho da unidade a ser examinada, é, entretanto, relativa. Como diz Richard Münch (1999, p.204-5), "(...), como regra, toda ação concreta envolve um tecido complexo de microinteração e macrorrelações, de sorte que as duas perspectivas devem concorrer para a análise. Na medida em que as instituições são esquemas de interações válidos para um círculo mais amplo de pessoas, elas devem ser consideradas microfenômenos. Por outro lado, como especificações de um esquema cultural mais vasto, elas são macrofenômenos".

explicações que buscam unir os dois níveis, mas tal empreitada tem se mostrado uma árdua tarefa. Poderia a classe, que por compreender sempre grandes grupos de indivíduos ou grandes estruturas, quase sempre foi tratada em termos macrossociológicos, servir para explicar pequenas atitudes do cotidiano, aquelas que tomamos sem ao menos termos consciência de que estamos fazendo escolhas dentro de alguns limites que não são fixados por nós mesmos? E, no sentido inverso, poderiam essas atitudes ordinárias nos dizer algo sobre as grandes estruturas de classes?

Trataremos aqui, brevemente, daquelas que consideramos as principais correntes sociológicas que discutiram ou discutem o tema da estratificação social, observando as semelhanças e diferenças entre elas, e explorando os propósitos, as virtudes e os problemas de cada uma das diferentes abordagens para, a partir daí, analisarmos de maneira crítica as respostas que a teoria sociológica nos oferece sobre as questões que propusemos para o presente trabalho.

Nessa breve revisão da bibliografia sobre o tema da estratificação social, obviamente tivemos que fazer escolhas, sendo obrigados a deixar de fora importantes sociólogos que examinaram o tema, e tratando muito superficialmente de outros. Como dissemos, a estratificação social foi um tema recorrente em praticamente todas as correntes teóricas da sociologia, em praticamente todas as épocas, e por isso tivemos que escolher apenas aquelas que acreditamos trazer alguma contribuição mais específica para nosso tema específico, tomando alguns autores representativos de cada uma dessas correntes. Ainda assim, não podemos deixar de admitir que o risco de termos deixado de fora ou não ter dado a devida atenção a autores que poderiam colaborar bastante para a discussão.

A apresentação de cada uma das teorias de estratificação social não será ordenada de maneira cronológica. Entendemos que, para o melhor encaminhamento da discussão, seria mais interessante que apresentássemos primeiro aquelas teorias que tratam da estratificação a partir do ponto de vista do agente, o que geralmente implica esquemas de classe baseados em hierarquias de prestígio. Em seguida, passaremos a discutir as teorias que partem do ponto de vista do sociólogo, ou seja, que não levam em conta as avaliações e classificações feitas pelos agentes.

Dentro as teorias que partem do ponto de vista do agente, discutiremos duas vertentes fundamentais. A primeira delas é aquela que deriva de seguidores de Durkheim e de seu sobrinho Marcel Mauss na antropologia social, e que teve ampla influência nas pesquisas da chamada Escola de Chicago. Nessa vertente, um trabalho que merecerá atenção especial é *Yankee city*, de William Lloyd Warner, por tratar da estrutura de classes e de outros sistemas de hierarquias de modo bastante interessante, como veremos adiante, neste mesmo capítulo.

A segunda dessas vertentes, que também tem origem dentro da linhagem durkheimiana, é aquela seguida por Talcott Parsons e outros funcionalistas, que por meio de análises macrossociológicas buscam explicar os sistemas de hierarquias de valores e os sistemas de ação que permeiam a estrutura social.

Já passando àquelas teorias que se baseiam no ponto de vista do sociólogo ou do pesquisador, passaremos a discutir a valiosa contribuição do pensamento weberiano sobre o tema da estratificação social. Max Weber fala em várias formas de estratificação. Para ele, tanto as "classes" como os "estamentos" (ou "grupos de *status*") seriam fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade, assim como também o seriam os partidos. O pensamento de linhagem weberiana é hoje o mais influente no campo dos debates sociológicos sobre estratificação social. Embora recuse os rótulos de weberiano ou neo-weberiano, John Goldthorpe é tido, via de regra, como o maior representante dessa tradição sociológica no que diz respeito a este tema, a ponto de influenciar, inclusive, neo-marxistas, como veremos. Discutiremos os principais pontos de sua teoria e apresentaremos seus esquemas de posições de classe mais conhecidos.

A Escola de Chicago e a Antropologia Social Americana

Em 1892 foi fundado o primeiro departamento de sociologia dos Estados Unidos, na Universidade de Chicago, onde tiveram lugar, fundamentalmente, estudos

sobre problemas sociais, tendo como foco as atitudes e comportamentos individuais. Os fatos sociais, por sua vez, eram entendidos como projeções de respostas individuais. Estudos como *The Polish Peasant*, de William Thomas e Florian Znaniecki, ajudaram a estabelecer a tradição empírica da escola de Chicago, bem como torná-la bastante influente já no início do século XX, quando Robert Park ingressou no departamento e começou a formular um programa de pesquisa massivo, que envolvia intenso trabalho de campo, sobre diversos aspectos da cidade de Chicago. Inúmeros métodos de coleta de dados foram utilizados (registros oficiais, documentos de vários tipos, entrevistas informais, histórias de vida, observações participantes, entre outros), e a ênfase era no mundo real da cidade, que Park descrevia como "o *habitat* natural do homem civilizado". A contribuição teórica da escola de Chicago, entretanto, não foi tão importante (MADGE, 1962). Por estar demasiado preocupada com os "problemas sociais", ela acabou não testando nem desenvolvendo teorias explicativas (COLLINS, 1994). Mesmo assim, a produção desta escola de pensamento e daqueles que foram influenciados por ela têm muito a nos informar sobre a pesquisa microssociológica, aquela que diz respeito às atitudes e comportamentos individuais ou de pequenos grupos.

Um dos estudos mais interessantes sobre isso é *Sociedade de esquina*, de William Foote-Whyte, publicado pela primeira vez em 1943. Whyte realiza um estudo de comunidade sobre North End, um bairro pobre de Boston formado por imigrantes italianos, ao qual ele dá o nome fictício de Cornerville. Embora não tenha sido aluno da Universidade de Chicago até o início de sua pesquisa (posteriormente ele viria a cursar lá uma pós-graduação), Whyte assume ter sido fortemente influenciado pelos estudos de Helen e Robert Lynd que resultaram no livro *Middletown*. Ele diz que, embora a literatura sociológica tivesse dado muita atenção às áreas pobres, não havia até então um verdadeiro estudo de comunidade sobre elas. E foi isso o que o teria motivado a realizar sua pesquisa (WHYTE, 2005, p.287). Segundo Madge (1962), Whyte teria ficado fascinado com a idéia de contrastar a solidária sociedade de esquina com a organização mais ambiciosa e gananciosa dos rapazes formados, e teria tratado os *gangsters* como objetos de interesse ao invés de vê-los como um problema a ser erradicado, como teriam feito alguns dos sociólogos de Chicago. A primeira impressão que alguém de fora poderia ter de Cornerville era a de uma desorganização congênita, mas Whyte descobre

ali um sistema social altamente integrado e organizado, e detecta uma hierarquia entre os "peixes pequenos" ("*little guys*"), divididos entre os rapazes da esquina e os rapazes formados, e os "peixes grandes" ("*big shots*"), divididos entre os *gangsters* e os políticos locais. Para entender Cornerville seria necessário observar tanto os peixes pequenos como os peixes grandes, e é isso o que ele faz em *Sociedade de esquina*, a partir de um intenso trabalho de campo de mais de quatro anos, com a atenção focada às pequenas atitudes, aos pequenos grupos e sua dinâmica de funcionamento, e às relações que se estabeleciam entre os grupos e entre os indivíduos.

Para Madge, não é justo culpar Whyte por não ter obtido sucesso em casar suas conclusões com teorias sociológicas mais sofisticadas que surgiriam desde sua pesquisa em Cornerville. Pelo contrário, seu material empírico teria sido uma fonte de iluminação para teóricos posteriores, como Talcott Parsons e George Homans, sobre os quais discutiremos mais adiante.

Outro estudo largamente influenciado pela escola de Chicago, e que teve grande impacto na década de 1940 foi *Yankee City* (WARNER, 1963), realizado pelo australiano William Lloyd Warner em conjunto com vários autores. Warner era originalmente um antropólogo, cujo trabalho de campo inicialmente era uma justificação da análise de Durkheim sobre as sociedades aborígines. Ele concluiu que se sabia mais sobre sociedades tribais do que sobre as nossas próprias, e se mudou para os Estados Unidos, onde coordenou uma série de estudos de comunidade que viriam a se tornar muito famosos, tais como o próprio *Yankee City*, *Jonesville* e outros.

Warner trouxe a perspectiva durkheimiana para a moderna sociedade estratificada apontando para seus rituais. Ele mostrou que podemos olhar a nós mesmos através de um olhar antropológico, e encontrar rituais em toda parte. Warner também analisou os rituais seculares, sempre em termos de seus efeitos na estratificação social. Cerimônias patrióticas como a parada do dia da independência, o dia do trabalho, e as comemorações históricas são cerimônias designadas a focar a comunidade em si mesma como uma unidade e, mais do que isso, servem para reforçar as hierarquias dentro da sociedade. As cerimônias patrióticas são vistas como armas rituais da dominação de classe; elas suprimem os sentimentos de conflitos de classe e dissensões ao enfatizar a

unidade do grupo, enquanto conferem implicitamente legitimidade à classe que lidera os rituais (COLLINS, 1994).

Em *Yankee City*, as principais linhas de estratificação não eram definidas apenas por critérios econômicos. Elas envolviam também aspectos religiosos, étnicos e profissionais, entre outros, e dividiam os anglo-protestantes (que eram a maior parte da classe alta) dos imigrantes mais recentes, católicos (e que eram a maioria da classe trabalhadora) e dos judeus (que se espalhavam através das classes média e média-alta). Diferentes doutrinas religiosas não significavam apenas grupos sociais distintos, mas serviam também para manter esses grupos separados e estratificados. Os rituais religiosos teriam, para Warner, um papel importantíssimo para manter e reproduzir essa estrutura de classes. Para ele, os símbolos das religiões modernas se refletem na família, e dadas as diferenças nos tipos de estrutura familiar simbolizadas pelas religiões, diz ele não ser surpreendente que os diferentes grupos étnicos baseados nessas religiões sejam tão divididos (COLLINS, 1994).

Warner chega a definir "classe" como um grupo de *status* em que a hierarquização é determinada pela avaliação dos membros da comunidade. Dois fatores são então requeridos na definição de seu conceito de classe: *participação* e *aceitação*. Para ser um membro de um grupo de *status* ou classe, a pessoa deve participar da interação social característica daquela classe, e precisa ser aceita como igual por seus membros (GORDON, 1963). Classe social é, portanto, no esquema de Warner, diferente de classe econômica: a classe social se refere a níveis que são perceptíveis no comportamento geral e atitudes sociais das pessoas de toda a comunidade em que tais níveis existem. Embora os fatores econômicos tenham fundamental importância, não são suficientes para explicar o fenômeno das classes sociais (WARNER, 1963).

Com esse tipo de esquema conceitual Warner e seu grupo declararam ter identificado três classes sociais em *Yankee City* (*Upper class, Middle class* e *Lower class*) que se subdividem em 6 categorias, descritas abaixo:

1. *Upper-upper*, da qual faria parte a aristocracia das famílias antigas, compostas principalmente por anglo-protestantes de mais alto poder aquisitivo.

2. *Lower-upper*, que seria composta por "novas famílias", ou proprietários recentes de riquezas, dentre os quais figuravam principalmente famílias de judeus economicamente bem-sucedidos;

3. *Upper-middle*, que seria aquela composta por profissionais ou donos e gerentes de negócios estabelecidos, os quais propiciariam uma base sólida para papéis de liderança cívica e política. Nessa classe se encontravam muitas famílias de origem anglo-protestante e algumas de origem judia;

4. *Lower-middle*, que compreende donos de pequenos negócios, trabalhadores qualificados e colarinhos-brancos, tipicamente de famílias protestantes, mas onde também podem se incluir algumas famílias católicas;

5. *Upper-lower*, que seria basicamente formada por trabalhadores semi-qualificados em serviços, é a classe mais numerosa, e considerada por Warner como o nível do "homem comum" (*Common man*). A maioria desses trabalhadores era de famílias católicas, tipicamente de imigração mais recente;

6. *Lower-lower:* finalmente, abaixo do nível do "homem comum", na base da hierarquia social, estaria a classe *lower-lower*, formada por trabalhadores não-qualificados com baixos salários ou desempregados, que também eram tipicamente de imigração mais recente, e freqüentemente dependentes de políticas de assistência social (SCOTT, 1996).

O método utilizado por Warner para identificar estas seis classes foi chamado de *Evaluated Participation*, no qual o indivíduo é chamado basicamente a se classificar e a classificar outras pessoas de sua comunidade em termos de prestígio social, inclusive como superiores, iguais ou inferiores a si mesmo. Esse método teria permitido que se percebesse a importância de outros fatores, além da posse de riquezas, na determinação do *status* sócio-econômico, tal como entendido por Warner.

Erving Goffman, considerado o mais importante teórico empírico da tradição interacionista simbólica, foi assistente de pesquisa de Warner, e posteriormente levou

sua análise um passo adiante. Como vimos, Warner havia voltado seu olhar antropológico para os rituais da moderna vida cotidiana, mas ele lidava com os rituais óbvios, formais, das nossas vidas. Já Goffman encontrou rituais que nós nem sempre percebemos como tais; rituais que permeiam todos os aspectos dos nossos encontros sociais.

Nem todo aspecto de nossas vidas seria igualmente ritualizado, e nem todas as pessoas participam deles igualmente. Os rituais de boas maneiras ou de polidez, por exemplo, seriam os mais claramente formulados da vida cotidiana. Neles, como aponta Goffman, nós apresentamos pequenas idealizações de nós mesmos e das outras pessoas. Cada um desses rituais de boas maneiras – que são muitos – revela alguma deferência à outra pessoa e pretende algum status para alguém, à medida que esse alguém é uma pessoa que sabe demonstrar as formalidades "apropriadas". Isso revela uma estratificação entre diferentes pessoas e entre diferentes situações, e faz da análise goffmaniana dos rituais algo especialmente útil para entendermos a questão de como a estrutura de classes pode se manifestar nas pequenas atitudes cotidianas. Os rituais mantêm a sociedade unida, mas o fazem de uma maneira estratificada. Rituais são armas que garantem e renegociam a estrutura de classes: não apenas criam "eus", como também os hierarquizam em diferentes classes sociais (COLLINS, 1994).

A importância desses rituais cotidianos na teoria de Goffman pode ser percebida claramente em seu livro "A representação do eu na vida cotidiana" (GOFFMAN, 1985), no qual ele descreve a sociedade por meio de uma analogia com o teatro. Segundo ele: "Encontramos às vezes uma divisão entre região dos fundos, onde é preparada a representação de uma prática, e região de fachada, onde ela é representada" (*ibid.,*p.218). Os atores, entendidos por ele de maneira atomizada, desempenham papéis de maneira não necessariamente sincera (somente eles mesmos sabem dos seus reais interesses, que podem ser dissimulados em suas atitudes). Quando algum ator desempenha erradamente um papel, ou em desacordo com a impressão que se tem dele, isso tem conseqüências desorganizadoras, tanto no nível da interação social como, até mesmo, no nível da organização social. Um gesto anômalo pode gerar dúvidas sobre a realidade de uma situação.

Embora esse tipo de abordagem seja particularmente apropriada para pequenas comunidades, onde é possível que os indivíduos façam avaliações uns dos outros nos encontros face a face, isso é praticamente impossível em sociedades de grande escala. Para Gordon, ao contrário do que pretendia Warner, seus estudos sobre pequenas comunidades não são generalizáveis para todos os EUA. Não haveria dados empíricos suficientes para dizer que os sistemas de *status* que ele encontrou em seus estudos seriam semelhantes aos das grandes metrópoles (GORDON, 1963). John Scott diz ainda que Warner teria dado pouca atenção à maneira como as *posições* sociais, e não os indivíduos, são ranqueadas nas grandes arenas impessoais dos centros metropolitanos e das sociedades nacionais. Para ele, nas cidades, as pessoas adquirem seu *status* mais por suas posições sociais do que por suas ações pessoais (SCOTT, 1996, 117ss.).

A abrangência dos estudos de estratificação social por *status* foi ampliada com a despersonalização da idéia de prestígio. Paul Hatt (1974), por exemplo, desenvolveu um survey de abrangência nacional nos EUA sobre o prestígio das ocupações, buscando utilizar um método parecido com o de *Evaluated Participation* de Warner, em que o entrevistado era chamado a classificar as categorias ocupacionais, incluindo a sua própria, dentro de uma hierarquia.

Se, por um lado, Hatt buscava, desse modo, ampliar a abrangência de estudos como o de Warner, por outro, o foco na ocupação como critério único de atribuição de prestígio empobrece significativamente a noção de *status*. Isso acontece porque, ao levar em conta apenas a ocupação, Hatt deixa de lado questões que eram fundamentais no esquema de Warner, tais como a religião e suas implicações na trajetória familiar, a antiguidade da imigração, a antiguidade na profissão ou no negócio. Como exemplo, podemos tomar a diferença no prestígio que normalmente se atribui a um médico recém-formado, de família desconhecida, e a um médico mais antigo, com histórico de bons médicos na família.

O prestígio ocupacional não seria, portanto, um critério suficiente para que possamos compreender totalmente como funciona o sistema de estratificação social em uma sociedade. Por sinal, ele pode ser apenas uma conseqüência da estrutura de classes ou da divisão do trabalho. Porém, para que possamos realizar estudos em larga escala, que não tratem apenas de pequenas comunidades, algumas perdas importantes devem

ser assumidas, e algumas decisões importantes devem ser tomadas: por exemplo, qual o critério que melhor explica a estratificação social: ocupação, raça, gênero, religião? Nos capítulos seguintes explicaremos detalhadamente quais foram as escolhas que fizemos para a elaboração deste estudo.

Se, por um lado, a Escola de Chicago não produziu uma teoria sociológica de grande alcance, por outro, realizou um grande avanço em termos de prática de pesquisa gerando um grande acúmulo de material empírico que serviria de base para os grandes teóricos que viriam em seguida[2]. Embora ela tenha sido ignorada por Parsons, permaneceu viva, e com o declínio da teoria funcionalista, influenciou fortemente a escola que ficou conhecida como "interacionismo simbólico".

Talcott Parsons e o funcionalismo

A estratificação social por *status* resulta de avaliações subjetivas que as pessoas fazem umas das outras em termos de valores reconhecidos como comuns em sua sociedade. Isto teria sido reconhecido inicialmente por Durkheim, que vê a consciência coletiva da sociedade como definidora de uma classificação social. Essa classificação faz com que as pessoas persigam apenas interesses que estejam de acordo com os valores de sua sociedade (SCOTT, 1996, p.101). Neste tipo de estratificação, pressupõe-se, portanto, a existência de um sistema de valores universal na sociedade, que orienta os indivíduos em suas avaliações subjetivas sobre si mesmos e sobre os outros, e a partir destes valores e avaliações estabelece-se uma hierarquia social, de tal forma que mesmo aqueles que ocupem posições inferiores na hierarquia reconheçam sua posição e até mesmo aceitem ser classificados como tais.

---

[2] Howard Becker faz um interessante resumo da história da Escola de Chicago, da qual ele participou pessoalmente. Sobre a evolução da mesma após a Segunda Guerra Mundial, diz ele que: "(...) a Escola de Chicago, de certo modo, deixou Chicago; o próprio departamento voltou-se, como instituição, à uma perspectiva mais ligada ao *survey* e à pesquisa quantitativa, tornando-se menos aberto a estudos com abordagem antropológica" (BECKER, 1996, p.187).

O prestígio, ou honra social, simboliza a posição social, à qual são associadas certas vantagens ou recompensas materiais e simbólicas, das quais derivam estilos de vida distintos, que seriam, por sua vez, a base para a formação dos estratos sociais. Para John Scott (1996), estes são os termos da estratificação social na visão da teoria normativa funcionalista, que tem em Talcott Parsons um de seus mais eminentes representantes.

Podemos dizer que Parsons faz parte da vertente macrossociológica da tradição durkheimiana, enfatizando a teoria da divisão do trabalho e da estrutura social. Para ele, a entidade chave sempre foi o sistema social como um todo. Segundo Alexander (1987), o principal inimigo de Parsons, quando a *Estrutura da ação social* foi lançada (em 1937), era a teoria liberal clássica, ou o utilitarismo, que presume que os indivíduos agem naturalmente de maneira racional, e que, se cada um deles buscarem seus próprios interesses, automaticamente a sociedade se estabilizaria. Mas esse princípio, especialmente na década de 1930, mostrava-se claramente equivocado. O mundo ocidental estava naquela época à beira da Segunda Guerra Mundial. Como a ação, para os utilitaristas, é orientada apenas pela absoluta racionalidade e pelo princípio da eficiência, e portanto não envolve voluntarismo e subjetividade, a única fonte possível de ordem é a estrutura externa, das condições da ação. Essa estrutura coletiva, externa ao indivíduo, somente poderia coordenar as ações individuais por meio da coerção ou das gratificações. É aí que surgiria o "problema da ordem", na teoria liberal clássica, que Parsons procura resolver.

Com relação à estratificação social, partindo das idéias apresentadas acima, diz Parsons que:

> *"Em qualquer sistema social dado existe um sistema efetivo de hierarquização em termos de avaliação moral. Mas isso implica, de certa maneira, um conjunto integrado de padrões em relação aos quais as avaliações são feitas, ou supõe-se que sejam. Uma vez que um conjunto de padrões constitui um modelo normativo, o sistema efetivo não corresponderá exatamente ao modelo. O sistema efetivo de flagrantes relações de superioridade e inferioridade, à medida que a sanção moral é invocada, será chamado de sistema de*

estratificação social. O modelo normativo, por outro lado, será chamado de escala de estratificação" (PARSONS, 1974, p.147).

Assim sendo, ele propõe então seis critérios ou bases do que ele chama de "avaliação diferencial", que seriam utilizados pelos indivíduos para colocar a si mesmos e aos outros em posições dentro de uma escala de estratificação. Seriam elas:

1. Fazer parte integrante de uma unidade de parentesco;
2. Qualidades pessoais (ex.: sexo, idade, beleza, inteligência, força física);
3. Realizações;
4. Posses (não necessariamente materiais - o controle sobre as qualidades das pessoas pode ser uma posse);
5. Autoridade (direito institucionalmente reconhecido de influenciar as ações dos outros);
6. Poder (somente quando a habilidade para influenciar os outros ou garantir posses não está sancionada legitimamente).

O principal problema de Parsons é o de que ele pressupunha a existência de sistemas de valores únicos e generalizados em cada sociedade, ao quais corresponderia uma hierarquia de valores também única e generalizada. Esses sistemas orientariam todos os indivíduos de uma determinada sociedade em suas avaliações subjetivas sobre si mesmos e sobre os outros, e possibilitaria a esses indivíduos perceberem a própria posição e a dos outros em uma hierarquia social. O problema desse pressuposto é que, numa sociedade cada vez mais complexa, outros sistemas de valores surgem e passam a coexistir, e às vezes competir entre si, tornando difícil estabelecer uma hierarquia social que seja unânime e aceita pelos indivíduos como universal.

Max Weber e sua influência na sociologia contemporânea

Para muitos autores, Weber teria desenvolvido a teoria de classes de Marx em um contexto mais amplo, que desde então passou a ser conhecido como estratificação social, isto é, a divisão da sociedade em um número de estratos hierarquicamente distribuídos (COLLINS, 1994; EDGELL, 1995). Ao contrário de Marx, em cuja teoria a classe ocupava um papel central, Weber deu atenção também a outras formas de classificação, que não só a classe – notadamente a estratificação por *status*, que será discutida abaixo, é uma delas. Ironicamente, ainda que o conceito de classe desempenhe um papel relativamente maior na sociologia de Marx do que na de Weber, este, ao contrário daquele, fornece uma discussão sistemática acerca deste conceito.

Weber, no entanto, não deve ser entendido como antagônico a Marx ou à abordagem marxiana, mas sim como um continuador dela, uma geração posterior da tradição histórica do conflito no mundo intelectual alemão (COLLINS, 1994). Ele teria, segundo Collins, retomado as questões de Marx e Engels, ainda que desse a elas respostas diferentes. Enquanto Marx estava interessado nas leis econômicas e nas crises do capitalismo, Weber estava mais preocupado com o *background* do capitalismo, o quebra-cabeças de como ele veio a existir.

Uma realidade central de Weber é a de que ele via o mundo como *multidimensional*. Weber não apenas observou que existem múltiplas esferas, como também que há lutas pelo poder ocorrendo em cada uma delas. Conseqüentemente, Weber enxergava a história como um processo multidimensional de conflito com várias fontes, e era um inimigo das noções simplificadas de estágios evolutivos. O famoso modelo weberiano tridimensional de estratificação pode nos auxiliar a entender o seu complicado sistema. Seus tradutores americanos, Hans Gerth e Wright Mills (1982) fizeram sua apresentação sob os seguintes termos: classe, *status* e partido. Cada um desses termos representa formas de disputa por poder dentro da sociedade, e dividem a sociedade em grupos que podem lutar tanto entre si como uns contra os outros. Eles são interconectados, e cada um representa um aspecto particular sobre o qual Weber tinha uma teoria. Para ele, tanto as "classes" como os "estamentos" (ou "grupos de *status*") e

os partidos são, portanto, fenômenos da *distribuição de poder* dentro de uma comunidade (WEBER, 1982, p. 212).

Pela palavra "classe", Weber entende todo grupo de pessoas que se encontrem em uma mesma "situação de classe" (WEBER, 1999, p.199; 1982, p.212), que, sucintamente, é expressa como "a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou a falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica" (*idem,* 1982, p.212)[3]. Ou seja, as classes são compostas por indivíduos que compartilham oportunidades de vida ou destinos semelhantes, e que dependem da valorização, no mercado, dos bens que possuem ou dos serviços que prestam. As "posições de classe" seriam análogas às "posições de mercado", na medida em que os recursos mobilizados pelos indivíduos no mercado resultam em chances de vida diferenciadas. A propriedade ou a falta de propriedade seriam as categorias básicas de todas as situações de classe. Porém, os proprietários podem se distinguir entre si de acordo com o tipo de propriedade, enquanto os que não têm propriedade, mas prestam serviços podem se distinguir entre si de acordo com o tipo de serviço que prestam.

Quando se tratava de conflitos de classes, tanto Weber quanto Marx[4] lidavam principalmente com o conflito entre capitalistas e trabalhadores. Weber refinou a teoria para adicionar o conflito entre os capitalistas financeiros e os agiotas, e também aquele entre vendedores e consumidores. O conflito de classes em Weber difere do de Marx em uma outra maneira, ainda mais crucial: as classes de Marx são definidas pela propriedade e não-propriedade dos meios de produção, enquanto as classes de Weber são definidas por sua posição em um mercado. Elas são baseadas em diferentes maneiras de se tentar ganhar o controle sobre mercados particulares: dinheiro e crédito,

---

[3] A saber, a "ordem econômica" seria para Weber a forma pela qual o "poder condicionado economicamente" é distribuído em uma comunidade, assim como a "ordem social" seria a forma que as honras sociais, ou o prestígio, são distribuídas na mesma comunidade. A ordem social é, para o autor, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e ambas se relacionam da mesma forma com a "ordem jurídica", que, por sua vez, constitui "um fator adicional que aumenta a possibilidade de poder ou honras, mas nem sempre pode assegurá-los" (WEBER, 1982, p.212).

[4] Discutiremos adiante o conceito de classe em Marx, bem como os desdobramentos da teoria marxista sobre o tema na sociologia contemporânea.

terra, variadas indústrias manufatureiras, variadas habilidades de trabalho (COLLINS, 1994).

A segunda categoria de estratificação de Weber diz respeito aos estamentos. Diz ele que:

> *"O estamento é uma qualificação em função de honras sociais ou falta destas, sendo condicionado, principalmente, bem como expresso, através de um estilo de vida específico. A honra social pode resultar diretamente de uma situação de classe, sendo, na maioria das vezes, determinada pela média da situação de classe dos membros do estamento. Isso, porém, não ocorre necessariamente. A situação estamental, por sua vez, influi na situação de classe, pelo fato de que o estilo de vida exigido pelos estamentos leva-os a preferir tipos especiais de propriedade ou empresas lucrativas, e rejeitar outras"* (WEBER, 1982, p. 459).

Para Weber, "o mercado e seus processos 'não conhecem distinções pessoais': os 'interesses' funcionais dominam. Nada conhecem de 'honras'. A ordem social significa precisamente o inverso, ou seja, a estratificação em termos de 'honras' e estilos de vida particulares aos grupos estamentais como tais" (WEBER, 1982, p.224). Enquanto a "situação de classe" é motivada exclusivamente por circunstâncias relativas ao mercado "situação de *status*" é relativa a estilos de vida específicos a cada círculo[5]. Para Weber, "de qualquer modo que se manifeste, toda 'estilização da vida' se origina nos estamentos ou é pelo menos conservada por eles" (*ibid.,* p.224).

Assim, segundo Weber, poderíamos dizer que "(...) as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais" (*ibid.,* 1982, p,226). Assim, os estamentos

[5] "No conteúdo, a honra estamental é expressa normalmente pelo fato de que acima de tudo um 'estilo de vida' específico pode ser esperado de todos os que desejem pertencer ao círculo. Ligada a essa expectativa, existem restrições ao relacionamento 'social' (isto é, ao relacionamento que não se prenda a objetivos econômicos ou quaisquer outros objetivos 'funcionais' da empresa')" (WEBER, 1982, p.219-220).

dizem respeito a comunidades reais, pessoas com estilos de vida e visões de mundo comuns, pessoas que se identificam umas com as outras como pertencendo a um grupo.

E por fim os partidos, ou grupos de poder: para Weber, os políticos e suas manobras não podem ser reduzidos às lutas entre classes econômicas, e nem entre grupos de status, porque eles têm interesses que lhes são próprios. Embora possam se aliar a diferentes facções de classes, não são redutíveis a elas. As facções políticas têm seus próprios interesses econômicos: o poder e a riqueza de sua própria organização, que é o Estado. A mesma coisa se aplica também às organizações políticas menores, como os partidos políticos: sua equipe oficial adquire um interesse na prosperidade da organização, pois é nela que eles constroem suas carreiras (COLLINS, 1994).

O pensamento weberiano acerca da estratificação social influenciou, de certa forma, praticamente toda a produção sociológica posterior sobre o tema, incluindo alguns funcionalistas norte-americanos, alguns neo-marxistas e outros teóricos importantes na sociologia contemporânea, como Pierre Bourdieu, como veremos adiante.

Uma das linhas de análise mais influentes que saíram de Frankfurt foi mais diretamente um confronto e síntese das abordagens weberiana e marxista. Seguindo Weber, Karl Mannheim, que era professor de sociologia na Universidade de Frankfurt, apontou que as organizações poderiam operar segundo dois tipos de racionalidade: a racionalidade substancial, que diz respeito ao esclarecimento humano de que certos meios conduzem a certos fins, e a racionalidade funcional ou formal das organizações burocráticas, que diz respeito a seguir regras e regulações, e que teria se tornado mais proeminente que a primeira. A organização desenvolveria dessa maneira uma espécie de inércia e fugiria ao controle humano. Gerth, que era um estudante de Frankfurt, trouxe a mensagem de Mannheim para a América, e como professor na Universidade de Wisconsin, colaborou com o jovem C. Wright Mills em uma série de livros. Em 1946 eles trouxeram a público a mais influente coleção de escritos de Weber, à qual intitularam “Ensaios de sociologia”, e na qual faziam uma contraposição à imagem de Weber dada por Parsons na versão traduzida por ele de “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”. Mills viria a se tornar um dos poucos sociólogos que se

faziam escutar fora do funcionalismo parsoniano. Sua teoria, segundo Collins, era, de fato, uma aplicação das idéias de Mannheim, e logo, das de Weber (COLLINS, 1994).

Mills procura vincular a situação de classe ao prestígio. Para ele, a ocupação é considerada fonte de prestígio e base para a estratificação e diferenciação social. As ocupações seriam relevantes não só para o *status* do indivíduo, como também estão ligadas à sua "situação de classe" (que depende do montante e da fonte de renda), além de implicar certos graus de poder sobre os outros.

Para Mills, se considerássemos somente a questão da propriedade, os *colarinhos-brancos* (a nova classe média) estariam exatamente na mesma situação de classe dos operários. É o montante da renda auferida no emprego que os diferencia em termos de oportunidades de vida. Já em relação ao prestígio, por ocuparem posições semelhantes às da antiga classe média (nos EUA), tomarem emprestado o prestígio da firma (graças às relações impessoais que estabelecem com os fregueses e empresários), e até mesmo ter a possibilidade de trabalhar com trajes de passeio, os *colarinhos-brancos* têm mais prestígio que os operários, e diferenciam-se, inclusive, entre suas diversas categorias. Enquanto auxiliares da autoridade, eles ainda exercem um certo poder, embora este seja atribuído por outros (MILLS, 1969, p. 93-97).

Portanto, a posição de prestígio dos empregados de colarinho-branco seria, para Mills, uma das características mais importantes para definí-los como camada social, embora o montante da renda seja também relevante. Diz ele: "As reivindicações de prestígio fundamentam-se no consumo; mas, como o consumo é limitado pela renda, a situação de classe e a posição de prestígio se entrecruzam" (*ibid.,* p.259). Ou seja, para ele a relação entre classe social e *status* é direta, e fortemente vinculada à ocupação.

No debate internacional contemporâneo sobre estratificação social, o pensamento neo-weberiano é tido como o predominante, e influencia inclusive os neo-marxistas[6]. Considerado por muitos estudiosos (BREEN, 2005; SANTOS, 2005; CROMPTON, 2003; EDGELL, 1995) como um dos mais importantes autores neo-weberianos sobre o tema, John Goldthorpe coordenou um projeto de análises de mobilidade *cross-national* que envolveu vários países da União Européia, chamado

[6] Alguns autores apontam uma convergência crescente entre neo-marxistas como Wright e neo-weberianos, como Goldthorpe (EDGELL, 1995).

CASMIN (*Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Societies*), e teve sua teoria utilizada como base para a elaboração do sistema de classificação oficial para mensuração de classe social nos censos do Reino Unido desde 2001, o que prova a importância desta tradição no debate atual acerca da estratificação social.

Em um de seus primeiros e mais influentes estudos sobre a mobilidade social e a estrutura de classes na Grã-Bretanha (GOLDTHORPE et al, 1987), Goldthorpe construiu um esquema de classes baseado nas noções de "situação de mercado" e "situação de trabalho". Ele procura combinar as categorias ocupacionais cujos membros sejam supostamente comparáveis, por um lado, a) em termos de suas fontes e níveis de renda e outras condições de emprego, como o grau de segurança e chances de progresso no emprego (situação de mercado), e, por outro lado, b) em sua posição nos sistemas de autoridade e controle que regulam os processos de produção nos quais elas estão engajadas (situação de trabalho) (*ibid.*, 1987, p.40).

Essas noções eram consideradas por David Lockwood – em quem Goldthorpe se baseou – os principais fatores que compunham aquilo que ele chamava de "situação de classe". O fato de Lockwood ter baseado esses seus conceitos em Weber (em especial, o de "situação de mercado") foi o que fez com que os esquemas de classe de Goldthorpe fossem frequentemente chamados de neo-weberianos, a despeito deste autor negar tal rótulo. De fato, diferentemente de Weber, que levava em conta a dimensão social da classe, e a entendia apenas como uma dimensão analítica, Goldthorpe utiliza apenas critérios relacionados à economia.

Categorias ocupacionais que tipicamente compartilham situações comuns de mercado e de trabalho foram agregadas em classes, na medida em que ocupantes de diferentes classes experimentam diferentes chances de vida. O esquema então apresentado por Goldthorpe era composto pelas sete categorias que seguem:

Esquema de posições de classe de Goldthorpe, 1980 (1987)

I	Profissionais de alto nível, administradores e oficiais de alto nível, gerentes de grandes indústrias e grandes proprietários
II	Profissionais de baixo nível e técnicos de alto nível, administradores de baixo nível, gerentes em grandes estabelecimentos industriais e de serviços, e supervisores de trabalhadores não-manuais.
III	Empregados no setor não-manual de rotina
IV	Pequenos proprietários e artesãos por conta própria e outros trabalhadores por conta própria
V	Técnicos de baixo nível e supervisores de trabalhadores manuais
VI	Trabalhadores manuais qualificados na indústria
VII	Trabalhadores manuais semi-qualificados ou sem qualificação e trabalhadores na agricultura

Fonte: SCALON, 1999, p.44

Essas posições de classe podem ser agregadas em:

a) Classe de serviços (posições I e II)

b) Classes intermediárias (posições III, IV e V) e

c) Classes manuais (posições VI e VII).

A análise da mobilidade entre essas posições de classe buscava identificar padrões que mostrassem que, na medida em que essas classes se constituíam como agregados demográficos relativamente estáveis, elas adquiririam uma "identidade demográfica" com o tempo. Assim, a situação de classe influenciaria os valores, orientações e padrões de comportamento coletivo dos indivíduos. Desse modo, esse esquema de posições de classe formulado por Goldthorpe serviria também para investigar a relação entre classe e ação coletiva.

Porém, em estudos mais recentes, Goldthorpe abandonou o conceito de situação de trabalho e de identidade demográfica passou a considerar as relações de emprego, ou o tipo de vínculo empregatício na elaboração de seus esquemas de posições de classes (ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992). A diferenciação, nesse caso, se dá entre os contratos de serviço e os contratos de trabalho. De forma simplificada, os contratos de trabalho seriam aqueles em que há uma troca entre salário e esforço (ou trabalho). Já os contratos de serviço envolvem uma relação teoricamente mais duradoura, que inclui

elementos prospectivos, como a expectativa de promoções ou aumentos de salário no futuro (CROMPTON, 2003, p.65).

Portanto, duas distinções principais são levadas em consideração: em primeiro lugar, entre aqueles que possuem meios de produção e aqueles que não os possuem, e entre estes últimos, de acordo com sua relação com seu empregador. A principal dicotomia neste caso seria então entre posições reguladas por contrato de trabalho e posições reguladas por relações de "serviço" com o empregador (BREEN, 2005, p.5).

É no esquema de posições de classe que surge desse novo posicionamento que Goldthorpe se baseia para gerar o esquema de classes utilizado no projeto CASMIN, ao qual já nos referimos. As posições de classe neste esquema são as seguintes:

O esquema de posições de classe de Goldthorpe (Projeto CASMIN)

Classe	Agregados ocupacionais		Relação de emprego
Serviço	I	Profissionais de alto nível; administradores e gerentes em grandes estabelecimentos industriais; grandes proprietários	Empregador ou relação de serviço
	II	Profissionais de nível baixo; administradores e gerentes em pequenos e médios negócios e indústrias; técnicos de alto nível, supervisores e empregados não-manuais.	Relação de serviço
Intermediária	IIIa	Empregados não-manuais de rotina; empregados em administração e comércio	Intermediário
	IIIb	Empregados não-manuais de rotina, nível baixo (vendas e serviços)	Intermediário (homens) e Contrato de trabalho (mulheres)
	IVa	Pequenos proprietários e artesãos auto-empregados	Empregador
	IVb	Pequenos proprietários, artesãos, etc., sem empregados	Auto-empregado
	IVc	Pequenos proprietários rurais e agricultores auto-empregados	Empregador ou auto-empregado
	V	Técnicos de baixo nível; supervisores de trabalhadores manuais	Intermediário
Trabalhadora	VI	Trabalhadores manuais qualificados	Contrato de trabalho
	VIIa	Trabalhadores manuais não qualificados ou semi-qualificados	Contrato de trabalho
	VIIb	Trabalhadores rurais	Contrato de trabalho

Fonte: CROMPTON (2003, p.67)

Assim, a presunção chave por trás desses três grupamentos de classe (quais sejam: classe de serviço, classe intermediária e classe trabalhadora) é a de que contêm classes que são definidas como comparáveis em termos de suas situações de mercado e de trabalho. A classe de serviço inclui tanto classes proprietárias como não-proprietárias, mas apenas ocupações de colarinho-branco, e é tida como a de maior prestígio entre as classes. A classe intermediária é mista em dois aspectos: inclui tanto classes proprietárias como não proprietárias, e mais ocupações de colarinho-branco e de colarinho-azul. A classe trabalhadora seria a única classe 'pura', que inclui apenas trabalhadores manuais não-proprietários. Conseqüentemente, as classes de serviço e intermediária contêm tanto elementos relacionais como gradacionais (EDGELL, 1995).

As idéias de Goldthorpe e seus colegas sobre estratificação social influenciaram de maneira significativa importantes estudos sobre o tema no Brasil, em especial as análises sobre mobilidade social, desde autores mais antigos, como José Pastore e Nelson do Valle Silva, até autores mais recentes, como Carlos Antônio Costa Ribeiro e Maria Celi Scalon. Estes últimos se utilizam largamente do esquema de classes proposto por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (1979, *apud* COSTA RIBEIRO, 2001), conhecido como EGP, que consideram especialmente adequado para os estudos de mobilidade social.

Entretanto, com essa nova orientação teórico-metodológica, Goldthorpe acabou se afastando das suas ambições iniciais, deixando de enfatizar os processos demográficos de formação de classe e se afastando de suas "raízes weberianas", o que fez com que recebesse muitas críticas. As suas posições de classe teriam se tornado apenas variáveis independentes em inúmeros estudos sobre vários temas, tais como preferências políticas, desigualdade social, acesso à educação, entre outros, e principalmente sobre mobilidade social. Desse modo, apesar da mudança de foco ter acarretado algumas perdas em termos de teoria sociológica, o esquema de posições de classe de Goldthorpe passou a ser um importante instrumento de pesquisa para inúmeros pesquisadores.

Um exemplo da aplicação da classificação EGP é o recente estudo de Oliveira, Marques e Scalon (2008) que visa comparar as estruturas sócio-espaciais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este estudo nos foi especialmente interessante por utilizar

técnicas de georreferenciamento que serviram de inspiração para nossa pesquisa. No caso, os autores também utilizaram dados do Censo Demográfico de 2000, mas a divisão em posições seguiu o esquema EGP, resultando nas seguintes categorias:

(I) Profissionais e administradores;
(II) Trabalhadores não-manuais de rotina;
(III) Pequenos proprietários;
(IV) Trabalhadores manuais qualificados;
(V) Trabalhadores manuais não-qualificados e;
(VI) Rural.

Neste capítulo, vimos algumas das principais correntes sociológicas que exploram o tema da estratificação social. Obviamente existem muitas outras que poderiam ser aqui incluídas, uma vez que este é um tema fundamental na sociologia. Entretanto, como dissemos, tivemos que fazer escolhas, de acordo com as nossas questões, e corremos o risco de deixar de lado autores e linhas de pensamento que poderiam nos ajudar bastante.

Nosso objetivo, neste capítulo, foi o de realizar um levantamento dos principais tipos de abordagem sobre a estratificação social, passando das abordagens que privilegiam as hierarquias de prestígio até aquelas que por meio da teoria criam posições sociais, no nosso caso são as posições de classe, que podem ser ou não objetivamente ocupadas por indivíduos. Assim, iniciamos a discussão com a Antropologia Social americana, passando por Parsons, e chegando até Goldthorpe.

No próximo capítulo, faremos uma breve apresentação da abordagem marxista sobre classes. Esta é a vertente da sociologia em que o conceito de classe tem as maiores ambições explicativas, e por conta disso, é muito discutido entre os próprios marxistas. Como o esquema de posições de classes que utilizaremos em nossa pesquisa é derivado de um esquema marxista, resolvemos separar essa discussão em um capítulo à parte, a fim de explicar tal esquema com mais clareza.

CAPÍTULO II
AS CLASSES NA ABORDAGEM MARXISTA

No capítulo anterior, vimos como algumas das principais vertentes da sociologia trataram e tratam a questão da estratificação social. Neste capítulo continuaremos a discussão do capítulo anterior, tratando agora mais detidamente da abordagem marxista sobre a análise de classes. Os marxistas afastam-se ainda mais que os weberianos das noção de hierarquias de prestígio e do estudo dos modos de vida, uma vez que as classes dizem respeito unicamente às relações de produção. A discussão sobre esta perspectiva teórica mereceu um capítulo à parte por dois motivos principais. Em primeiro lugar, devido à importância e à centralidade que tem conceito de classe em toda a teoria marxista, como veremos adiante. O segundo motivo é o de destacar a abordagem neo-marxista de Erik O. Wright, pois o esquema de classes sobre o qual nos basearemos na presente pesquisa é derivado do esquema deste autor.

Para tanto, começaremos o capítulo apresentando brevemente as diferentes formas que o conceito de classe tomou nas obras de Marx, e alguns desdobramentos dessas diferenças. Em seguida, apresentaremos os esquemas de posições de classe de Wright, e as mudanças que sofreram nos anos 1980. Por fim, feitas as devidas ressalvas aos esquemas de Wright, apresentamos o esquema de classes de José Alcides Figueiredo Santos, que é uma adaptação interessante dos esquemas de Wright à realidade social brasileira. Essa apresentação é importante, uma vez que nos baseamos no esquema de Santos para a nossa pesquisa. Os motivos da escolha desse esquema de classes, no entanto, serão melhor esclarecidas no capítulo posterior.

As classes nas obras de Karl Marx

Marx é responsável por uma das primeiras e mais importantes teorias sociológicas sobre estratificação social. Isso porque o conceito de classe tem maiores

ambições explicativas na tradição marxista que em qualquer outra tradição da teoria social. De fato, as classes sociais são o centro da concepção de história de Marx, entendidas por ele como os atores principais no palco histórico. Elas seriam o tipo crucial de relação social, que unifica os lados material, político e ideológico da sociedade. São elas que se enfrentam em lutas políticas e econômicas, fazem alianças e produzem mudanças históricas.

Entretanto, apesar da centralidade do conceito de classe em sua teoria, Marx não chegou a definir com precisão ou de maneira sistemática o que entendia por "classes". O capítulo "As classes", no livro III de "O capital", que ao que tudo indica seria dedicado a isso, não chegou a ser concluído, deixando margem para infindáveis debates e diferentes interpretações acerca do conceito.

O próprio Marx chega a utilizar o conceito de classe com diferentes sentidos em suas obras. Em "O Manifesto Comunista" (MARX*,* 1998) o termo assume forte conotação política, já que a sociedade de classes é vista como algo a ser superado, uma vez que as classes só existem em luta ou quando há opressão de uma em relação a outra. Já em "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" (*idem,* 1978), as classes são concebidas como sujeitos históricos, intencionais ou não, e cujos interesses não são puramente econômicos. Aqui, tal como n'*O Manifesto*, um componente importante para que uma classe atue como tal é a consciência de classe, embora o campesinato, por exemplo, seja visto como uma classe que atua como massa, ou seja, sem organização efetiva nem consciência clara de seus interesses, ou um simples agregado de partes iguais.

Enquanto no "Manifesto Comunista" e no "18 Brumário de Luís Bonaparte" as classes só existem no contexto da luta de classes ou quando existe uma consciência de classe, em "O capital" (*idem*, 1988) o entendimento é diferente. Ali, Marx expõe as contradições sistêmicas que originam as classes, mas não os conflitos entre elas. Ou seja, em "O capital", não se trata de classes em luta, mas sim de classes enquanto portadoras de relações, inerentes ao processo de produção e reprodução do capital. É importante ressaltar que Marx não leva em consideração o prestígio ou o *status* das

classes, nem o seu estilo de vida[7], mas unicamente sua posição no processo de produção e reprodução do capital.

A complexificação das hierarquias industriais, com a criação de novos cargos, aliada à especialização das funções e ao aumento do trabalho não-manual, além do crescimento do trabalho no setor de comércio e serviços, bem como o desenvolvimento das políticas de bem-estar social, criaram um grande desafio para os marxistas, uma vez que, para eles, a concepção geral é a de que, no modo de produção capitalista as duas classes básicas e fundamentais seriam a dos proprietários capitalistas e a do proletariado, que teriam interesses opostos[8].

Assim, a questão de como lidar com aquelas camadas situadas entre os esses dois pólos tornou-se especialmente problemática, rendendo inúmeras discussões. Tal questão passou a ser um problema a ser enfrentado por qualquer teórico de inclinação marxista que se propusesse a tratar da questão das classes. E justamente pelo fato das classes serem centrais no pensamento marxista, os tipos de abordagem que foram feitas sobre as posições intermediárias nos ajudam a entender o desenvolvimento recente da análise de classes marxista.

Os pequenos capitalistas são, assim, algumas vezes incluídos entre os capitalistas e outras vezes entre os trabalhadores. Poulantzas, exemplo, dá o nome de "nova pequena burguesia" àquela classe composta por assalariados que realizam trabalho improdutivo, desempenham papéis de supervisão e/ou desenvolvem trabalho mental (POULANTZAS, 1975). Para ele, ao contrário do que diz Marx e uma grande parte dos marxistas, essa condição seria um fenômeno permanente, e não transitório, do capitalismo (SALLUM, 2005, p.13).

---

[7] Marx chega a tangenciar esses temas quando fala que o luxo entraria nos custos de representação do capital, já que, a um certo nível de desenvolvimento, uma certa dose de prodigalidade seria necessária para que o capitalista obtivesse crédito no mercado (MARX, 1988, p.690)

[8] Outra questão que desencadeou inúmeras discussões entre os marxistas – e até mesmo críticas contundentes à centralidade que o conceito de classe ocupa no marxismo – diz respeito aos chamados "novos movimentos sociais", surgidos nos anos 60 e 70. Com objetivos pós-materialistas e não vinculados interesses típicos de classe (sobre temas como a ecologia, a paz mundial, a igualdade de gêneros e a igualdade racial), esses movimentos deixavam clara a importância da nova pequena burguesia, de onde geralmente partiam, ao mesmo tempo que revelavam que os interesses dessa nova classe nada tinham a ver com a luta de classe ou com as relações de produção.

Erik O. Wright e as "posições contraditórias" nas relações de produção

Com base em críticas ao esquema de classes de Poulantzas, Erik Olin Wright definiu primeiramente as posições de classe intermediárias como "posições contraditórias" nas relações de produção (WRIGHT, 1981), uma vez que nelas os interesses opostos do capital e do trabalho se entrecruzam. Para Wright, "a mais séria crítica da perspectiva de Poulantzas talvez se centre no modo como ele trata as posições ambíguas no seio da estrutura de classes" (*ibid.*, p.57). Ele considera que critérios de Poulantzas para a inclusão na classe operária seriam muito rígidos, e os critérios para inclusão na burguesia seriam muito amplos, o que geraria alguns problemas na análise: a classe trabalhadora ficaria subdimensionada, enquanto a burguesia ficaria superdimensionada, abrangendo posições de classe que nem sempre têm os mesmos interesses da burguesia "pura".

A própria divisão entre a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional não teria sido tratada de maneira adequada por Poulantzas, segundo Wright, já que elas são entendidas como uma só classe, embora tenham ideologias muito diferentes[9]. Enquanto a pequena burguesia tradicional se sente ameaçada pelo capitalismo e, em geral, inclina-se contra o Estado centralizador, a nova pequena burguesia teria sido criada pelo capitalismo e teria interesse no Estado centralizador (WRIGHT, 1981, p.55).

Wright salienta que o conceito de situações contraditórias dentro das relações de classe não se refere a problemas para enquadrar pessoas numa tipologia abstrata, e sim a contradições objetivas entre os processos reais de relações de classe (WRIGHT, 1981,

[9] Ainda sobre as diferenças entre a nova pequena burguesia e a pequena burguesia tradicional, diz Wright que: "Embora seja certo que o individualismo caracterize a ideologia tanto da tradicional como da nova pequena burguesia, o individualismo das duas categorias é extremamente diferente. O individualismo da antiga pequena burguesia acentua a autonomia do indivíduo, mediante apelos a que ele seja o próprio patrão, controle o próprio destino, etc. Por outro lado, o individualismo da nova pequena burguesia é carreirista, um individualismo voltado para a mobilidade organizacional" (WRIGHT, 1981, p.55).

p.58). Ele menciona três transformações estruturais que nos auxiliam a entender as relações de classe no capitalismo avançado[10]:

1. A perda gradual de controle sobre o processo de trabalho pelos trabalhadores;
2. A diferenciação das funções do capital e
3. O desenvolvimento de hierarquias complexas

A partir dessas três transformações, Wright identifica três processos centrais nas relações entre capital e trabalho que correspondem a cada um deles, respectivamente:

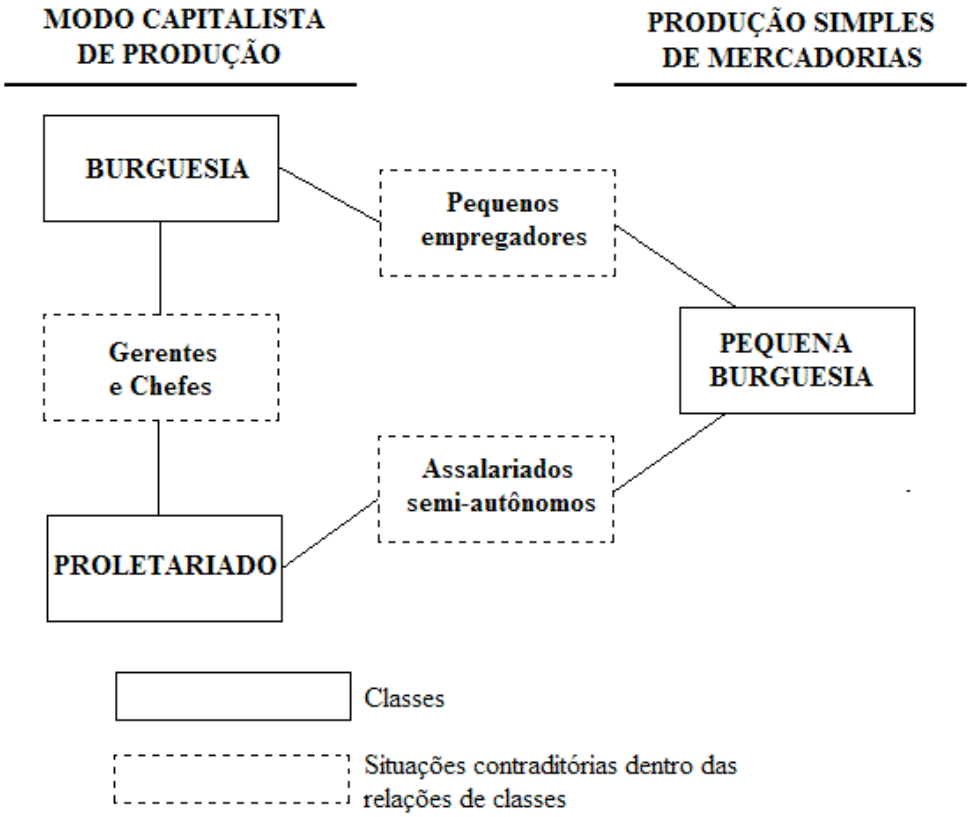
1. Controle sobre os meios físicos de produção
2. Controle sobre a força de trabalho e
3. Controle sobre investimentos e alocação de recursos.

A partir do nível de controle sobre cada um desses processos, Wright identifica as três "situações inequívocas dentro das relações de classes", que seriam a burguesia, o proletariado e a pequena burguesia. Enquanto a burguesia teria controle sobre todos esses três processos, o proletariado, pelo contrário, não teria controle sobre qualquer um desses processos. Já a pequena burguesia teria controle sobre os meios físicos de produção e sobre os investimentos e alocação de recursos, mas não sobre a força de trabalho.

Assim, o primeiro modelo de Wright seria um esquema triangular, incorporando a burguesia, o proletariado e a pequena burguesia, sendo que a burguesia e o proletariado ocupariam pólos opostos no modo capitalista de produção. Gerentes e chefes ocupariam uma posição contraditória entre essas duas classes, pois, diferentemente do proletariado, possuem algum controle sobre alocação de recursos. Entre a burguesia e a pequena burguesia estão os pequenos empregadores, pois possuem algum controle sobre a força de trabalho alheia, algo que os pequenos burgueses não possuem. Por fim, entre o proletariado e a pequena burguesia estão os assalariados semi-autônomos, que possuem algum nível de controle sobre o processo de trabalho. O quadro abaixo sintetiza o primeiro modelo de Wright sobre as relações de classes:

[10] Wright discute cada uma dessas transformações mais detalhadamente em WRIGHT, 1981, p.59-67.

Relações de classes no primeiro esquema de Wright



Fonte: WRIGHT, 1981, p.57

Essa visão de Wright é criticada por muitos autores, inclusive por Offe, que considera "altamente inconsistente denunciar 'a nova classe' (...) como um corpo estranho, sem refletir ao mesmo tempo sua indispensabilidade funcional" (OFFE, 1989, p.12). Para Offe, a classe média seria fruto de fraturas no interior da classe assalariada, causada, entre outras coisas, pela ampliação do trabalho reflexivo em serviços.

Mais tarde, porém, o próprio Wright se dá conta de que seu modelo não resolvera a questão de como enquadrar as posições intermediárias em um esquema de classes marxista. Os principais pontos fracos desse primeiro esquema, reconhecidos por ele próprio (WRIGHT, 1989, p.304-5), seriam os seguintes:

1. Embora Wright veja a exploração como o principal gerador de interesses de classe, o que de fato define as "posições contraditórias" são as relações de dominação de uma classe sobre a outra;

2. O conceito não ofereceu uma maneira satisfatória de lidar com o problema do Estado na estrutura de classes capitalista. Os empregados do Estado não poderiam ser simplesmente agregados aos empregados no mercado, dado que são submetidos a tipos distintos de relações sociais de produção;
3. Por fim, diz Wright que foi muito difícil operacionalizar o esquema na pesquisa empírica, especialmente no que diz respeito aos "assalariados semi-autônomos".

Erik O. Wright e o modelo das múltiplas explorações

Inspirado na obra de John Roemer, que reconstrói o conceito de exploração, Wright decide incorporá-lo em sua teoria, criando um novo esquema de classes em 1985. Para Roemer, a exploração e as classes são fenômenos relativamente independentes um do outro, podendo existir exploração mesmo em uma sociedade sem classes (ESTANQUE, 2000, p.33).

Assim, Wright entende que o ingrediente que mais diferencia o entendimento marxista de classe em relação a outras tradições é o conceito de exploração. Somente a exploração pode produzir interesses materiais antagônicos entre as classes, pois somente nela ficam patentes as contradições. O mesmo não acontece com a dominação: pode haver dominados e dominantes em uma mesma sociedade ou comunidade, sem que haja, necessariamente, interesses objetivos antagônicos. Tome-se, por exemplo, a dominação que um pai exerce sobre um filho, ou que um líder religioso exerce sobre seus seguidores. Wright então muda sua posição teórica e passa a considerar as posições intermediárias de classe como "localizações privilegiadas nas relações de exploração" (WRIGHT, 1989).

Para Wright, as relações de classe são aquelas em que os poderes e direitos sobre os meios de produção são desigualmente distribuídos, e nelas, a exploração ocorre quando são satisfeitos três critérios fundamentais:

a. a garantia do bem estar material dos exploradores é dependente da privação material dos explorados, que, por sua vez,
b. são excluídos do acesso aos meios de produção (expropriação),
c. o que gera uma vantagem material aos exploradores que permite que eles se apropriem da força de trabalho dos explorados e da mais-valia gerada pelo esforço dos mesmos (WRIGHT, 2005).

Uma importante implicação disto é que a sobrevivência dos exploradores depende do trabalho dos explorados, o que garante a estes últimos um certo poder, ligado à sua força de trabalho, no qual estaria a chave para a possibilidade de superação da sociedade de classes. O capitalismo, fundamentado na exploração burguesa sobre o proletariado, ao mesmo tempo em que desenvolve a capacidade produtiva humana a tal ponto que torna possível a realização material da igualdade social radical, cria instituições que bloqueiam a realização dessa igualdade de fato.

Assim, diferentes "modos de produção" são baseados em mecanismos distintos de exploração. Baseado em Roemer, Wright distingue quatro tipos de ativos cuja distribuição desigual – na forma de posse ou controle – possibilita formas diferentes de exploração:

a. Ativos de força de trabalho (exploração feudal)
b. Ativos de capital (exploração capitalista)
c. Ativos organizacionais (exploração estatal)
d. Ativos de habilidades e credenciais (exploração socialista)

Na sociedade contemporânea não haveria uma forma pura, mas sim uma combinação de formas de exploração, o que possibilita que algumas posições sejam exploradas segundo um desses mecanismos, e ao mesmo tempo explorem utilizando outro desses mecanismos. Essas posições constituiriam as classes médias (WRIGHT, 1989, p.306).

Wright, que se considera neo-marxista, defende atualmente uma tipologia de classes na qual a posição de classe de um indivíduo é determinada pela posse ou escassez de ativos em três dimensões: propriedade, qualificação e autoridade (WRIGHT, 1989). De forma simplificada, podemos dizer que possuir ativos de propriedade significa possuir bens de capital ou meios de produção, enquanto os ativos

de qualificação seriam representados pela posse de habilidades ou conhecimentos técnicos sobre a produção e os ativos de autoridade seriam relativos à ocupação de posições de controle nas relações de produção. No quadro abaixo, podemos observar a tipologia de classes proposta por esse novo esquema de Wright, em sua forma básica:

Tipologia básica de classes na sociedade capitalista, de E.O.Wright

	Proprietário	**Empregados**			
Contrata trabalho	Capitalista	Gerentes especialistas	Gerentes não especialistas	***Exerce autoridade***	**Relação com autoridade**
Não contrata trabalho	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores	***Não exerce autoridade***	
		Possui qualificações	***Não possui qualificações***		
		Relação com qualificações escassas			

Fonte: Santos (1998, p.390)

A burguesia, segundo Wright, seria a classe que possuiria ativos nas três dimensões, possuindo meios de produção e capital suficiente para empregar trabalhadores e não trabalhar. As posições ambíguas seriam compreendidas por aqueles que, apesar de venderem sua força de trabalho e não possuírem meios de produção, ocupam "localizações privilegiadas nas relações de exploração", por possuírem ativos de qualificação (ex.: especialistas) e/ou de autoridade (ex.: supervisores e gerentes). Os ativos de qualificação seriam indicativos de uma força de trabalho complexa ou potencializada.

Já os ativos de autoridade podem envolver tomadas de decisão na organização, como é o caso dos gerentes, ou apenas uma autoridade efetiva sobre os subordinados, que não inclui o poder de tomada de decisões de política no local de trabalho, como é o caso dos supervisores. Wright fala em uma "classe trabalhadora ampliada" abarcando os supervisores não qualificados, os trabalhadores qualificados e os trabalhadores não qualificados, mas sua definição pode mudar de acordo com os objetivos específicos da investigação (SANTOS, 2002, p. 51). Já a classe trabalhadora "pura" é aquela destituída de ativos em todas as três dimensões: sem meios de produção, não-qualificada e sem autoridade. Vale ressaltar que, para Wright, a propriedade de ativos de capital teria uma

prevalência estrutural sobre as outras formas de diferenciação de classe, já que estaria aí a base fundamental para a exploração.

Para Wright, as posições intermediárias são definidas pela posse de ativos de perícia/ qualificação e/ou pela posse de ativos de autoridade. A organização e o controle da produção, delegadas a terceiros, bem como o desenvolvimento de setores não-produtivos, criam localizações privilegiadas dentro das relações de produção, intermediárias entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados típicos.

O novo esquema resulta em doze posições estruturais, como podemos observar no quadro abaixo. Wright, no entanto, salienta que uma "posição de classe" (*class location*) não corresponde a uma classe. O número de "posições de classe" em um esquema de posições de classe a ser adotado em uma pesquisa deve ser aquele que melhor satisfaça as necessidades do pesquisador (WRIGHT, 2005, p.8).

Tipologia desenvolvida de classes de E.O. Wright

Número de empregados	Relação com os meios de produção: Proprietários	Não proprietários (empregados)			Relação com autoridade
	Capitalistas	Gerentes especialistas	Gerentes qualificados	Gerentes não-qualificados	Gerente
	Pequenos empregadores	Supervisores especialistas	Supervisores qualificados	Supervisores não-qualificados	Supervisor
	Pequena burguesia	Trabalhadores especialistas	Trabalhadores qualificados	Trabalhadores não qualificados	Sem autoridade
		Especialista	Qualificado	Não qualificado	

Relação com qualificações escassas

Fonte: WRIGHT, 2000, p.45

Este novo esquema de classes de Wright, que segundo ele mesmo contempla "múltiplas explorações", também tem seus problemas. Um deles, reconhecido pelo

próprio Wright, diz respeito à interpretação de como se daria a exploração dos mais qualificados sobre os menos qualificados, um tipo de exploração que poderia acontecer entre diferentes frações da classe média. O empregado qualificado explora o empregado não-qualificado, ou simplesmente aquele é menos explorado do que este pelo capitalista? Esta questão é colocada por Wright, mas não é respondida por ele (WRIGHT, 1989, p.308 ss.). No entanto, Wright procura atenuá-la ao considerar as posições de gerentes e especialistas como *localizações privilegiadas nas relações de produção*. Talvez a origem deste problema esteja no fato da qualificação ser um elemento gradacional presente nesse esquema de classes, que Wright pretendia que fosse um relacional[11]. Outra possível origem do problema seria que a relação entre o empregado qualificado e o empregado não qualificado seja na verdade uma relação de dominação, e não de exploração. Isso adicionaria um importante elemento weberiano à análise de classes feita por Wright, e contribui para que seu esquema de classes não possa ser considerado puramente marxista. Também contribui para isso a dificuldade de Wright em incluir em seu esquema teorias caras ao marxismo, tais como a da mais-valia e a da revolução proletária (EDGELL, 1995, p.22).

No entanto, segundo Wright, muitos das dificuldades que surgem ao se tentar responder ao problema da classe na abordagem marxista parecem desaparecer na tradição weberiana da análise de classes, já que a categoria "classe média" não coloca o mesmo tipo de dificuldade conceitual para os weberianos como o faz para os marxistas. Wright salienta, no entanto, que também existem muitos problemas de operacionalização na análise de classes weberiana: "Os conceitos de 'situação de mercado' e 'situação de trabalho', que são utilizados por weberianos como John Goldthorpe, colocam ambos problemas significativos de operacionalização e mensuração" (WRIGHT, 1989, p.315).

A tradição weberiana de análise de classes, para Wright, teria o caminho facilitado, uma vez que não teria que lidar com questões que são cruciais ao marxismo. Por exemplo, para os weberianos, o conceito de estrutura de classes não necessariamente precisa estar ligado ao modo de produção, e nem as classes são os

[11] Wright era crítico de esquemas de classes gradacionais – como por exemplo ao esquema de Paul Hatt, sobre o qual falamos no capítulo I – pois dizia que esquemas desse tipo descrevem, mas não explicam. Wright, no entanto, refere-se principalmente às hierarquias de prestígio ou de renda, que, segundo ele, são conseqüência das relações de classe (CROMPTON, 2003, p.63).

atores principais de sua teoria da história. Além disso, os weberianos não lidam com fenômenos considerados estruturais pelo marxismo, como a exploração e o antagonismo de classes. Embora seu conceito de classe seja relacional, não é baseado em um modelo de relações polarizadas (WRIGHT, 1989, p.315ss.).

Desse modo, podemos dizer que as dificuldades que se impõem à análise de classes de orientação marxista são devidas, principalmente, à sua grande ambição explicativa. Como dissemos, o conceito de classe ocupa uma posição central, fundamental, no marxismo. Wright chega a dizer que: "Como Charles Camic observou, a escolha entre as abordagens marxista ou weberiana não é realmente entre duas teorias da sociedade, mas entre uma teoria e uma não-teoria" (WRIGHT, 1989, p.321). No entanto, mais adiante, Wright ameniza sua crítica, dizendo que, de fato, as soluções apresentadas pela abordagem weberiana representam uma forma de se evitar os nós conceituais que surgem ao se tentar compreender a classe média sob a ótica marxista, mas o preço dessas soluções seria a diminuição da ambição das aspirações teóricas (*ibid.*, p.323).

O fato é que o próprio Wright acaba se afastando da teoria marxista ao incorporar em seu esquema das múltiplas explorações – seu segundo esquema de posições de classe, discutido acima – alguns elementos gradacionais, como é o caso do acesso a qualificações escassas. No entanto, o esquema de Wright serve como um bom instrumento para a pesquisa empírica sobre classes, tendo influenciado importantes pesquisas em vários países. Exemplos da importância de Wright no debate internacional sobre análise de classes são o *International Class Project* e o *Comparative Class Analysis Project*, que foram grandes estudos comparativos conduzidos nos anos 80 e 90 do século passado em pelo menos 15 países em vários continentes[12].

[12] Em seu livro "Class counts" (WRIGHT, 2000), Wright realiza uma comparação entre as estruturas de classe dos Estados Unidos, Suécia e Japão, com base em dados obtidos no *Comparative Class Analysis Project*.

Uma adaptação do esquema de Wright à realidade social brasileira

Uma interessante adaptação do esquema de classes de Wright para o Brasil foi feita por José Alcides Figueiredo Santos em seu livro *Estrutura de posições de classe no Brasil* (SANTOS, 2002). Santos procura incorporar à teoria de Wright algumas divisões que auxiliem na compreensão das particularidades da estrutura de classes brasileira. Ele inclui, por exemplo, divisões segundo o tipo de trabalho - manual ou não-manual - e o setor de trabalho - agrícola ou não-agrícola. Na elaboração de seu esquema de classes, Santos também considera as limitações dos dados disponíveis sobre ocupação no Brasil[13], que além de escassos não contemplam as mesmas variáveis das quais Wright dispunha para criar seu esquema de posições de classes.

Em um trabalho mais recente (SANTOS, 2005), o autor modifica seu esquema de classes inicial, removendo a distinção entre trabalhadores manuais e não-manuais, e incluindo a diferenciação entre gerentes e supervisores, o que se tornou possível com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002, além de incluir a categoria dos empregados domésticos, inexistente no esquema de Wright.

A demarcação das categorias de classe de Santos levou em consideração a posição na ocupação, ou o *status* do emprego, distinguindo-se as posições de empregador, empregado, trabalhador por conta-própria e empregado doméstico, e a parti daí, por um processo de desagregação, obteve-se o esquema de posições de classe resultante. O esquema de classes resultante tem 13 posições estruturais, detalhadas no quadro seguinte:

[13] Em seu livro *Estrutura de posições de classe no Brasil*, Santos utiliza como base de dados a PNAD de 1996, feita pelo IBGE, para a elaboração de seu esquema de posições de classe.

Classificação socioeconômica de J. A. Figueiredo Santos

Categorias	*Critérios operacionais*
Capitalistas e fazendeiros	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola com 11 ou mais empregados; empregador agrícola com 11 ou mais empregados permanentes; empregador agrícola que emprega simultaneamente 6 ou mais empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários; empregador agrícola com 1.000 ou mais hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.
Pequenos empregadores	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola que ocupa de 1 a 10 empregados; empregador agrícola com 3 a 10 empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de 6 a 10 empregados permanentes ou 11 ou mais empregados temporários.
Conta-própria não agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não-agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para trabalhar na ocupação qualificada no emprego principal.
Conta-própria agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.
Especialistas auto-empregados	Posição na ocupação de conta-própria ou empregador, especialista de acordo com o grupo ocupacional, com até cinco empregados ou sem empregados, com ou sem estabelecimento próprio (loja, oficina, fábrica, escritório).
Gerentes	Posição na ocupação de empregado, gerente de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, dirigentes de administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos, etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.
Empregados especialistas	Posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.
Empregados qualificados	Posição na ocupação de empregado, empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores em educação física e educação especial.
Supervisores	Posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com grupo ocupacional
Trabalhadores	Posição na ocupação de empregado, trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.
Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado, trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salinagem, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.
Conta-própria precários	Posição na ocupação de conta própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.
Empregados domésticos	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.

Fonte: SANTOS, 2005, p.38

Vale ressaltar o fato de Santos considerar a divisão entre os setores agrícola e não-agrícola, que também não existe nos esquemas de Wright; esse distinção aparece nas categorias de trabalhadores por conta-própria e na denominação da categoria de "capitalistas e fazendeiros". Ao diferenciar capitalistas e fazendeiros, Santos procura salientar a diferença entre controladores de capital e controladores de terras, mesmo que estes últimos não possuam o número de empregados suficiente para que fossem classificados como "capitalistas".

Os trabalhadores por conta-própria, além de separados em "agrícolas" e "não-agrícolas", são também segmentados segundo critérios de qualificação (profissionais de nível técnico) e controle de ativos de produção (posse de loja, oficina, táxi, entre outros). Já os especialistas autônomos foram classificados à parte segundo o critério da qualificação, mesmo que possuíssem alguns empregados (até 5). Sua elevada qualificação faz com que ocupem localizações privilegiadas de classe.

A categoria dos trabalhadores por conta-própria precários engloba aqueles trabalhadores auto-empregados destituídos de qualquer bem de capital ou qualificação, e que obtêm o seu sustento por meio da produção e/ou venda esporádica de produtos ou serviços no mercado.

Santos divide o que ele chama de "classe trabalhadora restrita" em duas posições de classe, que seriam a dos trabalhadores típicos e a dos trabalhadores elementares. Segundo ele, "considerou-se que seria interessante, explorar, no contexto social brasileiro, as diferenças existentes entre o trabalhador proletarizado 'padrão' e o trabalhador 'elementar' mais destituído, supondo uma aproximação deste último, em termos de mobilidade de circulação e/ou grau de destituição econômica, com as categorias de conta própria precários e empregados domésticos" (SANTOS, 2005, p.40).

Desse modo, as localizações privilegiadas nas relações de produção, conforme as define Wright, estariam representadas no esquema de Santos pelas categorias de empregados assalariados de classe média: "empregados especialistas" e "gerentes". Já as categorias de "empregados especialistas" e "supervisores" ocupariam as situações ambíguas de classe entre os assalariados.

No entanto, alguns problemas são comuns a estudos sobre classes e estratificação social que, como acontece em Goldthorpe e em Wright, buscam criar um esquema de posições de classe baseado em uma estrutura de células vazias, posteriormente preenchidas por agentes que se encaixam nos critérios definidos, *a priori*, pelo autor.

Como discutimos no Capítulo I, os estudos da Escola de Chicago, como o de Warner, tinham como ponto de partida as interações sociais e entre os agentes e as classificações que eles próprios atribuíam uns aos outros, e a partir daí as classes sociais que ali operavam eram deduzidas. Os esquemas de classe produzidos por este tipo de estudo eram normalmente de tipo hierárquico, ou com importantes elementos gradacionais. Além disso, cada local ou cada sociedade estudada poderia ter suas próprias classes e suas próprias hierarquias, de acordo com seus valores e sua cultura, e as conclusões deste tipo de estudo raramente ultrapassavam os limites da sociedade pesquisada.

Já os estudos como os de Goldthorpe e os de Wright realizam o caminho contrário. Partindo de pressupostos teóricos, eles criam um esquema de posições de classe, e aplicam tal esquema em diferentes sociedades, a fim de observar como ele opera em cada uma delas. Tanto Wright quanto Goldthorpe possuem projetos comparativos internacionais, o que indica que pretendem criar esquemas que sejam válidos não só para um país, o que já seria complicado, dadas as diferenças regionais, mas para vários países.

A validade desses esquemas de classe é testada por meio de pesquisas que realizam cruzamentos entre as posições de classe e variáveis sócio-econômicas e comportamentais. Análises estatísticas avaliam a relação da estruturas de classes criadas pelos sociólogos com variáveis como renda, escolaridade, acesso a serviços de saúde, preferência partidária e voto, entre outras. No caso do nosso estudo, o que pretendemos é examinar se um esquema de posições de classe pode ser uma base para modos de vida distintos. Discutiremos esse ponto nos próximos capítulos.

Nossa idéia é a de que, apesar do ganho relativo em possibilidades de generalização e de estudos de sociedades maiores e mais complexas, os esquemas de

classes construídos dessa maneira deixam de lado algo caro aos esquemas como os de Warner, no qual ocupavam papel importantíssimo os modos de vida e a sociabilidade entre os indivíduos.

Discutiremos mais a fundo esses problemas no próximo capítulo, no qual apresentaremos também um tipo alternativo de abordagem sobre a análise de classes, feito pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que constrói um sistema de classificação social unificando os estilos de vida e a posição social do agente. Salientaremos também as dificuldades em se realizar uma pesquisa empírica que resgate as variáveis utilizadas por Bourdieu e, além disso, justificaremos as escolhas que tivemos que tomar em nosso estudo por conta dessas limitações.

CAPÍTULO III
AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE POSIÇÕES DE CLASSE E MODOS DE VIDA

Podemos observar, na apresentação acima, que embora sejam temas muito comuns e fundamentais em praticamente todas as correntes sociológicas, a relação entre posições de classe e modos de vida é sempre complexa. O problema sociológico que nos motivou a realizar a presente pesquisa diz respeito exatamente a isso. Esse problema se torna mais claro especialmente quando se trata das chamadas classes médias, que agregam indivíduos e grupos que ocupam posições intermediárias na pirâmide social, entre os proprietários de riquezas e meios de produção e os trabalhadores, desprovidos de capital de qualquer tipo. As classes médias podem comportar, ao mesmo tempo, indivíduos e grupos em ascensão, em declínio e estagnados.

Como vimos no capítulo I, embora tenham muitas diferenças quanto ao nível da análise, tanto os funcionalistas como os estudiosos da Escola de Chicago privilegiam, em sua abordagem sobre classes, o ponto de vista dos agentes, ou como os agentes interpretam, ao mesmo tempo em que elaboram, as hierarquias entre as diferentes classes. Para elaborar seus esquemas de classes, esses estudiosos levam em conta, principalmente, elementos relativos a hierarquias de prestígio, sociabilidade entre agentes e modos de vida particulares e cada classe. No entanto, esse tipo de análise mostrou algumas deficiências, e aqui podemos destacar dois problemas que consideramos fundamentais. O primeiro diz respeito ao fato da Escola de Chicago não ter produzido uma teoria que permitisse generalizar as conclusões de suas pesquisas empíricas para âmbitos maiores que o do espaço pesquisado. E o segundo diz respeito ao fato da teoria de Parsons entender os sistemas de valores como únicos e generalizados para cada sociedade, de modo que sua teoria não dava conta de sociedades mais diversificadas que a norte-americana.

Desse modo, os funcionalistas, representados principalmente pela sociologia americana, privilegiam o prestígio na elaboração de suas teorias de estratificação social, sendo que as avaliações que os indivíduos fazem com relação a mesmos e com relação aos outros (as “avaliações diferenciais” de Parsons) são fundamentais. Já os autores da chamada Escola de Chicago, como Warner, tendem a dar mais importância aos

costumes, à sociabilidade e aos modos de vida dos agentes, além da avaliação que os próprios agentes fazem deles mesmos (onde entra o prestígio) para, a partir daí, deduzir as classes sociais que operam no local pesquisado.

Já os neo-marxistas, como Wright, pelo contrário, tendem a tratar "classe social" de forma indistinta de "classe econômica", uma vez que a classe é definida unicamente em função de fatores econômicos, como a propriedade ou não de meios de produção ou a posição nas relações de exploração. Nem os modos de vida, nem o prestígio ou *status* de cada uma das classes são levados em consideração na teoria marxista. Com relação a isso, Goldthorpe aproxima-se de Wright ao descartar em seus estudos mais recentes a formação das "identidades demográficas". Para Goldthorpe, as classes se definem, na prática, no campo da economia, com base nas diferentes formas de contrato entre empregados e empregadores, ou seja, nas diferentes situações de mercado e de trabalho em que se enquadram os indivíduos.

Weber, por sua vez, considerava tanto o *status* quanto a classe (aqui também entendida como definida unicamente a partir de fatores econômicos), mas eles eram entendidos como fontes de duas formas diferentes de estratificação. Dito de maneira simplificada, as diferenças de estilos de vida estariam ligadas aos *status* ou estamentos, enquanto ocupação, propriedade de meios de produção, renda e outras características econômicas, definidoras das oportunidades de vida individuais, estariam ligadas às classes. Já Mills estabelece uma relação causal direta entre a situação de classe e a posição na hierarquia de prestígio, de tal forma que as duas são indiferenciadas.

Portanto, podemos dizer, a princípio, que nenhuma dessas linhas teóricas fundamentais na discussão sobre classes possui uma teoria de estratificação social que trate propriamente da relação entre classe, no sentido econômico, e modos de vida. Mesmo Weber, que reconhece a existência de uma relação entre a ordem estamental e a ordem econômica, não deixa claro de que forma se dá essa relação. Como vimos, ele afirma apenas que pode haver a preponderância de uma ou outra forma de estratificação, de acordo com a situação econômica.

Para John Scott, a visão normativa funcionalista e a visão marxista sobre classes deveriam se tratar como complementares, ao invés de opostas. Para Scott, a ênfase na

diferenciação por *status* envolve o desenvolvimento de uma teoria unilateral, na qual a classe ou a autoridade não são (ou são pouco) reconhecidas como dimensões independentes da estratificação. A teoria marxista é igualmente unilateral ao enfatizar as classes, mas potencializaria sua capacidade de compreensão da estratificação social se fosse complementada pela teoria normativa funcionalista (SCOTT, 1996, p.93).

Entre os autores que buscam construir essa ponte entre classe e modos de vida, entretanto, aquele que mais tem se destacado é, sem dúvida, Pierre Bourdieu, cuja teoria será discutida neste capítulo. Os resultados de nossa pesquisa poderão servir para testar pelo alguns de seus argumentos, embora em um âmbito de pesquisa mais reduzido.

A presente pesquisa pretende, portanto, contribuir para esse debate, tentando fornecer alguns elementos para responder às seguintes questões: será que a classe, pensada em termos exclusivamente econômicos, fundada na grande estrutura das relações de produção, influencia os nossos modos de vida? Será que, utilizando este tipo de conceito de classe, podemos tirar conclusões sobre nossas vidas cotidianas, sobre os nossos círculos de sociabilidade, sobre nossos gostos, preferências políticas, *hobbies*?

À primeira vista, as respostas às perguntas acima podem parecer óbvias: basta observarmos o estilo de vida de um grande fazendeiro e compararmos com o de um cortador de cana, por exemplo. As diferenças seriam gritantes, e mesmo que o cortador de cana desejasse ter para si o estilo de vida do fazendeiro, com certeza não teria meios para tal. Porém, o que aconteceria se, hipoteticamente, as rendas de ambos fossem semelhantes?

É inegável que, dentro daquilo que usualmente chamamos de "classe média", expressão que no uso popular denomina aquele grupo de indivíduos compreendidos entre os considerados ricos e os considerados pobres, há uma diversidade enorme de modos de vida. Se tomarmos a visão neo-marxista de Wright sobre a classe média, ou seja, sobre as "localizações contraditórias nas relações de produção", e tomarmos esse grupo de indivíduos que não detêm os meios de produção, mas que localizações privilegiadas nas relações de produção em relação ao proletariado, no sentido mais estrito do termo, também observaremos, sem dificuldades, entre eles, estilos de vida bastante diversos. Como comparar, por exemplo, o estilo de vida de um auxiliar de

enfermagem com o de um gerente de operações de uma empresa, ou o de um deles ao de um professor de ensino superior ou ao de um médico? Parece claro que a definição dos modos de vida não depende apenas da posição que alguém ocupa nas relações de produção, e que passa também por outros fatores. Mas, que fatores seriam esses? Esta é outra questão importante para a qual pretendemos contribuir com o presente trabalho.

Abaixo apresentaremos e discutiremos brevemente a teoria de Bourdieu, que de certo modo busca responder a essas complicadas questões. Em seguida, apresentaremos nossas próprias hipóteses sobre o problema, salientando as limitações de nossa pesquisa e de que forma pretendemos contorná-las.

Pierre Bourdieu e sua tentativa de síntese

Pierre Bourdieu promove uma perspectiva alternativa sobre estratificação social, buscando realizar a ponte entre classe e *status,* e procura fazer uma síntese entre os níveis micro e macro de análise. Embora seja enquadrado muitas vezes na tradição durkheimiana, sua teoria tem também influências marxistas e weberianas. A seguir, faremos uma breve apresentação de suas idéias, entendendo-as como uma das possibilidades de síntese, com especial atenção ao que se refere à estratificação social e estrutura de classes.

Enquanto ambos Goldthorpe e Wright entendem estrutura e ação como analiticamente separáveis, Bourdieu assume a natureza da realidade social como intrinsecamente dupla, e assim buscar unir estrutura e ação em suas abordagens empíricas dos processos relacionados às classes (CROMPTON, 2003, p.148).

Para Bourdieu, as análises weberianas ampliariam sua força e alcance se classes e grupos de *status* fossem interpretados como resultados da escolha entre acentuar, respectivamente, o aspecto material (ou econômico) ou o aspecto simbólico, que coexistem na realidade objetiva, ainda que em diferentes proporções em cada sociedade

e em cada classe dentro de uma sociedade (BOURDIEU, 2004). Assim, defende Bourdieu que estes conceitos não devem ser interpretados como tipos alternativos de estratificação (WEININGER, 2005, p.120). Na sua visão, diferenças de *status* (ou de estilo de vida) podem ser vistas como manifestações de diferenças entre classes sociais, já que, para ele, as fronteiras entre as diferentes classes se definem nas práticas sociais, e não a partir de conjecturas teóricas. Segundo ele, as classes não são definidas por uma propriedade (ainda que se tratasse da mais determinante), nem por uma soma de propriedades, e tampouco por uma cadeia de propriedades ordenadas a partir de uma propriedade fundamental, como a posição nas relações de produção.

Bourdieu é contra a visão marxista, segundo a qual as classes estariam definidas *a priori*. Para ele, as classes se definem na sua relação com as outras classes, não só relações de oposição que conferem valor distintivo às propriedades (que, por sua vez, têm seu valor definido na relação que estabelecem com todas as propriedades pertinentes, o que confere valor próprio a elas nos efeitos que exercem sobre as práticas), como também nas relações de poder e luta pelo poder que se encontram no princípio das distribuições (BOURDIEU, 2007, p.101ss.). Segundo Brubaker, o espaço conceitual dentro do qual Bourdieu define as classes não é aquele da produção, mas sim o das relações sociais em geral (*apud* CROMPTON, 2003, p.148).

Assim como na teoria de Parsons, sobre a qual falamos anteriormente, na teoria de Bourdieu também existe a idéia de hierarquias de valores difundidas em cada sociedade, e que definem dentro delas as hierarquias sociais. Porém, há entre esses autores algumas diferenças fundamentais. Como vimos, Parsons diz que, para cada sociedade, existe um sistema de valores difundido e generalizado, ao qual corresponde uma hierarquia de valores. Essa hierarquia é definida por uma espécie de consciência coletiva, no sentido durkheimiano do termo. Já para Bourdieu, essa hierarquia de valores é definida pela classe dominante, ou seja, é fruto de lutas de classe pela dominação simbólica de uma sociedade. Essas lutas não ocorrem apenas no campo econômico, mas sim em todos os campos sociais.

O mundo social deve ser entendido, assim, como um espaço multidimensional construído na base de princípios de diferenciação e de distribuição, no qual os agentes e grupos de agentes são definidos por sua posição relativa neste espaço. Na medida em

que as propriedades levadas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser definido como um campo de forças (BOURDIEU, 1989, p.132-3). Estas propriedades funcionam como poderes que definem as probabilidades de ganho em diferentes campos[14], e classificam-se basicamente em três tipos: capital econômico, capital social e capital cultural, dos quais emerge um quarto tipo, chamado capital simbólico (também chamado de prestígio, fama, reputação, etc.), que nada mais seria que o capital, em qualquer uma de suas espécies, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (para Bourdieu o poder simbólico é mais legítimo, ou mais reconhecido, justamente onde é mais ignorado ou tido como óbvio).

As classes seriam assim definidas em função de três eixos: o primeiro, e mais importante, seria o volume total de capital econômico e cultural possuído pelos agentes; o segundo, que dividiria as classes internamente, seria a composição (ou estrutura) do capital possuído pelo agente, que diz respeito à preponderância de capital econômico ou cultural; e o terceiro diz respeito às trajetórias dos agentes, ou seja, de acordo com a estabilidade ou as mudanças por eles experimentadas no volume e composição do capital no decorrer do tempo (WEININGER, 2005, p.124). Assim, para Bourdieu,

> "*o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto de* sistema simbólico *que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em* distinção *significante. O espaço social e as diferenças que nele se desenham 'espontaneamente' tendem a funcionar simbolicamente como* espaço dos estilos de vida *ou como conjunto de* stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes*" (BOURDIEU, 1989, p.144).

Bourdieu estabelece uma relação causal indireta entre as posições dos agentes no espaço social (ou seja, o nível macro) e suas práticas (o nível micro) por meio do conceito de *habitus* (WEININGER, 2005, p.124), que seria "um conhecimento adquirido, um haver, (...) indica uma disposição incorporada, quase postural" (BOURDIEU, 1989, p.61). Sendo uma "disposição de conduta", o *habitus* implica que a

[14] "Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes" (BOURDIEU, 1989, p.135)

ação se dê em uma base pré-reflexiva, ou seja, mais ligada a um inconsciente que a uma consciência, e abaixo do nível de representação explícita e da expressão verbal (*ibid.,* p.140-1).

O *habitus* surge, assim, como um conceito que visa conciliar a aparente oposição entre a realidade social, exterior ao indivíduo, e a realidade individual com suas condutas (SETTON, 2001), ou seja, seria o conceito fundamental utilizado pelo autor para unir o nível micro com o nível macro de análise[15]. A experiência de uma condição de classe (que para Bourdieu seriam as condições de vida que correspondem a cada combinação de volume e composição de capital) imprime no indivíduo um conjunto particular de disposições, o mesmo podendo acontecer a uma classe[16]. Os modos de vida não só expressam esse *habitus* como também caracterizam o senso de distinção pelo qual os indivíduos ou grupos de indivíduos classificam-se entre si e em relação aos outros enquanto iguais ou diferentes (superiores ou inferiores, de acordo com a distância em relação à cultura ou os valores da classe dominante). Segundo Bourdieu, a "classe social não é definida somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe que, 'normalmente' (ou seja, com uma forte probabilidade estatística), está associado a essa posição" (BOURDIEU, 2007, p.350).

Dessa forma, para Bourdieu, diferentes modos de vida ou diferentes estilos de vida expressam diferentes *habitus*, que são relacionados a diferentes posições no espaço social e estas, por sua vez, são condicionadas pelo volume e estrutura do capital econômico e cultural, dos quais emerge o capital simbólico dos agentes, e com ele, o senso de distinção. Isso fica explícito quando Bourdieu diz que "os estilos de vida são,

---

[15] A importância do conceito de *habitus* na vinculação entre classe e estilo de vida fica clara no seguinte trecho: "*A divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum das práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas dos outros ou suas próprias práticas: o* habitus *é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo,* sistema de classificação *(*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que produzem o* habitus*, ou seja, a* capacidade de produzir práticas *e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e aprecias essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o* mundo social representado*, ou seja, o* espaço dos estilos de vida" (BOURDIEU, 2007, p.162).

[16] Para Bourdieu, as classes, no papel, seriam "*conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes [no espaço social] e que, colocados em condições semelhantes, e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes*" (BOURDIEU, 1989, p.136). Porém, estas classes não podem ser vistas como reais, mas sim como prováveis. Elas "*não existem enquanto grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos, famílias, clubes, associações e mesmo 'movimentos' sindicais ou políticos*" (*ibid.*, p.137).

assim, os produtos sistemáticos do *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas de *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados", e complementa dizendo que "a dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas (...)" (*ibid.*, p.164).

Dessa forma, ao defender que diferentes situações de classe estão relacionadas a diferentes estilos de vida e prestígios específicos, Bourdieu procura unir os níveis macro e micro: suas pesquisas empíricas têm sempre como objetivo buscar nas pequenas atitudes as evidências do sistema simbólico em operação, ou seja, buscar no nível micro as evidências do nível macro em operação[17]. Porém, o caminho contrário não é possível. A teoria de Bourdieu tem dificuldades em explicar como o nível micro poderia provocar mudanças no nível macro: os indivíduos parecem estar subordinados a um sistema ao qual estariam ligados pelo *habitus*, definido externamente, e a maneira como podem ocorrer mudanças nesse sistema não são claras em sua teoria.

Mesmo sendo bastante criticada, a teoria de Bourdieu continua muito influente, e prova disso é a difusão desse autor na sociologia americana contemporânea. Os sociólogos Jane Zavisca e Jeffrey Sallas realizaram recentemente um levantamento do conteúdo de quatro dos principais periódicos de sociologia e estudos de caso de quatro livros considerados influentes nos EUA entre os anos de 1980 e 2004. As análises revelaram que, longe do que se pensava, as idéias de Bourdieu se difundiram fortemente nos EUA nesse período, e mostraram como os pesquisadores têm usado os conceitos chave de Bourdieu (capital, campo, *habitus* e poder simbólico) para informar debates em quatro sub-campos (política, economia, cultura e sociologia urbana). Descobriu-se que, ao invés de ser recebida como uma teoria abstrata, a teoria de Bourdieu foi utilizada para gerar novas pesquisas empíricas. Além disso, os sociólogos americanos

---

[17] "(...) *trata-se de superar a oposição entre as teorias objetivistas que identificam as classes sociais – mas também as classes sexuais e as faixas etárias – com grupos discretos, simples populações suscetíveis de enumeração e separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e as teorias subjetivistas (ou, se quisermos, marginalistas), que reduzem a 'ordem social' a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais, ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes se classificam e classificam os outros*" (BOURDIEU, 2007, p.447).

têm usado seus achados para problematizar e estender sua teoria, inspirando um crescente programa de pesquisas (SALLAZ & ZAVISCA, 2007).

As nossas hipóteses de pesquisa

Em relação à nossa questão fundamental, que diz respeito à relação entre posições de classe e modos de vida, e utilizando aqui a terminologia de Bourdieu, nossa hipótese principal é a de que os modos de vida podem ser, sim, influenciados pela posição do indivíduo no campo econômico (referente à ordem material). Dessa forma, podemos dizer que a estratificação por *status*, realizada pelos funcionalistas e por Parsons, e por classe, realizada pela corrente marxista, podem ter alguma correspondência entre si. Acreditamos que a classe a que pertence um indivíduo influencia significativamente seus modos de vida.

No entanto, além da classe, outros fatores influenciam os modos de vida. Mas, em relação a quais seriam, então, os outros fatores, além daqueles como a posição nas relações de produção, a renda ou a escolaridade, que normalmente caracterizam as classes, que influenciariam na definição do modo de vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos, e por conseqüência, no seu modo de vida, nossa hipótese remete novamente a Bourdieu, mas agora em sua discussão sobre o capital social e a trajetória dos agentes.

Como vimos, Bourdieu fala em três tipos principais de propriedades que funcionariam como poderes que definem a probabilidade de ganho dos agentes nos diferentes campos, que seriam o capital econômico, o capital cultural e o capital social, dos quais emana um quarto tipo, que seria o capital simbólico. O autor considera em suas obras, de forma especial, o capital econômico e o capital cultural como aqueles que definem a posição relativa do agente no espaço social, mas deixa um pouco de lado a discussão sobre o capital social, que estaria associado à antiguidade na classe, por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de relações. Assim, o capital social teria uma forte relação com a trajetória individual e

coletiva do agente, e poderia ser investido, por exemplo, para se conseguir um emprego ou uma promoção na empresa. Nossa hipótese sobre os fatores que determinariam os modos de vida de um indivíduo ou grupo, além da posição ocupada nas relações de produção, é a de que tais fatores dizem respeito ao capital social e à questão da trajetória.

Segundo Bourdieu, o efeito de trajetória "contribui, sem dúvida, em uma parte importante, para embaralhar a relação entre a classe social e as opiniões religiosas e políticas pelo fato de que ele orienta a representação da posição ocupada no mundo social e, por conseguinte, a visão desse mundo e de seu futuro". E ele complementa, dizendo que "Esta confusão é visível, particularmente, nas classes médias e, em especial, nas novas frações dessas classes, que, por se tratarem de espaços de indeterminação, cuja situação na estrutura social é instável, realizam no mais elevado grau a propriedade, característica da classe no seu todo, de fazer coexistir indivíduos com trajetórias extremamente dispersas" (BOURDIEU, 2007, p.105). Esse trecho não só reitera a importância que pode ter a trajetória na determinação dos modos de vida, como também a necessidade de se dar especial atenção às classes médias, pelo fato de reunirem indivíduos ou grupos em ascensão, em declínio ou mesmo estagnados, o que a torna especialmente interessante para nosso estudo.

A nova pequena burguesia, que corresponderia, para Bourdieu, às frações ascendentes das posições intermediárias (ou que têm conhecido aumento numérico nas últimas décadas), realizar-se-ia nas profissões de apresentação e representação (representantes comerciais, publicitários, relações públicas, profissionais da moda e da decoração), em instituições relacionadas à venda de bens e serviços simbólicos, tanto de profissões de assistência médico-social (conselheiros conjugais, sexólogos, nutricionistas, etc.) como de produção e animação cultural (educadores, diretores e apresentadores de rádio e TV, jornalistas, etc.), ou ainda em profissões já estabelecidas, mas que nas últimas décadas se renovaram, como a de enfermeiro e artesão, como vimos anteriormente. Desse modo, diz Bourdieu que "a indeterminação das profissões novas ou renovadas contribui para tornar particularmente visível a heterogeneidade das trajetórias dos agentes, de modo que é possível distinguir, praticamente sempre, dois grupos que, separados do ponto de vista de sua origem social e de todas as disposições correlatas, enfrentam-se de maneira mais ou menos aberta a propósito da definição do

cargo, assim como das competências ou virtudes necessárias para conservá-lo" (BOURDIEU, 2007, p.338).

Como nosso foco, aqui, está nas diferenças entre modos de vida de diferentes classes, não nos ocuparemos dos motivos que levam indivíduos de uma mesma classe a apresentarem modos de vida diferentes entre si. Assim, entendendo classe como Bourdieu, que considera não só o capital econômico, cultural e social, mas também a trajetória dos agentes, é mais provável que conseguíssemos estabelecer uma relação mais próxima entre classe social e modos de vida.

Entretanto, as pesquisas que Bourdieu realizou na França para chegar às suas conclusões foram bastante amplas e extensas, além de complexas. Para que pudéssemos comprovar sua validade em nosso objeto de estudo, seria necessário realizar uma pesquisa semelhante na cidade de São Carlos, já que não existem dados secundários sobre o assunto. Além de demandar o trabalho de toda uma equipe de pesquisadores, para que pudesse abranger uma amostra significativa, a pesquisa teria que ser adaptada à realidade brasileira, e especificamente à realidade de uma cidade de médio porte no interior de São Paulo.

Assim, em se tratando de uma pesquisa de mestrado, que não conta com uma equipe de pesquisadores, nem com recursos e verbas para a realização de *surveys*, nosso objetivo deve ser, obrigatoriamente, mais modesto. Não pretendemos, aqui, responder de maneira conclusiva e definitiva às perguntas que propusemos, pois reconhecemos que são perguntas bastante complicadas. Pretendemos, sim, contribuir para este debate, inserindo um ponto de vista diferente, na esperança de colaborar para que, no futuro, tais questões possam ser esclarecidas.

Desse modo, optamos por um esquema de posições de classes derivado da teoria de Wright, e adaptado à realidade brasileira, e cuja operacionalização era possível a partir dos dados existentes. Tal esquema, de origem marxista, diz respeito a posições dentro das relações de produção, e não diz respeito apenas à propriedade ou não de meios de produção, mas também envolve ativos de qualificação e autoridade, para a criação de um esquema de posições de classe. A operacionalização deste esquema de

posições de classe e as demais escolhas e procedimentos metodológicos estão detalhados no próximo capítulo.

Dessa forma, a questão que pretendemos esclarecer nos capítulos seguintes passa a ser a seguinte: *A posição ocupada pelos indivíduos na estrutura de classes influencia na maneira como eles se distribuem na cidade*? Existiria um padrão de distribuição espacial das classes? As respostas a estas perguntas nos ajudarão a investigar se as classes se segregam, qual seria o padrão dessa segregação, e se há correntes sociológicas que dão conta de explicar o padrão de segregação encontrado, e entre elas, qual seria a que melhor explicaria os resultados obtidos? Seria mesmo a de Bourdieu?

Quando falamos em modos de vida, estamos nos referindo a inúmeros hábitos e atitudes, dos mais variados, que podem incluir desde as atividades que costuma praticar por lazer, com que freqüência costuma viajar a passeio, em que local costuma realizar as compras do dia-a-dia, *etc.* Dadas as limitações inerentes a uma pesquisa de mestrado, decidimos nos aprofundar em apenas um dos aspectos dos modos de vida, que julgamos ser de fundamental importância, que é o lugar em que tal indivíduo reside[18]. Em uma próxima etapa da pesquisa, que infelizmente não pode ser realizada durante o mestrado, seria interessante nos aprofundarmos em outras dimensões dos modos de vida, além do local de moradia, para assim ampliarmos o potencial de nossos argumentos a respeito da relação entre posições de classe e modos de vida.

Vale lembrar que os modos de vida, em geral, são frutos de escolhas. Obviamente, no caso da escolha do local de moradia, como em toda e qualquer escolha, os indivíduos estão limitados por questões práticas, como o preço ou a distância do local de trabalho. Por outro lado, toda escolha implica renúncias às outras opções. Ao escolher morar em determinado bairro, o indivíduo implicitamente recusa os demais. Assim, a escolha do local de moradia pode envolver outros fatores além dos fatores

[18] Ao salientar a importância de se estudar as formas de habitação dos cortesãos na França de Luís XIV para compreender as relações sociais entre eles, Norbert Elias diz que: "E mesmo que o modo ou o tipo desses relações nunca possa ser expresso essencialmente, em última instância, por meio de categorias espaciais, ele pode ser expresso *também* por meio de categorias espaciais. Pois a todo modo de agrupamento humano corresponde uma determinada configuração do espaço *onde* aqueles indivíduos de fato estão ou podem estar reunidos, todos juntos ou divididos em unidades menores. Assim, a expressão de uma unidade social no espaço, o tipo de sua configuração espacial é uma representação tangível e – literalmente – visível de suas particularidades" (ELIAS, 2001, p.67).

financeiros e da distância em relação ao trabalho, tais como a trajetória individual e familiar, valores, e identidade de classe.

O "lugar" e seu espaço na sociologia

Para justificarmos a escolha do local de moradia como critério relevante para avaliar a relação entre classe e modos de vida e, ao mesmo tempo, esclarecer um pouco mais a sua importância dentro do estudo dos modos de vida, é importante discutirmos, ainda que brevemente, o conceito de lugar que empregamos nesse estudo.

Para inserir o "lugar" como elemento constituinte da vida social, e consequentemente importante para o estudo dos estilos de vida, baseamos nossa argumentação em um artigo de Thomas Gieryn (GIERYN, 2000), no qual ele demonstra que a importância que o "lugar" tem, tanto na vida social como na sociologia, embora nem sempre essa importância seja reconhecida ou colocada explicitamente. O conceito de "lugar" empregado por Gieryn é o que pretendemos utilizar em nosso trabalho, uma vez que reúne aspectos físicos, históricos e simbólicos.

Para que algo seja entendido como um lugar, Gieryn cita três características necessárias e suficientes:

1. *Localização geográfica*: O lugar é um ponto único no universo. Ele pode ser um guarda-roupas, um quarto, uma casa, um bairro, uma cidade, um país, um continente, um planeta, ou ainda uma floresta, o litoral ou o topo de uma montanha. Este gradiente de possibilidades é o que torna difícil apreciarmos o que os sociólogos escreveram sobre o lugar, uma vez que a disciplina divide o fenômeno em frações inter-relacionadas: nunca falamos em "sociologia do lugar", mas quando falamos em sociologia urbana ou em sociologia rural, por

exemplo, estamos falando sobre lugares, bem como quando falamos em vizinhança, em local de trabalho ou em ecologia;

2. *Forma material*: Os lugares são coisas, e eles têm materialidade. Sejam eles construídos natural (pedras, montanhas, rios) ou artificialmente (ruas, edifícios, castelos), eles são coisas ou uma compilação de coisas localizadas em um ponto único no universo. Vários processos sociais (diferença, poder, desigualdade, ação coletiva) acontecem por meio de formas materiais que desenhamos, construímos e usamos, e o lugar é uma dessas formas;

3. *Significado e valor*: Sem um nome, uma identificação ou uma representação popular, um lugar não é um lugar. Os lugares são duplamente construídos: por um lado, são erguidos ou construídos fisicamente pelo homem ou pela natureza, mas por outro, são interpretados, narrados, sentidos, entendidos ou imaginados. A materialidade imposta e dura do lugar é somada ao significado desse mesmo lugar, que nas mãos de diferentes povos ou culturas se tornam flexíveis, maleáveis, e inevitavelmente contestáveis.

Gieryn considera que "lugar" é diferente de "espaço". Para ele, este se torna aquele quando a combinação única de coisas, significados e valores lhe são subtraídos. Colocado positivamente, o lugar é o espaço quando preenchido por pessoas, práticas, objetos e representações. Assim, quando pretendemos realizar um estudo sobre um lugar, ou, como no nosso caso, relacionarmos classe e estilo de vida por meio do lugar, precisamos nos ater não só ao espaço geográfico, mas também às práticas, significados e também história a ele relacionadas.

Existiram muitos estudos informados pelo conceito de "lugar" na sociologia, declaradamente ou não. Um dos casos mais exemplares de um estudo deste tipo é o de Herbert Gans, da década de 1960, sobre os ítalo-americanos que habitavam o então pobre bairro de West End, em Boston (GANS, 1982). O próprio nome do estudo, *The urban villagers*, já remete ao lugar.

Para Gans, na maior parte das cidades americanas há dois tipos de vizinhanças pobres: aquelas em que os imigrantes se estabelecem, e aquelas que atraem criminosos, doentes mentais, marginais, etc. O primeiro tipo é aquele em que imigrantes europeus ou latino-americanos tentam adaptar suas instituições e culturas não-urbanas ao meio urbano. A isso se pode dar o nome de *urban village*. O segundo tipo poderia ser chamado de *urban jungle*, lembrando que essas duas categorias seriam, para ele, tipos ideais (*ibid.,* p.4).

Na introdução de seu livro, Gans localiza geograficamente o bairro estudado, conta um pouco da sua história, descreve as construções, o entorno, os equipamentos, fornece uma descrição demográfica do lugar, e apresenta os significados e valores que os moradores dali atribuíam ao local, e a diferença em relação ao que o restante de Boston pensava sobre West End. Ele fala, entre outras coisas sobre os tipos de casas e apartamentos, e da relação dos imigrantes italianos com o local de residência. A proximidade entre os apartamentos, somado ao fato de geralmente morarem em grandes quantidades de pessoas, fazia com que aumentasse a vigilância de um sobre o outro, o que ajudava a deixar o grupo mais coeso. Em alguns casos, inclusive, a mudança para outra vizinhança era mal vista entre os moradores do West End, como se o indivíduo ou a família que se mudava estivesse renegando suas origens, ou que isso, o fato de se mudar para outro bairro, fosse uma forma de demonstrar descontentamento com relação à comunidade.

Para Gans, a relativa estabilidade da estrutura social entre gerações desde o sul da Itália até West End poderia sugerir a possibilidade de um modo de vida italiano. Tal idéia, por sua vez, poderia sustentar a hipótese de que a sociedade de grupo de pares (*peer group society*) é um fenômeno étnico, e que as principais diferenças entre os *west enders* e a classe média são étnicas. Entretanto, uma hipótese alternativa – de que a sociedade de grupos de pares é um fenômeno da classe trabalhadora e que as diferenças de classe separam os *west enders* da classe média – lhe parece mais justificada. Antes de ser um descendente de italianos, o *west ender* é um descendente de lavradores que se tornaram operários na América urbana (GANS, 1982, p. 241). Dessa forma, Gans sugere que o fator ocupacional e outras condições econômicas às quais os imigrantes e seus descendentes tiveram que se adaptar explicam mais adequadamente os seus comportamentos e destinos do que a etnia da qual vieram (*ibid.*, p.277).

Muitos outros estudos em sociologia também utilizaram essa visão do lugar para tirar conclusões importantes, porém a grande maioria aparece disfarçada, inconscientemente, sob rótulos como sociologia urbana, ecologia urbana, sociologia rural, entre outros. Os estudos de William Foote-Whyte (2005) ou de Lloyd Warner (1963), já citados, poderiam também servir como bons exemplos, mas escolhemos aqui o exemplo de Gans por se tratar de um autor que, como vimos, além de realizar exemplarmente a tarefa de estudar um lugar, prestando atenção a todos os seus componentes, busca compreender tanto a estratificação social local como os modos de vida da população.

Tal como em nosso trabalho, a intenção de Gans não é a de tirar conclusões sobre aquele lugar específico, West End, mas o lugar, entendido da maneira que aqui colocamos, funciona quase que como mais um agente dentro das relações sociais, e ajuda Gans a tirar suas conclusões, como também esperamos que ocorra em nosso estudo, embora muito mais modesto em termos de pesquisa. A relação entre o lugar e os modos de vida fica bastante evidente no estudo de Gans, e serve, portanto, para reforçarmos a importância do lugar, e por conseqüência, a importância do local de residência, como aspecto fundamental dos modos de vida.

No capítulo seguinte, explicaremos de forma detalhada como faremos para tentar captar o máximo de características de alguns dos lugares de São Carlos, para assim estabelecermos a relação entre o lugar e o modo de vida, e entre os lugares e as classes, para em seguida examinarmos as questões propostas neste capítulo, sobre a relação entre posições de classe e modos de vida.

CAPÍTULO IV
CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, explicaremos em detalhes toda a metodologia empregada na pesquisa empírica. Primeiro explicaremos os motivos da escolha da cidade de São Carlos como objeto de nosso estudo. Em seguida, trataremos dos motivos que nos levaram a escolher o esquema de classes idealizado por José Alcides Figueiredo Santos, bem como a decidir entre as diversas opções metodológicas possíveis.

Mostraremos também as fontes de dados utilizadas, suas limitações, e como lidamos com essas limitações. Além disso, explicaremos a operacionalização do esquema de classes escolhido, bem como as adaptações que tivemos que realizar devido à natureza dos dados ser diferente em relação àqueles utilizados no esquema original. Por fim, explicaremos também como foram elaborados os mapas e tabelas que serão exibidos no capítulos seguintes, além da descrição da cidade e de seus bairros.

A escolha da cidade de São Carlos

A cidade de São Carlos fica no interior do estado de São Paulo possui hoje uma população estimada em 213 mil habitantes[19]. Possui elevada e diversificada atividade industrial e conta com duas grandes universidades públicas, que dão à cidade, além de um grande atrativo para a indústria de ponta, uma grande variedade de estilos de vida. O elevado número de grandes e pequenas empresas, somado ao grande número de pessoas vinculadas às universidades, dão à cidade bons indicadores sociais, colocando-a entre as 10% melhores do país no que diz respeito aos índices de exclusão, pobreza, desigualdade, emprego, alfabetização e escolaridade (Fonte: SIMBRASIL, 2003). Em termos de renda, a cidade é classificada por Amorim e Pochmann (2006), entre as 100 cidades do país com a classe média mais numerosa, o que é compreensível, se consideradas as características indicadas acima, e que torna a cidade especialmente

[19] Fonte: IBGE, 2007

interessante para o nosso estudo, uma vez que as classes médias , como vimos, reúnem pessoas em situações diversas de declínio, ascensão e estagnação social, que nos ajudam a compreender melhor toda a estrutura social do local estudado.

Além de ser uma cidade com uma classe média numerosa, o fato de São Carlos ser uma cidade de tamanho mediano também é interessante para nosso estudo, uma vez que será possível fazer uma descrição, ainda que relativamente superficial, de todas as regiões da cidade, o que seria impossível em uma cidade maior, como São Paulo.

Além disso, ao passo que em regiões metropolitanas muitas pessoas moram em uma cidade, mas trabalham e realizam suas atividades de lazer em outra, em São Carlos, praticamente toda a população tem ali mesmo sua moradia, seu local de trabalho e suas atividades de lazer, ou seja, vive o seu dia-a-dia nesta cidade. Em uma cidade muito pequena, por outro lado, as distâncias são excessivamente curtas, o que torna inviável e sem sentido dividir a cidade em regiões. Portanto, se utilizaremos o local de moradia como fator representativo dos modos de vida, uma característica como o tamanho mediano da cidade pode nos ajudar muito.

Por fim, um outro fator fundamental na escolha desta cidade, e não de outra que tivesse características semelhantes, foi o fato desta ser a cidade natal deste pesquisador, o que auxiliou na descrição das regiões da cidade, poupando algum tempo e esforço que seriam muito mais exigidos se as mesmas tarefas tivessem sido feitas em outra cidade, totalmente estranha ao pesquisador.

A operacionalização do esquema de posições de classes

Como já foi esclarecido nos capítulos anteriores, o esquema de classes que utilizamos nesta pesquisa é aquele elaborado por José Alcides Figueiredo Santos (2005), discutido anteriormente, e que é uma adaptação do esquema de Erik Olin Wright à realidade brasileira. Tal esquema foi escolhido, em primeiro lugar, por privilegiar a posição do indivíduo nas relações de produção, sem considerar outros fatores, tais como prestígio ou estilo de vida. Em segundo lugar, ele possui mais

elementos para diferenciar as posições intermediárias entre si do que o esquema conhecido como EGP (abreviação de Erikson, Goldthorpe e Portocarrero), que tem sido utilizado pelos principais estudiosos de estratificação social na sociologia brasileira contemporânea[20]. E, por fim, esse esquema foi escolhido por se preocupar em traduzir um importante esquema de classes, o de Wright, à realidade brasileira, incorporando elementos importantes para nossa realidade, como o trabalhador doméstico, o trabalhador do campo, o fazendeiro, entre outros.

A tipologia de classes criada por Santos foi baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, cujas versões mais recentes possuem informações sobre a ocupação dos entrevistados. Porém, a PNAD permite desagregações apenas em regiões metropolitanas. As cidades interioranas, como é o caso de São Carlos, quando consideradas isoladamente, possuem um número de casos muito baixo, o que inviabiliza qualquer conclusão.

Desse modo, para operacionalizar tal esquema de classes em São Carlos, optamos por utilizar o Censo Demográfico realizado no ano 2000 pelo IBGE. Os Dados da Amostra do Censo 2000 possuem informações referentes à ocupação, e permitem a criação de uma tipologia das ocupações, tal como aquela realizada por Figueiredo Santos, mas não sem algumas adaptações, uma vez que a natureza dos dados é diferente. A desvantagem principal de se utilizar os dados do Censo, e que precisa ser considerada, é a de que eles estão relativamente defasados, uma vez que desde a sua aplicação, não só a economia brasileira passou por várias mudanças, como também a cidade de São Carlos. Entretanto, como nosso objetivo não é o de captar a situação atual da estrutura social de São Carlos, essa desvantagem é minimizada. Consideraremos, em nosso estudo, a situação da cidade no momento da coleta de dados do Censo.

A construção da nossa tipologia de classes parte da "posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência" (variável "v4706" do Censo). Essa variável divide os entrevistados que estavam ocupados na semana de realização da pesquisa em empregados, empregados domésticos, conta-própria, empregadores, auto-consumo, auto-construção e não remunerados.

---

[20] Podemos citar aqui, como exemplo, os estudos de Costa Ribeiro e Scalon (2001) e de Marques, Oliveira e Scalon (2008). O primeiro trata da mobilidade social no Brasil nas últimas décadas, enquanto o segundo compara as estruturas sócio-espaciais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Primeiramente, classificamos como "capitalistas e fazendeiros" os empregadores com onze ou mais empregados. Com os dados do Censo não é possível, como na PNAD, distinguir entre empregados temporários e permanentes. Também não foi possível diferenciar os proprietários de terras segundo o tamanho de suas propriedades.

A categoria dos "especialistas autônomos" inclui trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados. Os especialistas autônomos foram também classificados como tais segundo tipo de ocupação. Repetindo Santos (2005, p.39): "Enfatizou-se o papel central do conhecimento perito do titular no funcionamento do empreendimento desses empregadores com reduzido número de empregados". Os demais empregadores que empregassem até 5 pessoas, e que não foram classificados como especialistas autônomos, uma vez que supostamente não têm o chamado "conhecimento perito", foram classificados como "pequenos empregadores".

Os demais trabalhadores por conta-própria (CP) foram divididos em três categorias: "conta-própria agrícola", que como o nome diz, são aqueles envolvidos em atividade agrícola. Eles têm acesso à terra e trabalham para si mesmos, sem empregarem outras pessoas. A categoria "conta-própria não-agrícola" agrupa duas categorias identificadas por Santos: "CP não-agrícola, com estabelecimento e/ou veículo automotor" e "CP não-agrícola, qualificado e sem estabelecimento". Esse agrupamento de duas categorias em uma é uma perda importante, pois a divisão ajudava a separar os conta-própria que possuíam algum capital, ainda que mínimo, mas não existe no Censo 2000 uma variável que forneça informações sobre a posse de estabelecimentos ou de veículos automotores utilizados para o trabalho. A categoria "conta-própria precário" também foi construída a partir das ocupações, uma vez que, diferentemente da PNAD, não existe no Censo uma variável sobre o tipo de estabelecimento de trabalho. Ela visa delimitar aquelas pessoas que trabalham por conta-própria, sem qualquer tipo de capital ou qualificação, e que geralmente trabalham na produção ou venda de serviços no mercado. Esta categoria inclui os trabalhadores na produção para o próprio consumo ("auto-consumo") e os trabalhadores na construção para o próprio uso ("auto-construção").

As categorias de gerente e empregado especialista formariam o núcleo daquelas posições consideradas privilegiadas por Wright. Já as categorias de empregado

qualificado e supervisor seriam as situações ambíguas de classe, em termos de ativos de qualificação e de autoridade. Essas quatro categorias foram construídas com base no tipo de ocupação.

As categorias de trabalhador típico e trabalhador elementar foram construídas com base nas ocupações, segundo os critérios de Santos, a partir da categoria "Empregado", do IBGE. Santos considera que "seria interessante explorar, no contexto social brasileiro, as diferenças existentes entre o trabalhador proletarizado 'padrão' e o trabalhador 'elementar' mais destituído", que estaria supostamente mais próximo das categorias de "conta-própria precário" ou "empregado doméstico". Por fim, a categoria de trabalhadores domésticos foi apenas uma recodificação da variável original do Censo.

Mais adiante detalharemos algumas características de cada uma das categorias ou posições de classe em São Carlos, tais como a renda média e a escolaridade, bem como os tipos de ocupação que compõem cada uma delas, e como cada uma está distribuída espacialmente na cidade.

Escolhas fundamentais para a operacionalização do esquema de posições de classes

Numa revisão de como a classe foi operacionalizada na sociologia britânica contemporânea, Stephen Edgell percebeu que a vasta maioria dos estudos definiram classe em termos ocupacionais, concentraram nas pessoas economicamente ativas em período integral, consideraram a família como a unidade básica na análise de classe, e dentro da família a localização de classe é determinada pelo "homem da casa". Esta abordagem da medida (mensuração) de classe foi chamada de esquema tradicional de análise de classe. Quatro linhas críticas se sobrepõem nesse esquema:

(1) Empírica: A principal objeção ao esquema tradicional de análise de classe é a de que este levaria a discussões de classe baseadas em amostras não representativas. Isso se deve, principalmente, a que ela foca somente em homens economicamente ativos, excluindo assim dois terços da população em uma sociedade como a britânica;
(2) Feminista: A principal afirmação feminista é de que, excluir as mulheres da análise de classes *a priori*, seria sexista e anti-sociológico;
(3) Setorial: As críticas setoriais preocupam-se com até que ponto a divisão entre trabalhadores dos setores privados e públicos poderia ser habilmente incorporada em um só esquema de classes;
(4) Neo-marxista: Os neo-marxistas argumentam que esquemas de classes gradacionais obscurecem a mais poderosa e distinta classe nas sociedades capitalistas modernas: a dos capitalistas. As análises puramente ocupacionais tendem a tornar esta classe invisível (EDGELL, 1995).

Pensando nisso, e continuando na linha de Edgell, para operacionalizarmos nosso esquema de classes da melhor maneira possível, temos que fazer três escolhas chave, que dizem respeito ao esquema conceitual, à unidade de análise e ao grau de cobertura.

A respeito da primeira escolha, sobre o esquema conceitual, Edgell fala em três opções: (a) classes ocupacionais, (b) classes sociais e (c) classes ocupacionais e sociais. As principais limitações do esquema de classes ocupacionais são concernentes à dicotomia entre manual/ não-manual, porque falharia em reconhecer a centralidade da propriedade, a vulnerabilidade à mudanças na estrutura ocupacional e a acusação de que estaria contaminada pela questão do gênero. No lado positivo está a afirmativa de que esquemas deste tipo seriam úteis para fins de previsões, embora este seja um argumento fraco, dada a disponibilidade de alternativas mais cuidadosamente construídas e teoricamente informadas.

Esquemas de classes sociais, tais como as primeiras versões de Wright são organizados tendo como referência somente as relações sociais de produção. Eles focam a divisão entre proprietários e não-proprietários, e normalmente subdividem em grandes e pequenos empregadores, e empregados com e sem funções de gerência. Como dito anteriormente, tais esquemas são relacionais e não gradacionais, e conseqüentemente tendem a enfatizar o caráter conflitivo, fechado e polarizado das estruturas de classes.

Uma objeção teórica mais geral ao esquema original de Wright é a de que, assim como todo esquema estruturalista neo-marxista, ele é estático e determinista.

Esquemas que combinem classes ocupacionais e sociais, tais como o segundo mapa de classes de Wright e os esquemas de Goldthorpe lançam a questão de até que ponto seria possível incorporar componentes relacionais e gradacionais em um só modelo. Por ser derivado do segundo esquema de classes de Wright, o esquema de Santos, que escolhemos para operacionalizar nesta pesquisa, agrega elementos gradacionais e relacionais. Entretanto, consideramos que as vantagens com relação à existência de dados secundários que o viabilizassem, bem como a adaptação à realidade brasileira compensam as perdas de um modelo ao mesmo tempo gradacional e relacional.

Tendo selecionado um esquema conceitual, o próximo passo é decidir a quem se aplicarão as categorias de classe: ao respondente/indivíduo ou à família/domicílio? Aqueles que pesquisam classes por meio do esquema tradicional tendem a aplicar as categorias de classe ocupacional à família/ domicílio, e tratam o homem como o chefe de família ou a cabeça da casa. Já no caso da unidade de análise ser o respondente/ indivíduo, as atitudes e comportamentos do respondentes deverão ser, logicamente, analisadas em termos da experiência direta do respondente. Poder-se-ia também afirmar que, tanto a família como o respondente, tomados como unidade de análise, são medidas válidas de classe, e tudo depende do contexto em que serão aplicadas.

Essa decisão não é simples. A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho foi um fator decisivo nesse sentido: para considerarmos uma família como "classe trabalhadora", por exemplo, devemos considerar a posição do homem, da mulher, de ambos? E no caso dos filhos que já trabalham, mas ainda moram com os pais? Por fim, e aqueles que estão em um estágio inicial da carreira, mas que têm alto potencial para ascensão social, como seria o caso dos *trainees* das grandes empresas, ou dos estudantes universitários, como classificá-los?

Em nossa pesquisa, foram considerados apenas os dados referentes aos responsáveis pelos domicílios, com mais de dezesseis anos de idade., consideramos

mais adequado utilizar apenas o responsável pelo domicílio como unidade de análise, seja ele homem ou mulher.

Assim, para evitar os possíveis equívocos que a complexidade de uma unidade de análise familiar poderia trazer, e como nosso objetivo é o de comparar posições de classe diferentes por meio da distribuição espacial, resolvemos adotar como unidade o responsável pelo domicílio, pois assim tomamos indivíduos que supostamente são os mais bem sucedidos da família, em termos de renda e estabilidade no emprego, e que, teoricamente, seriam os mais importantes de cada domicílio, do ponto de vista da classe social, independentemente de serem homens ou mulheres, jovens ou adultos.

Por fim, a terceira escolha diz respeito ao grau de cobertura da pesquisa. Tradicionalmente, apenas os adultos economicamente ativos em período integral são incluídos na análise de classe. Isso implica que todos que não trabalhem em período integral, desempregados, trabalhadores de meio-período, aposentados, e assim por diante, não façam parte da estrutura de classes. Em termos empíricos esta opção é complicada pelos vários significados sociológicos que podem ser atribuídos à noção de atividade/ inatividade econômica. Tanto a abordagem neo-marxista de Wright como a neo-weberiana de Goldthorpe se concentram naqueles indivíduos que pertencem à força de trabalho oficial, de forma a poderem ser direta e facilmente alocados a uma classe. Como o esquema que adotaremos é derivado do esquema de Wright, optamos por seguir na mesma linha, deixando de fora aqueles que não possuíam emprego na semana de referência do Censo 2000.

A elaboração dos mapas de distribuição espacial

A partir das categorias elaboradas com base em Figueiredo Santos, pudemos elaborar alguns mapas da cidade de São Carlos, apresentados adiante. Eles mostram a distribuição espacial de cada uma das posições de classe na cidade. Se a classe não tivesse importância para o modo de vida – e aqui, especificamente, para o local de moradia, seria de se esperar que a distribuição de cada uma das posições de classe fosse

homogênea, ou seja, as diferentes classes se distribuiriam uniformemente pela cidade. Porém, é certo que isso não acontece. Nossa intenção, então, é a de observar como as classes se distribuem na cidade, buscando entender alguns padrões dessa distribuição, para assim entendermos de que maneira a classe influencia esse aspecto do estilo de vida.

Para tanto, dividimos a cidade em onze regiões, que correspondem às áreas de ponderação delimitadas pelo IBGE na cidade, ficando de fora apenas os distritos de Santa Eudóxia e Água Vermelha, localizados na zona rural da cidade. Os mapas foram elaborados por meio do software Terraview Política Social, a partir das malhas digitais municipais disponibilizadas pelo IBGE.

Os setores censitários são as menores divisões territoriais feitas pelo IBGE. Correspondem, em média, a cerca de 300 domicílios. Para esse nível de desagregação, entretanto, o IBGE não disponibiliza os microdados do Censo, e sim apenas as médias de cada variável dentro de cada setor. Desse modo, é possível saber, por exemplo, qual a renda mensal média de determinado setor censitário, mas não é possível obter dados sobre ocupação. Já a área de ponderação é a menor área geográfica para a qual podem ser calculadas estimativas baseadas nas informações do questionário da amostra, ou seja, nos microdados do Censo. A área de ponderação, ou área ponderada é o nível geográfico definido para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo. Uma área de ponderação é sempre um conjunto de setores e cada setor pertence a uma única área de ponderação. Assim, analisando os microdados do Censo, podemos saber, por exemplo, quantos empregados domésticos moram em determinada área de ponderação, mas não quantos deles moram em cada setor censitário que compõe a área de ponderação.

Embora os bairros não sejam uma divisão oficial da cidade e, por isso, não sejam considerados no Censo, consideramos que seria interessante um estudo sobre eles, uma vez que é a divisão da cidade mais utilizada no cotidiano dos moradores da cidade, e, justamente por não ser oficial, tem um caráter simbólico muito importante. Porém, tanto pelo uso dos dados secundários, como pelo tempo escasso para a pesquisa, tornou-se impossível utilizarmos a divisão da cidade por bairros.

Assim, tomamos como nossa menor unidade territorial na cidade, a área de ponderação, que pode corresponder a alguns bairros, sendo que um bairro pode estar dividido em mais de uma área de ponderação. Por não serem áreas muito amplas, as áreas de ponderação mantêm, em geral, algumas características sócio-econômicas em comum. Como no caso dos dados sobre renda e escolaridade é possível obter a média dos setores censitários, uma vez que esses dados existem nos agregados de setores disponibilizados pelo IBGE, poderemos notar eventuais discrepâncias dentro de uma mesma área de ponderação (por exemplo, um bairro muito pobre e outro muito rico dentro de uma mesma área). Tais discrepâncias serão esclarecidas em um capítulo posterior, no qual descreveremos as principais características de cada área considerada. De qualquer forma, já podemos adiantar que as discrepâncias são poucas, e pouco significativas.

Com base em alguns registros históricos, e na minha própria experiência como morador de São Carlos, foi feita, também, uma breve descrição de cada região, pensando na história, na antiguidade dos bairros, e em alguns significados e valores atribuídos a eles. Infelizmente, um estudo mais aprofundado sobre este aspecto dos bairros, que seria bastante proveitoso, não pôde ser feito, pois demandaria mais tempo do que o disponível durante um mestrado.

Com os mapas da distribuição espacial das classes em mãos, foi possível perceber alguns padrões entre as classes, a composição a as características de cada área de ponderação, conforme veremos nos próximos capítulos, e tirar algumas conclusões a respeito das questões que propusemos no presente trabalho.

A seguir, apresentaremos uma breve história de São Carlos, a fim de familiarizar o leitor com essa cidade, para então apresentarmos as principais características de cada área de ponderação. Isso será muito importante para entendermos, mais adiante, o padrão de distribuição espacial das classes. Apresentados os lugares de São Carlos, descreveremos mais detalhadamente a composição de cada uma das posições de classe e como elas se distribuem na cidade, para a partir daí elaborarmos algumas conclusões sobre as questões propostas neste trabalho.

CAPÍTULO V
A CIDADE DE SÃO CARLOS E SEUS LUGARES

A cidade de São Carlos fica na região central do estado de São Paulo, a 235 km da capital, e possui hoje uma população estimada em 213 mil habitantes[21]. Destaca-se pela atividade industrial e acadêmica, dois setores que contribuíram muito para a atual configuração urbana de São Carlos, bem como para a configuração de sua estrutura de classes. Antes de apresentarmos a composição e as características particulares de cada posição de classe, e principalmente sua distribuição espacial em São Carlos, é necessária uma breve apresentação da história da cidade, bem como uma exposição sobre seu desenvolvimento e sua situação atual. Isso nos ajudará bastante a conhecer as características de cada uma das regiões da cidade, e a compreender melhor a distribuição das posições de classe entre essas regiões. Após essa pequena exposição histórica sobre a cidade, faremos uma rápida apresentação sobre as particularidades de cada uma das regiões da cidade consideradas nesse estudo.

As origens de São Carlos

As terras que deram origem a São Carlos foram provenientes de três sesmarias: Sesmaria do Monjolinho, da Sesmaria do Quilombo e, em sua maior parte, da Sesmaria do Pinhal. Mas antes mesmo da concessão das sesmarias, no século XVIII, as terras de São Carlos já eram percorridas por viajantes e bandeirantes. Este caminho ficou conhecido como Picadão de Cuiabá[22], e foi utilizado como rota para o transporte de soldados durante a Guerra do Paraguai (MANCUSO, 1998, p.104-5). O núcleo mais próximo dali era Araraquara, que se elevara à categoria de vila em 1832, com uma

[21] Fonte: IBGE, 2007

22 Hoje o traçado do Picadão de Cuiabá em São Carlos corresponde à Rua Episcopal, que corta a cidade no eixo norte-sul.

economia baseada na criação de bovinos, além de uma incipiente produção de cana-de-açúcar. Também próximo dali estava Rio Claro, onde o cultivo de cana-de-açúcar já estava bem desenvolvido, tendo atingido seu auge na década de 1850. A partir desta data, o açúcar foi cedendo espaço ao café, e o braço escravo, que começava a ficar mais escasso e caro, era substituído pelo braço imigrante. E foi nesse período de transição que o núcleo de São Carlos se estabeleceu, o que seria fator determinante em seu desenvolvimento posterior.

Em 1856, por intermédio da família Arruda Botelho, proprietária da sesmaria do Pinhal, iniciou-se a construção de uma capela, próxima da divisa com a sesmaria do Monjolinho, em torno da qual já se aglomeravam os primeiros ranchos de madeira. No ano seguinte, 1857, a capela ficou pronta e São Carlos do Pinhal foi elevada à categoria de distrito de paz, e alguns anos depois à categoria de vila.

Em pouco tempo, São Carlos já era a quarta vila mais populosa da região que viria a ser conhecida como Baixa Paulista, atrás apenas de Limeira, Rio Claro e Araraquara. Este crescimento só seria freado em 1874, por ocasião de uma epidemia de varíola que atingiu a cidade. Em 1880, entretanto, São Carlos do Pinhal já seria elevada à categoria de cidade, antes mesmo de Araraquara, de quem fora distrito, e que vivia um período de estagnação.

Antônio Carlos de Arruda Botelho, que posteriormente viria a ser conhecido como Conde do Pinhal, utilizou do prestígio que já dispunha como grande produtor de café para influenciar na construção do trecho ferroviário entre Rio Claro e São Carlos, concluído em 1884, que seria estendido até Araraquara no ano seguinte, possibilitando um desenvolvimento ainda maior da cafeicultura na região, dada a facilidade para o escoamento da produção. O que antes era feito por mulas e bois até a capital, e posteriormente até a estação de Rio Claro, agora poderia ser feito por trens[23]. A construção da ferrovia não serviu apenas para a maior integração do estado de São Paulo e para a maior facilidade no escoamento da produção. Estes resultados foram inegavelmente importantes, e fizeram com que a produção local de café crescesse ainda mais, mas não foram os únicos. Estabeleceram-se nas proximidades da estação de trem algumas pequenas indústrias para a manutenção da ferrovia e dos vagões.

---

23 Para mais informações sobre a biografia do Conde do Pinhal, consultar TRUZZI, 2007, *op.cit.*, p.96-7.

Foi também do Conde do Pinhal a iniciativa de promover a vinda dos primeiros imigrantes estrangeiros a São Carlos. Ele financiou, por exemplo, a vinda de cem famílias alemãs em 1876, que instalaram em uma colônia construída em sua fazenda para este fim, de modo semelhante ao que vinha sendo feito em Rio Claro desde a década anterior. Iniciativas como essa eram motivadas, principalmente, pela já mencionada escassez de mão-de-obra escrava na região.

Dez anos depois da chegada dos primeiros imigrantes, São Carlos já contabilizava mais de dois mil estrangeiros no município, número que só era menor que o da capital do estado. Uma década após a Abolição, os imigrantes já eram 85% dos trabalhadores rurais no município, sendo a grande maioria deles composta de italianos, além de alguns portugueses e espanhóis. A construção da ferrovia e o grande afluxo de imigrantes foram, assim, determinantes para o desenvolvimento urbano de São Carlos, bem como para o desenvolvimento da atividade industrial que caracterizaria o município no século posterior.

O desenvolvimento da produção e distribuição do café desobrigou os fazendeiros de estarem o tempo todo em suas propriedades, e vários deles passaram a morar em grandes mansões construídas na cidade, o que também aquecia o mercado da construção civil na cidade e possibilitava o surgimento de profissionais deste ramo, além de gerar uma vida social na cidade. Por intermédio destes fazendeiros, a cidade já possuía, em 1889, o serviço de linhas telefônicas, em 1901, a energia elétrica, e em 1914, o serviço de bondes elétricos, importados da Bélgica.

Em 1905 começou a funcionar o Colégio São Carlos, mantido por religiosas de origem francesa, e em 1908 foi fundada a Escola Normal, que atraía jovens oriundos das classes médias e elites regionais. Com isso, São Carlos atraía estudantes e professores que instalariam na cidade uma vida cultural bastante desenvolvida para os padrões da época. Também em 1908 a cidade viria a se tornar a sede da Diocese, e os religiosos passariam a ter grande influência não só na vida social e cultural da cidade, como também na política local (TRUZZI, 2007, p.115).

O fim da escravidão e a conseqüente adoção do trabalho livre concorreram para a monetarização da economia, o que também foi importantíssimo na transferência de

muitos dos ofícios e funções que antes eram executados dentro das fazendas para a cidade. Com isso, surgiram na cidade as mais variadas profissões, ligadas, como vimos, à manutenção e reparo da ferrovia e das ferramentas para a produção e beneficiamento do café, como também à construção civil e a produtos de primeira necessidade. O surgimento de profissionais ligados a essas áreas, por sua vez, está intimamente ligado à massiva chegada de imigrantes, que traziam consigo as experiências de trabalho vividas na Europa. As primeiras empresas da cidade foram todas fundadas por imigrantes, em especial italianos e portugueses que não se adaptaram à vida de colono ou que já traziam de seu país de origem algum capital.

As indústrias e as universidades: marcas da cidade

Atualmente, São Carlos se destaca principalmente pelo desenvolvimento de sua indústria. Os desenvolvimentos que se deram desde a década de 1930 deram a São Carlos a feição de uma cidade essencialmente fabril, mesmo em tempos em que na maior parte do país predominava a agricultura. Segundo dados do Censo de 2000 (IBGE, 2000), 13% das pessoas empregadas, em todo o Brasil, estavam na indústria de transformação. Em São Carlos este número sobe para 24%. Praticamente um em cada quatro trabalhadores são-carlenses, em 2000, estava no setor secundário. Enquanto os salários, em 2005, somavam pouco mais de nove milhões de reais no setor agropecuário, chegavam a mais de R$ 330 milhões na indústria de transformação (IBGE, 2007B).

Podemos dizer que, até os anos 1940, a cidade seguia o padrão de outras cidades da região, como Rio Claro e Araraquara: um grande número de pequenas empresas de imigrantes europeus (TRUZZI, 2007, p.142). Destacavam-se apenas uma grande empresa de fiação e tecidos, que hoje não funciona mais, e uma fábrica de lápis, que nos anos 1930 foi incorporada pela empresa alemã Johann Faber, na época a maior produtora mundial de lápis, e que até hoje permanece forte em São Carlos, sob a marca

Faber Castell. Porém, foi após a Segunda Guerra Mundial que a cidade experimentou um grande desenvolvimento no setor industrial, cujos resultados são significativos até hoje, não só na economia, como também no desenvolvimento urbano da cidade.

Uma empresa, em especial, foi fundada durante a guerra, prosperou no pós-guerra e tornou-se uma das mais importantes da cidade. Fundada em São Paulo pelo médico, e posteriormente deputado, Ernesto Pereira Lopes, as Indústrias Pereira Lopes Ltda., que produziam e comercializavam pequenos motores elétricos, instalaram-se em São Carlos em 1942, e, após a guerra passaram a produzir fogões elétricos e a gás, e mais tarde, a produzir geladeiras de uso doméstico. A importação de refrigeradores foi substituída pela produção local, e manteve-se próspera nos anos do pós-guerra. Em 1955, as Indústrias Pereira Lopes, sob a marca Clímax, eram responsáveis por um terço da produção nacional de refrigeradores. Atualmente a fábrica não pertence mais aos Pereira Lopes, mas continua funcionando, agora sob o nome Electrolux. Outras empresas, vinculadas à produção de geladeiras, foram instaladas, como é o caso da Sicom, maior produtora brasileira de compressores herméticos. Para se ter uma idéia da importância desta indústria em São Carlos, basta citar o fato de que, somente a antiga Sicom, que hoje é subsidiária de uma multinacional chamada Tecumseh, possui atualmente mais de 6.000 funcionários em São Carlos, e exporta mais de 70% da sua produção.

Outras duas novas empresas passaram a funcionar em 1951, ambas fundadas por imigrantes, mas que tinham vindo em condições muito diferentes daqueles do início do século. A empresa de conservas alimentícias Hero, de propriedade de um imigrante suíço bem estabelecido no Brasil, e a Tapetes São Carlos, de propriedade de uma família alemã que já tinha tradição na produção de tapetes na Alemanha, aproveitaram suas relações com os países de origem para trazer o que havia de mais moderno para a produção. Embora a Hero tenha fechado as portas no final dos anos 90, mesmo depois de ter obtido projeção nacional, a Tapetes São Carlos prosperou e tem hoje mais de 500 funcionários.

No início da década de 60, outra enorme empresa do grupo Pereira Lopes era fundada: a Companhia Brasileira de Tratores (CBT). Depois de anos muito prósperos, a CBT também fechou no final dos anos 90. Ainda nos anos 60, duas famílias de

imigrantes italianos que já trabalhavam com a produção de papéis em seus locais de origem, fundaram uma pequena indústria de papel, que hoje produz embalagens de papelão e conta com mais de 500 funcionários. Mais recentemente, as perdas de importantes indústrias no final dos anos 90, como a Hero e a CBT foram compensadas pela instalação de uma grande fábrica de motores Volkswagen e da oficina de aeronaves da TAM.

A instalação da Universidade de São Paulo (USP), em 1953, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 1968, com boa parte dos cursos voltados à engenharia e à tecnologia, além de um centro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), mais recentemente, deram à cidade uma vocação industrial distinta, baseada em pequenas e médias empresas de alta tecnologia, algumas delas, inclusive, com projeção global. Em 1984 foi inaugurada a Fundação Parque Tecnológico de São Carlos (ParqTec), com o objetivo de gerenciar e promover a criação de empresas de alta tecnologia no município, a partir da transferência de conhecimento e tecnologia das universidades para as empresas. São Carlos, que já foi conhecida, nos tempos áureos do café como a "Princesa do Oeste", em uma época em que "oeste" era sinônimo de "expansão do café", como "Atenas paulista", graças ao elevado número de acadêmicos, "capital do clima", graças ao clima temperado, hoje se auto-denomina a "capital da tecnologia", e é considerada um pólo de desenvolvimento tecnológico no estado de São Paulo.

A USP e a UFSCar não tiveram importância apenas no desenvolvimento cultural e econômico da cidade, mas também em sua vida social. Além de funcionarem como um incentivo à instalação de empresas de alta tecnologia, preparando uma grande quantidade de profissionais qualificados, e oferecerem inúmeros serviços à população, as universidades têm uma grande influência no estilo de vida de boa parte dos moradores, bem como em boa parte dos aparelhos de lazer existentes na cidade.

O *campus* da USP em São Carlos possui, hoje, por volta de sete mil estudantes de graduação e pós-graduação, além de mais de mil funcionários e mais de quatrocentos docentes. A recente inauguração do segundo *campus* da USP só fará aumentar sua importância na cidade. Já a UFSCar possui, atualmente, mais de setecentos docentes, quase setecentos funcionários técnico-administrativos, e forma cerca de mil alunos por

ano, em seus trinta e sete cursos[24]. A recente instalação do curso de Medicina nessa universidade resultou na inauguração de um grande hospital-escola, o que é de grande importância para uma cidade que, até então, possuía somente um grande hospital.

As universidades fornecem mão-de-obra qualificada pra as indústrias, professores para as escolas públicas e particulares, profissionais da saúde para os hospitais e postos de saúde, quadros administrativos para o setor público e, recentemente, têm tido grande importância na política municipal, uma vez que os dois últimos prefeitos foram reitores da UFSCar[25], e vários secretários municipais e vereadores possuem ou possuíram algum tipo de vínculo com as universidades.

Uma breve descrição das regiões da cidade

Pelo perfil histórico e econômico de São Carlos que apresentamos acima, já podemos imaginar algumas particularidades sobre a estrutura de classes da cidade. Porém, antes de entrarmos propriamente dessa discussão, uma vez que nosso intuito é observar a relação entre o pertencimento a uma posição de classe e o local de moradia, faz-se necessária ainda outra etapa. No capítulo III falamos sobre a aplicação do conceito de "lugar" na sociologia, tal como defendido por Gieryn, segundo o qual o "lugar" envolveria três características necessárias e suficientes: a localização geográfica, a forma material e o investimento em significado e valor (GIERYN, 2000). Antes de observarmos a distribuição espacial das diferentes classes nas diferentes regiões da cidade, é importante prestarmos atenção a essas características relacionadas a cada região da cidade, para não chegarmos a conclusões precipitadas. Por isso, descreveremos abaixo, brevemente, algumas características de cada uma das regiões da cidade.

Quando explicamos a metodologia empregada na pesquisa que deu origem a este trabalho, no capítulo IV, mencionamos de que modo foi feita a divisão da cidade em

[24]Fonte dos dados: INEP/MEC, Sinopses estatísticas da educação superior, 2006.
[25] São eles Newton Lima (PT), eleito em 2000 e reeleito em 2004, e Oswaldo Barba (PT), eleito em 2008.

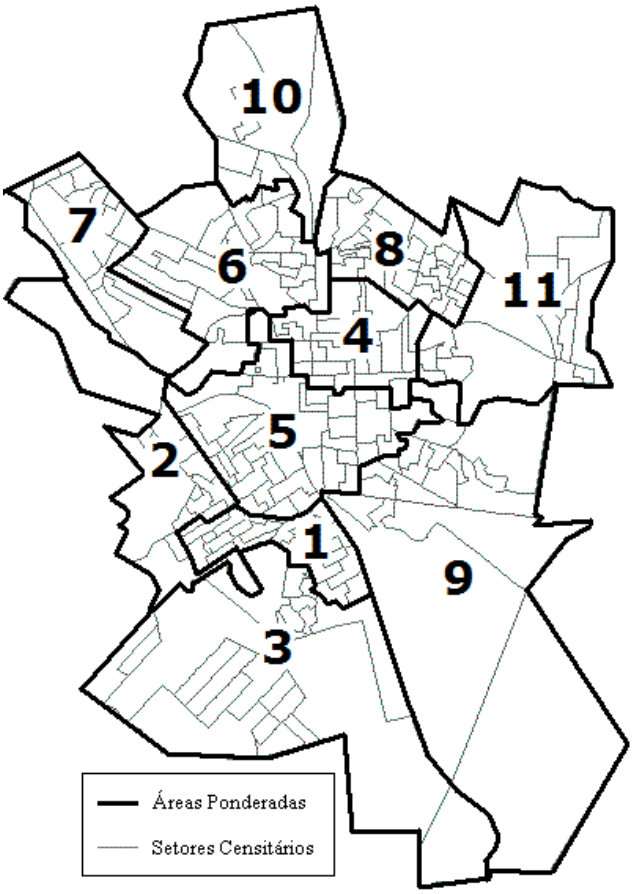
regiões. Cada região corresponde a uma área de ponderação do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, pois esse, como explicamos, é o nível de agregação mínimo para o qual existem dados estatísticos sobre ocupações. O ideal seria que a divisão da cidade fosse feita por bairros, pois a divisão por bairros incorpora também alguns elementos simbólicos que seriam interessantes para nosso estudo. No entanto, como esse tipo de divisão normalmente não é considerado nas pesquisas oficiais, não seria possível dividirmos a cidade dessa maneira. Assim, cada área de ponderação, cada região da cidade, corresponderá a alguns bairros, sendo que alguns bairros estarão inteiramente contidos dentro de uma área de ponderação, e outros estarão divididos, com uma parte em cada área. A divisão da cidade por áreas de ponderação, com a identificação de cada uma das regiões, pode ser observada no Mapa 1 (ver Anexo I).

Para buscarmos compreender as três características do "lugar" mencionadas por Gieryn, vamos localizar geograficamente cada uma das regiões da cidade, descrever suas construções, seus equipamentos e as condições de suas moradias e, por fim, na medida do possível, descrever alguns dos significados que esses lugares têm para os seus moradores. Essa última característica, devemos ressaltar, não pôde ser estudada a fundo, pois exigiria toda uma pesquisa à parte. O importante é conhecermos esses lugares antes de passarmos para a próxima etapa, de observarmos como as diferentes posições de classe se distribuem entre eles.

Os dados sobre renda e escolaridade mencionados nos itens abaixo foram todos extraídos dos dados da amostra do Censo 2000, do IBGE, e no caso da renda expressam o valor do salário mínimo vigente na época da realização da pesquisa (última semana de julho de 2000).

Abaixo, podemos observar o Mapa 1 (o mesmo se encontra também no Anexo I, em maiores dimensões), com as áreas ponderadas da cidade, para que tenhamos uma idéia da localização de cada área. Em seguida, faremos a apresentação sobre os aspectos fundamentais de cada uma das áreas:

Mapa 1 – Áreas Ponderadas de São Carlos-SP (IBGE,2000)



Área 5: Centro

A primeira área a ser explorada aqui é a região central de São Carlos, onde a cidade começou a se desenvolver, e onde até hoje funciona a principal região comercial da cidade. Essa área, identificada pelo número 5 no Mapa 1 (ver Anexo I), corresponde, basicamente, aos bairros Vila Prado, Bela Vista, Vila Monteiro e ao centro propriamente dito.

Esta é a área da cidade que conta com mais equipamentos públicos, incluindo escolas publicas, praças e postos de saúde. Ela é cortada pela Avenida São Carlos, importante eixo comercial da cidade, que liga as regiões sul e norte, paralela ao antigo

Picadão de Cuiabá, que hoje corresponde à Rua Episcopal. Na Avenida São Carlos está localizada a Catedral, sede da diocese e principal cartão postal da cidade. Ela foi construída nos anos 1950 no local onde antes havia a capela em torno da qual a cidade começou a ser erguida, próxima da divisa entre a Sesmaria do Pinhal, mais ao sul, e a Sesmaria do Monjolinho, mais ao norte. Em frente à Catedral está um palacete que pertenceu ao Conde do Pinhal, e que foi, por alguns anos, a sede da Prefeitura.

Na região há muitos casarões de antigos fazendeiros, que, como vimos, mudaram-se do campo para a cidade conforme esta lhes oferecia mais serviços. Muitos dos casarões não existem mais, e os que sobraram são utilizados principalmente para fins comerciais ou por instituições públicas. A algumas quadras dali, na direção sul, está a região conhecida como Baixada, onde o Mercado Municipal e o comércio mais antigo e tradicional da cidade dividem espaço com grandes magazines, lojas populares e camelôs.

Um pouco mais ao sul está a Estação Ferroviária, numa região com um comércio ligeiramente degradado, e alguns galpões sub-utilizados, que antigamente serviam à estação e aos trens que por ali passavam. Cruzando a linha férrea, ainda na direção sul, está a Vila Prado, um dos primeiros bairros residenciais da cidade. Atualmente, o bairro conta com um comércio relativamente bem desenvolvido, especialmente nas Avenidas Sallum e Dr. Teixeira de Barros (conhecida como Rua Larga, ponto de encontro de jovens da região), mas continua sendo essencialmente residencial, com várias casas antigas – muitas delas sem garagem para carros e com porta e janelas voltadas para a rua, diferentemente das casas mais novas. Também próximas da estação, mais à sudoeste, estão o prédio da antiga Cooperativa de Laticínios, que foi muito importante para a recuperação da agropecuária da cidade após a crise do café, e a unidade principal da Faber Castell.

A leste e sudeste da Catedral está a Vila Monteiro, cujas residências seguem padrão semelhante às da Vila Prado, mas onde só se desenvolveu um comércio local. Essencialmente, é um bairro residencial, dos mais antigos da cidade, com muitas casas, em sua maioria antigas, e raríssimos prédios. Nessa região funcionou, em meados do século XX, a antiga indústria de fiação e tecidos, que na época era a mais importante da cidade.

Voltando à Catedral e seguindo agora algumas quadras ao norte, margeando a Avenida São Carlos, está a sede social do São Carlos Clube, hoje pouco utilizada, mas que décadas atrás reunia a nata da sociedade são-carlense. A sede do clube fica em frente à Praça Coronel Salles, hoje conhecida popularmente como "praça dos pombos", onde funcionam uma escola pública e a Câmara dos Vereadores, e que durante o auge da sede social do São Carlos Clube, em meados do século passado, era bastante freqüentada por jovens de classes médias e também menos abastadas, que ali faziam o seu *footing*.

Seguindo na direção noroeste, estão o *campus* da USP, a Santa Casa (principal hospital da cidade) e a maternidade, todos em uma região residencial relativamente mais nova e mais rica, com vários edifícios residenciais, e onde, ultimamente, têm se instalado escritórios de empresas, consultórios e clínicas médicas. Porém, apenas uma pequena parte dessa região mais rica está contida nessa área de ponderação (sua maior parte está na área 4, sobre a qual falaremos adiante). Também nessa região está o Centro de Divulgação Científica e Cultural, o CDCC, um órgão da USP destinado à divulgação da ciência entre os alunos de ensino fundamental e médio. Foi no prédio que hoje abriga o CDCC que tiveram início as atividades da USP em São Carlos, na década de 1950. Antes disso, esse prédio já havia abrigado a *Societá Dante Alighieri*, uma associação de ricos imigrantes italianos, fundada no início do século XX[26].

A oeste, em uma região que há poucas décadas era praticamente inabitada, está a unidade são-carlense do SESC, e vários novos empreendimentos imobiliários, além de grandes casas recém-construídas. Esse desenvolvimento se deve, em grande parte, à construção do shopping center em uma região vizinha (Área 6), sobre a qual falaremos adiante. Por fim, a sudoeste, está o bairro Bela Vista, que tem característica semelhantes

[26] Em São Carlos, alguns imigrantes organizaram-se em associações: os originários do sul da Itália (calabreses, sicilianos, napolitanos e lucanos, entre outros) fundaram, em 1900, a *Societá Meridionali Uniti Vittorio Emmanuele II*, que futuramente se transformaria no Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. Por sua vez, dois anos mais tarde os originários do Norte (vênetos, lombardos, ligúrios, piemonteses, toscanos e romanos, entre outros) fundaram a *Societá Dante Alighieri*, em sede própria, onde mantinham escola para seus filhos. A instituição de ensino veio a ser reconhecida por sua eficiência, tendo se desarticulado com a perseguição deflagrada aos italianos e seus descendentes com o advento da Segunda Guerra Mundial. Na época, os italianos eram mais de 70% dos estrangeiros que viviam em São Carlos. Os espanhóis, embora em menor número, criaram a *Real Sociedad Española Beneficente y Instructiva* em 1896. Os portugueses integraram-se mais facilmente à sociedade são-carlense e não chegaram a construir associações (SESC, 2008).

à Vila Monteiro e à Vila Prado, e é onde está localizado o estádio municipal Prof. Luiz Augusto de Oliveira, o Luizão, que abriga o time de futebol da cidade.

Se observarmos o Mapa 14 (ver Anexo I), que mostra a renda mensal média do responsável pelo domicílio para cada setor censitário, observamos que na região onde está a Catedral, a renda média varia entre 8 a 20 salários mínimos, enquanto na região da Vila Monteiro varia de 6 a 10 salários mínimos e na Vila Prado, de 4 a 8 salários mínimos. As duas últimas mostram padrões parecidos de ocupação e renda, enquanto a região próxima da Catedral e a seu norte e oeste mostram um padrão diferente, com construções e comércios mais novos, e uma população mais rica. Entretanto, essa região mais rica, como dissemos, é pouco abrangida por essa área de ponderação, e deve ter um peso baixo nas médias gerais de distribuição espacial das posições de classe.

Área 1:

Aqui denominamos Área 1, conforme a indicação no Mapa 1 (ver Anexo I), a área que compreende os bairros Cruzeiro do Sul, Pacaembu e Santa Tereza. Essa área fica um pouco mais ao sul da Vila Prado e da Estação Ferroviária (ambos na região central). A oeste da área 1 está a área 2, à leste está a área 9 e ao sul a área 3.

O bairro do Cruzeiro do Sul é mais o antigo dessa área. Ele começou como periferia, mas hoje atrai classes médias, por conta da proximidade do centro. Nota-se casas mais antigas, menores e mais simples, e também casas mais novas, de tamanho mediano e mais modernas. Os bairros vizinhos, do Pacaembu e Santa Tereza são um pouco mais pobres. Em um setor do bairro Cruzeiro do Sul, a renda média do responsável pelo domicílio varia entre 8 a 10 salários mínimos. Nos demais setores dentro dessa área de ponderação, a renda média varia de 4 a 8 salários mínimos, formando uma área ponderada com poucos contrastes nesse aspecto. Há poucas praças e locais de lazer, dos quais se destacam um ou outro campo de futebol. Quase na "divisa"

com a Vila Prado e com a área central, funciona a escola pública Jesuíno de Arruda, uma das maiores e mais antigas da cidade.

Área 2:

Essa área, na porção oeste da cidade, que abrange os bairros do Botafogo, Jardim das Torres e o Parque Faber, é, toda ela, de ocupação relativamente recente, sendo o bairro do Botafogo, entre eles, o mais antigo e mais populoso. A área 2 é delimitada, ao leste, pela área 5 (Centro), ao sudeste pela área 1, mais antiga e ao nordeste pela área 7, mais nova e mais pobre.

O Jardim das Torres é o bairro mais recente dessa área, e ainda hoje conta com vários terrenos baldios e construções em andamento. As casas mais simples dos bairros do Botafogo e Jardim das Torres contrastam com o condomínio fechado Parque Faber, construído ao lado do único Shopping Center da cidade, que também fica nessa região. Enquanto os responsáveis pelos domicílios no Botafogo e no Jardim das Torres tinham renda mensal média entre 4 a 8 salários mínimos, o setor censitário que contém o Parque Faber é o mais rico da cidade: lá a renda mensal média dos responsáveis é de cerca de 40 salários mínimos.

Na época da realização do Censo, tanto o Shopping Center como o condomínio eram bastante novos: ambos foram inaugurados em 1997 (os dados do Censo são de 2000), e eram os primeiros empreendimentos na região, que hoje já está mais desenvolvida. Por conta desse contraste entre o condomínio fechado, que na época reunia as pessoas mais ricas da cidade, e o restante dessa área, bem mais pobre, alguns dados sobre essa área podem ser um pouco confusos, mas vale ressaltar que a população do condomínio fechado ainda era baixa na época, ao contrário do Botafogo e bairros adjacentes, o que faz com que ela tenha um peso relativamente baixo.

Como área de lazer principal os moradores dos bairros do Jardim das Torres e do Botafogo têm um parque conhecido como Bicão. Outros equipamentos públicos, tais como creches, praças, postos de saúde e escolas, são raros na região. Apesar de pertencerem a uma mesma área de ponderação, esses bairros estão relativamente distantes do Parque Faber e do Shopping Center, dos quais se separam pela linha do trem, e se ligam por meio de uma única avenida.

Área 3:

A Área 3, que compreende bairros como o Cidade Aracy, Madre Cabrine e Gonzaga, além de alguns loteamentos regulares e irregulares, fica no extremo sul da cidade e é a área mais pobre de São Carlos. Ela faz divisa, ao norte, com as áreas 1 e 2, descritas acima, e à leste com a área 9, que é pouco habitada.

Entre os responsáveis por domicílios que ali residem, a grande maioria (93,4%) ganha menos de 5 salários mínimos mensais, sendo que se considerássemos a toda a cidade de São Carlos, esse número corresponderia a 61,5% da população. As regiões do Gonzaga, próximo do Cruzeiro do Sul (Área 1) e do loteamento Antenor Garcia (no extremo sul) são as mais pobres da cidade, onde a renda média mensal dos responsáveis não passa de 2 salários mínimos.

A região também é carente de serviços públicos, contando apenas com alguns centros comunitários e postos de saúde. Escolas são poucas e distantes, bem como os equipamentos de lazer. O acesso ao transporte público é ruim, o que faz com que a região se torne ainda mais distante do centro. Essa área é cortada pela rodovia que liga São Carlos a cidades como Jaú e Bauru. Às margens dessa rodovia, próximo à Cidade Aracy, está instalada a fábrica de motores da Volkswagen, hoje uma das mais importantes indústrias da cidade.

Área 4:

Da região mais pobre e menos assistida da cidade, passamos agora à região mais rica e melhor assistida. A Área 4, que compreende bairros como Vila Nery, Jardim Macarenco, Jardim Lutfalla, além de uma parte do Centro. Ao passo que na Área 3, 93,4% dos responsáveis pelos domicílios ganhavam até 5 salários mínimos, na Área 4, esse número cai para 40,1%, e é o menor da cidade. 47,1% dos responsáveis pelos domicílios ganham, nessa região, mais de 10 salários mínimos mensais, enquanto na área 3 eles eram apenas 1,9%, uma diferença bastante significativa.

A Área 4 está localizada um pouco a norte e a nordeste da Catedral, e assim como a área 5 (Centro), também é cortada pela Avenida São Carlos. A oeste, fica a área 6, também rica, a leste a área 11 e a norte a área 8, essas um pouco mais pobres e menos assistidas. A região que fica bem a norte da Catedral, apesar de majoritariamente residencial, possui um comércio em rápido desenvolvimento, principalmente na região das ruas XV de Novembro e Dr. Carlos Botelho. Os comerciantes dessa região tentam emplacar para ela o nome "Alto da Cidade", em clara contraposição ao termo "Baixada", usado para designar o comércio mais popular do centro antigo da cidade, e que recebe este nome por se situar em uma espécie de vale por onde passa o córrego do Gregório. No "Alto da Cidade", as lojas, em sua maioria de roupas e móveis, são voltadas ao público mais abastado da cidade. Ali também se concentram os restaurantes e bares mais freqüentados pela porção mais rica da população de São Carlos.

Nessa região, que é adjacente ao *campus* da USP, está a sede de campo do São Carlos Clube, também freqüentado pelas camadas mais altas da sociedade. No entorno do clube e também algumas quadras a leste, estão os maiores e mais bem equipados edifícios residenciais da cidade, em uma região em que os ganhos mensais médios dos responsáveis pelos domicílios ultrapassam os 20 salários mínimos.

A região também conta com a maior concentração de colégios particulares, cursinhos e escolas de línguas da cidade. Duas escolas, nessa região, chamam a atenção,

tanto por seus edifícios como por suas histórias: o Colégio São Carlos, colégio particular fundado em 1905, e mantido até hoje por religiosas de origem francesa, e a Escola Normal, que foi fundada em 1908 com o objetivo de formar professores, e atraía jovens oriundos das classes médias e das elites regionais (no local, hoje, é chamado de Instituto Álvaro Guião, e abriga uma boa escola pública). Como dissemos anteriormente, tanto o Colégio São Carlos como a Escola Normal foram importantes por atraírem professores e estudantes à cidade de São Carlos, proporcionando a ela uma vida cultural bastante desenvolvida já no início do século XX.

Ainda nessa área, na direção nordeste, está a estação rodoviária da cidade, cercada de pequenos prédios e casas de padrão médio, onde a renda média dos responsáveis pelos domicílios está entre 10 e 20 salários mínimos. Na direção sudoeste, está a Vila Nery, um dos bairros residenciais mais tradicionais da cidade, com suas casas um pouco mais antigas e alguns edifícios mais novos, e renda média ligeiramente mais baixa, entre 8 e 10 salários mínimos. A região da Vila Nery possui algumas das melhores escolas públicas de São Carlos e a Casa de Saúde, segundo maior hospital da cidade (até a recente inauguração do Hospital Escola). Na direção oeste, está o Jardim Macarenco, também majoritariamente residencial, cujas construções seguem padrões relativamente superiores aos da Vila Nery. O Jardim Macarenco abriga também a fábrica de Tapetes São Carlos, e abrigou a fábrica de conservas alimentícias Hero até o seu fechamento.

Área 6:

A Área 6 toma uma parte da região norte e uma parte da região noroeste da cidade. Fazem parte dela bairros como Santa Paula, Planalto Paraíso, Santa Mônica, Jardim Acapulco, Santa Marta, Cidade Jardim, Jardim Paulistano e uma parte da Santa Felícia. É uma área mais nova do que aquelas das quais tratamos até agora. Fica a oeste da área 4, descrita acima, e a norte da área 5 (Centro).

É uma área majoritariamente residencial, com apenas alguns comércios locais. O bairro Santa Mônica, que ocupa a porção sudoeste dessa área, é mais tradicional e faz parte do segundo setor mais rico da cidade, com renda média dos responsáveis pelos domicílios em torno de 30 salários mínimos mensais. O bairro fica em uma região privilegiada da cidade, com acesso fácil à Santa Casa, ao *campus* da USP, ao Shopping, e aos serviços mencionados na Área 4. Possui grandes casas e algumas mansões.

Os bairros Santa Marta e Santa Paula, que ficam na região central da Área 6, são parecidos entre si, bastante arborizados, com casas relativamente grandes, embora num padrão ligeiramente inferior àquelas da Santa Mônica, e com acesso também um pouco pior aos principais serviços da cidade. O Santa Marta tem a particularidade de funcionar como um condomínio aberto, onde os moradores pagam uma taxa que é utilizada para a contratação de seguranças particulares e para a manutenção das áreas de lazer comuns do bairro, como as praças e jardins.

Mais a oeste, está o bairro Santa Felícia, que está incluído apenas parcialmente na área 6. Coincidência ou não, foi incluída nessa área justamente a parte do bairro com renda média maior, o que pode ser notado, inclusive, no padrão da casas, um pouco mais baixo do que o padrão das casas do Santa Marta, por exemplo, mas mais alto do que o restante do bairro Santa Felícia, que está incluído na Área 7, sobre a qual falaremos em seguida. O bairro Jardim Acapulco, também a oeste, é um pouco mais distante da região central da cidade, e bastante recente, misturando terrenos baldios, casas de baixo padrão, de moradores mais antigos, e casas com padrão relativamente alto, recém construídas.

Mais a norte está o bairro Jardim Paulistano, o mais pobre dessa área, mas que, ainda assim, tem renda média dos responsáveis pelos domicílios em torno de 6 a 8 salários mínimos, mais alta do que a de muitos bairros da cidade. Também nessa região está a Cidade Jardim, com casas em um padrão um pouco mais alto do que as dos Jardim Paulistano, e renda média variando entre 10 e 20 salários mínimos. Por ser um bairro bastante próximo à USP e com acesso fácil à UFSCar, é um bairro onde moram muitos estudantes e professores universitários. Nos últimos 20 anos foram construídos ali inúmeros prédios de três, quatro e cinco andares, destinados especialmente ao público universitário.

Apesar de ser a segunda área da cidade em termos de renda e escolaridade, e com acesso fácil ao centro de São Carlos, a área 6 não conta com muitos equipamentos públicos, que se resumem a poucas escolas, alguns postos de saúde, um ginásio de esportes, localizado na Santa Felícia, e o antigo kartódromo, localizado na Cidade Jardim e utilizado atualmente para a prática de corrida e caminhada.

Área 7:

A Área 7 fica na região noroeste da cidade, e é composta por uma parte do bairro Santa Felícia, além de alguns bairros oriundos de loteamentos, tais como Arnon de Mello, Loteamentos São Carlos (I, II, III, IV e V) e Jardim Ipanema. Atualmente a área abrange também alguns condomínios fechados, uma faculdade particular e o novo *campus* da USP, mas como estes não existiam no ano 2000, quando foram recolhidos os dados do último Censo, não serão considerados na análise.

O bairro Santa Felícia, como dissemos, ficou dividido entre as áreas 6 e 7. Na área 6, ficou sua porção mais "rica", com renda média de 6 a 10 salários mínimos, enquanto na área 7, a renda média varia de 4 a 8 salários mínimos. O bairro Santa Felícia é a porção da Área 7 mais próxima do centro da cidade. Os demais bairros que compõem essa área foram, em sua grande maioria, oriundos de loteamentos populares construídos principalmente desde os anos 1980. Talvez por se tratar de uma parte relativamente nova da cidade, não conta com muitos equipamentos públicos, à exceção de algumas creches e um centro comunitário. Um ginásio de esportes, que fica na divisa com a área 6, também serve a região.

Área 8:

A Área 8 abrange os bairros Vila São José, Jacobucci, Parque Estância Suíça, Parque Belvedere e Jardim Santa Maria, na região norte da cidade. Imediatamente ao sul está a área 4, a leste a área 11 e a oeste as áreas 6 e 10.

Esta área é composta de bairros semelhantes entre si em vários aspectos, com casas razoavelmente simples, algumas maiores e mais novas, outras menores e mais antigas, sem grandes edifícios. A área fica às margens da principal rodovia que dá acesso a São Carlos, a Washington Luís. Adjacentes à rodovia e à Área 8, estão a UFSCar e o Country Club, um grande clube de campo, que é bastante freqüentado pela classe média da cidade. Também nessa área há o estádio Luiz Estevão de Siqueira, o "Zuzão", um pequeno estádio municipal, que conta também com um ginásio poliesportivo.

A região, em especial a Vila São José, tem acesso fácil à área central da cidade, e, apesar de ser residencial, conta com um comércio local em desenvolvimento. Possui escolas públicas e um posto de saúde, e abriga também a principal unidade do Corpo de Bombeiros da cidade.

Área 9:

A Área 9 fica na região sudeste de São Carlos e abrange, entre outros, os bairros Vila Izabel, Jardim Ricetti, Jardim Maracanã, Vila Alpes, Azulville, Novo Horizonte e o Distrito Industrial, além de uma porção da Vila Monteiro, que ocupa também uma porção da área 5, a noroeste. A oeste, faz divisa com as áreas 1 e 3, e a norte com a área 11. Em termos de área territorial é a maior da cidade, embora boa parte dela não seja muito habitada. É a área com maior concentração de indústrias da cidade. Nela estão também alguns dos bairros mais pobres, principalmente na região dos bairros Jardim

Maracanã e Vila Izabel, onde a renda média dos responsáveis pelos domicílios está entre 2 e 6 salários mínimos.

O Jardim Ricetti, mais ao norte, já é considerado um bairro de classe média, com muita semelhança com a Vila Monteiro, o bairro vizinho, que mencionamos quando falamos da Área 5. A diferença é a distância relativamente maior até o centro, e as casas são um pouco mais novas. Ali, como na Vila Monteiro, a renda média está entre 6 e 10 salários mínimos.

A área 9 é cortada pela Av. Getúlio Vargas, uma das mais importantes ruas comerciais da cidade, onde estão várias concessionárias de automóveis e lojas de materiais de construção, um centro municipal de especialidades médicas, além do Ginásio Milton Olaio, um dos maiores do estado, e que foi concluído recentemente, após quase duas décadas de obras e abandono. Porém, à noite a Av. Getúlio Vargas se torna o mais conhecido ponto de prostituição da cidade.

Embora não seja uma área pobre, sem muitas escolas e postos de saúde, a Área 9 possui vários equipamentos de lazer: além do já mencionado ginásio, há o SESI (que além do clube, tem também uma boa escola), o Clube Faber Castell (mais conhecido como Cedrinho, voltado aos funcionários dessa indústria) e o Clube da Tecumseh (também voltado aos funcionários), além de um centro de eventos.

Nessa área está, também, o Distrito Industrial Miguel Abdelnur, no qual estão instaladas várias das indústrias de São Carlos, entre as quais está a Toalhas São Carlos, uma das fábricas da Faber Castell, entre outras. Ainda nessa área, mas em uma região mais afastada e menos habitada, ao sul, na divisa com a Cidade Aracy (Área 3), está a fábrica de motores da Volkswagen, que possui mais de 500 funcionários, e o parque tecnológico de São Carlos (ParqTec), onde estão instaladas várias pequenas indústrias de alta tecnologia.

Área 10:

No extremo norte da região urbana de São Carlos, fica a área 10, que abrange os bairros Jóquei Clube, Parque Delta e Vila Parque Industrial. A área 6 está localizada a sudoeste e a área 8 a sudeste. Podemos dizer que são bairros pobres, com renda média dos responsáveis pelos domicílios por volta de 6 a 10 salários mínimos, casas e comércio local bastante simples. Nessa região está uma das maiores indústrias de São Carlos, a Tecumseh, que emprega mais de 5.000 funcionários, e também a indústria Genarex, ambas com áreas de lazer e campos de futebol. Os equipamentos públicos na região, tais como praças, postos de saúde, escolas e creches são escassos, e a distância do centro é grande para os padrões da cidade.

A área 10 é adjacente tanto à rodovia Washington Luís quanto à rodovia SP-318, que liga São Carlos a Ribeirão Preto e ao distrito de Água Vermelha. Nessa rodovia está outro grande clube de campo da cidade, a Abasc. Recentemente, às margens dessa rodovia vários condomínios residenciais fechados, de alto padrão, foram construídos, além de um moderno campo de golfe e um parque ecoturístico. Como esses condomínios ainda não haviam sido construídos na época do período de coleta de dados do Censo, não serão considerados na análise.

Área 11:

A Área 11 fica na região nordeste da cidade, e inclui bairros como Tangará, Jardim Munique, Itamaraty, além do Parque Sabará, um dos primeiros condomínios fechados da cidade. Essa área é cortada pela Rodovia Washington Luís. A oeste da rodovia, estão o Parque Sabará, com suas casas de alto padrão e renda média dos responsáveis pelos domicílios entre 10 e 20 salários mínimos, o Parque Primavera e o Residencial Américo Margarido, que possuem um patamar de renda média um pouco

inferior. Em frente ao Parque Sabará fica uma faculdade particular. Na outra porção da rodovia, mais distante do centro da cidade, estão os demais bairros, como o Tangará e o Itamaraty, de com casas em padrão mais baixo, e, inclusive algumas pequenas chácaras, sendo algumas utilizadas para recreação e outras para moradia. Nessa porção da área 11, a renda média varia de 2 a 6 salários mínimos, há um comércio local incipiente, poucos equipamentos públicos, e não há grandes indústrias.

Abaixo, podemos observar, na tabela, as faixas de renda mensal média dos responsáveis pelos domicílios em cada uma das áreas descritas acima:

Renda mensal dos responsáveis pelos domicílios, em Salários Mínimos (% área)

Área	Até 2 S.M.	Mais de 2 até 5 S.M.	Mais de 5 até 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
1. Boa Vista/ Cruzeiro do Sul	21.4	39.2	28.8	10.6
2. Botafogo/ Jd das Torres/ Pq Faber	13.6	45.5	28.7	12.2
3. Cidade Aracy	**43.4**	47.0	7.8	1.9
4. Vila Nery/ Macarenco/ USP	12.4	17.7	22.8	**47.1**
5. Centro/ Vila Prado/ Bela Vista	20.5	31.2	26.4	21.9
6. Sta Felicia/ Sta Paula/ Plan. Paraíso	16.0	26.3	24.6	**33.1**
7. Lot. S. Carlos/ R. Tortorelli	23.5	47.4	22.3	6.8
8. Est. Suíça/ São José/ Jacobucci	27.3	36.8	23.7	12.2
9. Jd Maracanã/ V. Alpes/ Pq Industrial	23.2	39.8	21.4	15.7
10. Pq Delta/ Jóquei Clube	**35.8**	41.4	13.2	9.6
11. Sabará/ Tangará/ Itamarati	21.6	40.9	21.8	15.6
Total (Cidade de São Carlos)	24.1	37.4	21.8	16.7

Fonte: Censo 2000, IBGE

Como podemos observar, as áreas que concentram o maior número de responsáveis por domicílios que ganham mais de 10 salários mínimos mensais são a área 4 (47,1%), próxima à região central, e a área 6 (33,1%), na região noroeste da cidade, e as que concentram aqueles que ganham menos de 2 salários mínimos seriam a área 3 (43,4%), no extremo sul, e a área 10 (35,8%), no extremo norte da cidade.

O padrão é quase o mesmo encontrado se observarmos a escolaridade média em cada uma dessas áreas. As áreas 3 e 10 são as menos escolarizadas, onde 84% e 74%, respectivamente, dos responsáveis pelos domicílios possuem ensino fundamental, completo ou incompleto. A área 1, que em termos de renda ocupa uma posição

intermediária, destaca-se pela baixa escolaridade: 74,2% dos responsáveis pelos domicílios possuem o ensino fundamental completo ou incompleto. As áreas 4 e 6, as mais ricas, são também as mais escolarizadas. Respectivamente, 41,3% e 38,4% dos responsáveis pelos domicílios possuem ensino superior completo ou incompleto, números bem acima da média da cidade, que é de 15,9% para esse quesito. Os dados sobre escolaridade podem ser observados na tabela abaixo:

Escolaridade por faixas do responsável pelo domicílio, (% por área)

Área	Fundam.	Médio	Superior	Nenhuma
1. Boa Vista/ Cruzeiro do Sul	**74.2**	18.3	7.1	0.5
2. Botafogo/ Jd das Torres/ Pq Faber	55.9	31.5	11.5	1.0
3. Cidade Aracy	**84.0**	12.7	2.1	1.2
4. Vila Nery/ Macarenco/ USP	36.5	21.6	**41.3**	0.5
5. Centro/ Vila Prado/ Bela Vista	57.4	21.6	20.5	0.4
6. Sta Felicia/ Sta Paula/ Plan. Paraíso	41.9	19.5	**38.4**	0.2
7. Lot. S. Carlos/ R. Tortorelli	70.7	23.1	6.0	0.3
8. Est. Suíça/ São José/ Jacobucci	68.3	19.2	11.8	0.6
9. Jd Maracanã/ V. Alpes/ Pq Industrial	61.4	24.0	14.3	0.3
10. Pq Delta/ Jóquei Clube	**74.0**	17.9	7.3	0.8
11. Sabará/ Tangará/ Itamarati	58.5	25.8	15.4	0.3
Total (Cidade de São Carlos)	62.4	21.1	15.9	0.5

Fonte: Censo 2000, IBGE

Após essa descrição das regiões da cidade de São Carlos, com a qual buscamos contemplar as características principais de cada uma, com destaque para a localização geográfica, as formas materiais e a relação de cada uma com a história da cidade e com o seu desenvolvimento, podemos seguir com nossa proposta, passando para a próxima etapa, que é a de descrever a composição das posições de classe encontradas em São Carlos e verificar como cada uma das posições de classe se distribui espacialmente pela cidade.

CAPÍTULO VI

AS POSIÇÕES DE CLASSE EM SÃO CARLOS

Após nossa discussão acerca das questões teóricas e metodológicas que permeiam este trabalho, e também da apresentação da cidade de São Carlos e de suas regiões, passamos agora a nos concentrar mais especificamente sobre nosso objeto de estudo: a estrutura de classes e alguns aspectos dos modos de vida da população de São Carlos. Primeiramente, apresentaremos brevemente cada uma das posições de classe obtidas com a operacionalização do esquema de posições de classes escolhido para este trabalho, com especial atenção à composição de cada uma dessas categorias no caso específico de São Carlos. Algumas diferenças em relação ao esquema de Figueiredo Santos, que já foi apresentado anteriormente, poderão ser notadas, uma vez que, como também já explicamos, a origem dos dados é diferente. Também apresentaremos algumas características socioeconômicas de cada posição, para então observarmos como cada uma dessas posições de classe se distribui entre as áreas da cidade descritas no capítulo anterior.

A cidade de São Carlos, como vimos, destaca-se principalmente por sua elevada e diversificada atividade industrial, e por contar com duas grandes universidades públicas, que além de empregarem uma grande quantidade de pessoas na condição de docentes e funcionários públicos, fornecem mão-de-obra qualificada para as indústrias. A cidade conta tanto com grandes fábricas, em setores variados (têxtil, eletrodomésticos, motores, entre outros), como também com pequenas indústrias de alta tecnologia (lentes de alta precisão, supercondutores, entre outros). Por outro lado, o comércio é relativamente pouco desenvolvido, bem como o setor de serviços, e a agropecuária, embora tenha um papel importante na cidade, ocupa um número relativamente baixo de pessoas. Tais características influenciam no desenho da estrutura de classes da cidade.

Se tomarmos as estatísticas do Censo de 2000, entre as pessoas com 10 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência da pesquisa, e dividirmos por grupos

de ocupações segundo os critérios do IBGE, observamos que, em São Carlos, 29% trabalham na produção de bens e serviços industriais, enquanto no Brasil são 22%. Os profissionais das ciências e das artes, grupo que inclui os professores, são 9% em São Carlos e 6% no Brasil. Por outro lado, os trabalhadores agropecuários, florestais e de caça e pesca, que no Brasil somam 18%, em São Carlos são apenas 4%. É dentro desse contexto que apresentaremos abaixo as posições de classe, segundo nossa adaptação do esquema de Santos, mostrando também como elas se distribuem espacialmente pela cidade.

Os capitalistas e fazendeiros

O que chamamos aqui de "capitalistas e fazendeiros", na prática, são os empregadores, agrícolas e não-agrícolas, com onze ou mais empregados. O esquema de Figueiredo Santos diferencia empregados temporários e permanentes, e também classifica nessa categoria aqueles que possuem mil ou mais hectares de terra, independente do número de empregados. Infelizmente tais dados não podem ser encontrados no Censo Demográfico do IBGE de 2000, nossa base de dados. Portanto, utilizamos aqui apenas o critério do número de empregados igual ou superior a onze, sejam eles empregados temporários ou permanentes.

Em São Carlos, entre os responsáveis pelos domicílios, 1,1% se encaixam na categoria de capitalistas e fazendeiros. Dentre esses indivíduos, 38,6% se declararam dirigentes de empresas, 11,4% se declararam gerentes de produção e operações, enquanto os demais se distribuem em ocupações variadas. Os setores de atividade em que se concentram são, principalmente, o de indústria de transformação e o de comércio e reparação (22,6% em cada um). Resumindo, são basicamente proprietários de estabelecimentos comerciais e industriais.

A maioria (65,4%) possui ensino superior (completo ou incompleto), mas vale a pena chamar a atenção para o fato de que 15,4% possuem apenas o ensino fundamental

(completo ou incompleto). Os capitalistas e fazendeiros possuem as maiores rendas entre todas as categorias: 82% deles ganham, mensalmente, mais de 10 salários mínimos.

Apesar de fazerem parte da posição de classe mais abastada, não moram na região mais rica da cidade. Apenas 13,6% deles moram na área 4, enquanto 27,3% moram na área 6, e poderíamos dizer que provavelmente se concentram no bairro Santa Mônica, o mais rico dessa área. Porém, mesmo na área 6, eles são poucos em termos numéricos, correspondendo a apenas 3,2% dos responsáveis por domicílios naquela área. A área 5, que compreende a região central da cidade é onde moram 18,2% dos capitalistas e fazendeiros, número também superior ao da área 4, mais rica da cidade. Já na área 2 estão 9,1% dos capitalistas e fazendeiros, provavelmente no setor que cobre o condomínio fechado Parque Faber.

O baixo número absoluto de casos de capitalistas e fazendeiros, porém, nos impede de tirar qualquer conclusão sobre os números, embora estes nos forneçam indícios interessantes a respeito das regiões mais ricas da cidade. O fato do Centro da cidade, e não os bairros mais novos e mais ricos, ser a região com mais capitalistas e fazendeiros, sugere que eles sejam de famílias tradicionais da cidade, ou que moram há muito tempo em São Carlos.

Pequenos empregadores

Chamamos aqui de pequenos empregadores os empregadores agrícolas e não-agrícolas com um a dez empregados. Tal como no caso dos capitalistas e fazendeiros, aqui também não é possível, por conta da natureza dos dados, diferenciar entre empregados temporários e permanentes, do modo como faz Santos.

Em São Carlos, eles totalizam 3,8% dos responsáveis pelos domicílios, e se declaram, em sua maioria, gerentes de produção e operações (52,3%) e dirigentes de

empresas (13,9%). Podemos dizer que, em geral, são proprietários de pequenos comércios (48% trabalham no setor de comércio de reparação). A maioria (62,9%) ganha mais de 10 salários mínimos, e apenas 7,3% deles ganham menos de 5 salários mínimos mensais. Porém, em termos de escolaridade, o número não é tão favorável: 32% não chegaram a cursar sequer o ensino médio.

Os pequenos empregadores estão distribuídos na cidade de São Carlos praticamente nas mesmas áreas que os capitalistas e fazendeiros, embora com algumas diferenças fundamentais. A área 5, central, é a que mais concentra pequenos empregadores. Lá estão 22,5% deles. Na área 4 estão 16,6% deles e na área 6, 12,6%. No mapa 3 (ver Anexo I) é possível observar mais claramente como os pequenos empregadores se distribuem nas regiões mais próximas do centro. O fato dos pequenos empregadores também se distribuírem principalmente pelas áreas 4 e 5, mais próximas do centro da cidade, onde o comércio é mais desenvolvido, mostra que eles moram possivelmente perto de seus pequenos comércios. Além disso, tal como no caso dos capitalistas e fazendeiros, o fato de não morarem nos bairros mais novos, também pode indicar uma preferência por lugares mais tradicionais da cidade.

Trabalhadores por conta-própria não-agrícolas

Segundo Figueiredo Santos, seriam classificados como conta-própria não-agrícolas aqueles indivíduos que com "posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não-agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para trabalhar na ocupação qualificada no emprego principal" (SANTOS, 2005, p.38). Como não há no Censo informação sobre posse de estabelecimento ou veículo automotor para uso no trabalho, esta categoria foi definida apenas com base na ocupação, tomando-se ocupações que geralmente preencham esses requisitos.

Assim, foram incluídos nessa categoria: representantes comerciais e técnicos de vendas (18,8%), pintores de obras e revestidores de interiores (17,5%), mecânicos de automóveis (7,6%), motoristas particulares (6,3%), além de outras ocupações bastante conhecidas e tradicionais, mas menos significativas numericamente, se tomadas isoladamente, tais como fotógrafos, eletricistas, marceneiros, encanadores, corretores de imóveis e de seguros, entre outras.

Os conta-própria não-agrícolas são 5,8% dos responsáveis pelos domicílios em São Carlos. A maioria, como se pode notar nos números acima, trabalha nos setores de comércio e reparação (33%) e construção (24%). Apenas 12,1% completaram ou cursaram ensino superior. A maioria (58,3%) não passou do ensino fundamental. Em termos de renda, a maior parte (66,8%) ganha entre 2 e 10 salários mínimos.

Os trabalhadores por conta-própria não-agrícolas estão distribuídos na cidade de maneira semelhante aos pequenos empregadores, embora estejam significativamente menos presentes que estes na região mais rica, a área 4. Eles se concentram principalmente na área 5, a região central da cidade, onde estão 18,4% deles, e se distribuem de maneira uniforme também pelas áreas 6 (10,3%), 8 (9,9%), 11 (9,9%) e 1 (9,3%).

No mapa 4, podemos observar que os trabalhadores por conta-própria não-agrícolas se concentram na região central da cidade e se distribuem de maneira mais ou menos uniforme por outras regiões da cidade, mais afastadas do centro, não chegando, entretanto, às áreas mais periféricas e pobres da cidade. Podemos dizer, inclusive, que ocupam, principalmente, as áreas mais antigas da cidade.

Especialistas autônomos ou auto-empregados

Os especialistas autônomos são empregadores com até cinco empregados, ou trabalhadores por conta-própria sem empregados, classificados como especialistas de

acordo com o grupo ocupacional, distinguindo-se dos trabalhadores por conta-própria por causa de seu conhecimento perito. Em São Carlos, eles são 2,8% dos responsáveis pelos domicílios, dos quais 17,1% são advogados, 14,4% são cirurgiões-dentistas e 13,5% são médicos. Fazem parte dessa categoria, também, engenheiros, veterinários, fisioterapeutas, profissionais de comunicação social, arquitetos, administradores, entre outros, desde que trabalhem por conta-própria ou não possuam mais que cinco empregados.

Poderíamos dizer que os especialistas autônomos são aqueles que usualmente são chamados de "profissionais liberais". A ampla maioria, 90%, possui ensino superior (16,2% do total possuem pós-graduação completa), e 69% deles ganham mais de 10 salários mínimos. Juntamente com os gerentes, empregados qualificados e os empregados especialistas formariam o núcleo das "posições privilegiadas nas relações de produção".

Aproximadamente metade dos especialistas autônomos de São Carlos moram nas áreas 4 e 6, que são as áreas mais ricas da cidade. São 25,2% deles em cada uma dessas áreas. Os demais estão principalmente na área 5 (12,5%) e na área 11 (11,7%). No Mapa 5 (ver Anexo I) podemos observar que eles ocupam as regiões mais ricas e mais bem equipadas da cidade, e não chegam às áreas periféricas. Embora ocupem razoavelmente as regiões centrais, concentram-se muito menos ali do que as categorias sobre as quais falamos acima.

Gerentes

Os gerentes seriam aqueles que ocupam a posição de empregados, classificados como gerentes de acordo com o grupo ocupacional. Em São Carlos, eles são 4% dos responsáveis pelos domicílios. Desses, 44,3% são gerentes de produção e operações e 34,8% são gerentes de áreas de apoio. Também fazem parte dessa categoria diretores de empresas privadas ou de órgãos do governo, legisladores, delegados de polícia,

produtores de espetáculos, entre outros, desde que tenham algum poder de decisão, e desde que não sejam empregadores.

Em São Carlos, os gerentes se concentram nas áreas de comércio e reparação (27,1%) e indústria de transformação (22,6%). A maioria possui ensino superior (53%), mas é considerável o número de pessoas que não possui ensino superior e ocupa posição de gerente (47%). A maior parte dos gerentes (51%) ganha mais de 10 salários mínimos.

Os gerentes estão bastante distribuídos pela cidade, conforme podemos observar no Mapa 6 (ver Anexo I). Tal como as categorias mencionadas acima, eles estão em número significativo na área 5, a região central, onde estão 17% dos gerentes da cidade. Destacam-se também as áreas 6 (15,8%), 10 (15,8%) e 4 (14,6%). É notável que eles se destaquem na área mais rica da cidade, a área 4, onde são 10% dos responsáveis pelo domicílios, e também na área 10, uma das mais pobres da cidade, mas é onde está uma das maiores indústrias da cidade, a Tecumseh.

Empregados especialistas

A categoria de empregados especialistas difere dos especialistas autônomos apenas pela condição de empregado. A condição de especialista é, da mesma maneira, atribuída de acordo com o grupo ocupacional. Mas as diferenças entre os dois grupos são significativas. Embora aqui também existam médicos, engenheiros, advogados e outras profissões conhecidas como "liberais", elas são muito menos numerosas. Predominam os professores de ensino superior (33%), de ensino médio (12,7%) e serventuários da Justiça e afins (7,3%). No total, são 6,8% dos responsáveis pelos domicílios em São Carlos.

Entre os empregados especialistas, 73,5% ganham mais de 10 salários mínimos, número que só é menor que o dos capitalistas e fazendeiros. E 91,4% possuem ensino

superior, contra 65% dos capitalistas e fazendeiros. A maioria (57,9%) está empregada no setor de educação, saúde e serviços sociais, enquanto 13,3% estão na indústria de transformação e 11,7% na administração pública.

Os empregados especialistas formam a categoria mais concentrada espacialmente em São Carlos. Eles estão basicamente em três áreas: 4, 5 e 6. Nas áreas 4 e 6, eles são cerca de 20% dos responsáveis por domicílios, sendo que, sobre o total da cidade eles são apenas 6,2%. Quase um terço (31,4%) dos empregados especialistas mora na área 6. Isso pode ser explicado por ser uma área de fácil acesso tanto à USP como à UFSCar. Na área 4, que também tem fácil acesso às universidades, estão 18% dos empregados especialistas e no centro estão 17,1% deles. Nas demais áreas, são pouquíssimos os empregados especialistas.

Empregados qualificados

Os empregados qualificados são classificados como tais de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores em educação física e educação especial.

Em São Carlos, eles são 7% dos responsáveis pelos domicílios, dos quais 11,9% são técnicos mecânicos na fabricação e montagem de máquinas, 7,2% são técnicos ou auxiliares de enfermagem, e outros 7,2% são técnicos de controle da produção. Os demais se distribuem nas mais variadas profissões, em geral de nível técnico. Eles se concentram, principalmente, no setor da indústria de transformação (32,2%) e de educação, saúde e serviços sociais (31,9%). 31% têm ensino superior e 43,5% têm ensino médio. Os rendimentos são bastante diversos, sendo que a maior parte está entre 2 e 10 salários mínimos (71,1%). Apenas ¼ deles ganha mais de dez salários mínimos.

Os empregados qualificados estão distribuídos quase uniformemente em todas as áreas da cidade. São entre 4,8% e 8,8% dos responsáveis pelos domicílios. Na área 5, a região central da cidade, estão 14,4% dos empregados qualificados, enquanto nas

demais áreas esse número varia entre 6,1% e 11,2%. Ao contrário dos empregados especialistas, os empregados qualificados formam a categoria mais distribuída, ou seja, menos concentrada espacialmente, como podemos notar no Mapa 8 (ver Anexo I).

Supervisores

Os supervisores são aqueles cuja posição na ocupação é de empregado, classificado como supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional. São 2,4% dos responsáveis pelos domicílios, dos quais 56,7% são supervisores de serviços contábeis, financeiros ou administrativos. A maioria (58,3%) está na área da indústria de transformação. 41% dos supervisores possuem apenas o ensino fundamental, 28,2% o ensino médio e 30,6% o ensino superior.

Os supervisores estão principalmente nas áreas 1 (16,5%) e 8 (16,5%), mostrando um padrão de distribuição diferente do observado até agora para as outras categorias, como podemos ver no Mapa 9 (ver Anexo I). Embora não ocupem as áreas mais pobres da cidade, os supervisores ocupam áreas mais periféricas, mas que contam ainda com alguma estrutura em termos de equipamentos públicos e transporte coletivo.

Trabalhadores típicos

A categoria dos trabalhadores típicos, como o próprio nome sugere, é a mais numerosa entre as categorias que listamos aqui, totalizando 52,4% dos responsáveis por domicílios em São Carlos. O trabalhador típico, segundo o esquema de Santos (2005), é aquele cuja posição na ocupação é a de empregado, classificado de acordo com o grupo ocupacional como trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na

operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.

Em São Carlos, os chamados trabalhadores típicos se concentram, principalmente, na indústria de transformação (35%), no setor de comércio e reparação (16,4%) e na construção (16,1%). A grande maioria (68,4%) tem apenas o ensino fundamental, e apenas 4,7% cursaram o ensino superior. Apenas 8,3% dos trabalhadores típicos ganham mais de 10 salários mínimos, sendo que o mais comum é que ganhem entre 2 e 5 salários mínimos (54,6%). É um fato significativo que quase um em cada cinco responsáveis por domicílios em São Carlos sejam trabalhadores típicos no setor industrial, e isso serve para reafirmarmos a vocação industrial da cidade e o peso que a indústria tem em sua vida social.

Os trabalhadores típicos são a categoria mais numerosa em todas as áreas ponderadas, sem exceção. Porém, ainda assim há muitas diferenças significativas entre as áreas. Como podemos notar no Mapa 10 (ver Anexo I), nas áreas mais pobres e mais periféricas, os trabalhadores típicos são ainda mais numerosos, em termos relativos. Na área 7, são 71% dos responsáveis pelos domicílios, e na área 3, são 64,9%. Nas áreas 1 e 2, também atingem proporções semelhantes. Entretanto, nas áreas 4 e 6, as mais ricas da cidade, eles são, respectivamente 21,9% e 35,2%. São números altos se comparados às outras categorias, mas baixos se consideramos que esta é a categoria mais numerosa. Apenas 2,4% dos trabalhadores típicos estão na área 4, a mais rica da cidade, e 15,1% deles estão na área 3, a mais pobre.

Trabalhadores elementares

Segundo Santos (2005), os trabalhadores elementares são aqueles cuja posição na ocupação é a de empregado, e que realizam tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços. Eles são, por exemplo, ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salinagem, exclusive os

trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem. No caso de São Carlos, eles são, principalmente, trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios (23,4%), trabalhadores na pecuária (18,5%) e na agricultura (16,9%), ajudantes de obras (12%), entre outros, totalizando 8,2% dos responsáveis por domicílios na cidade. Os trabalhadores elementares, em geral, têm baixa escolaridade (87,9% deles cursaram apenas o ensino fundamental), e baixa renda (94,8% ganham menos de cinco salários mínimos).

Diferentemente dos trabalhadores típicos, os trabalhadores elementares estão mais concentrados em algumas regiões da cidade. Eles ocupam, principalmente, a área 3, a mais pobre da cidade, onde são 26,8% dos responsáveis pelos domicílios, a área 9 (18,2%) e a área 10 (17,2%). Eles formam um grupo expressivo nessas áreas, que representa, respectivamente, 18%, 17,2% e 15,2% dos responsáveis pelos domicílios nessas regiões. O Mapa 11 (ver Anexo I) traz a distribuição dos trabalhadores elementares em São Carlos.

Trabalhadores por conta-própria precários

Os conta-própria precários são aqueles cuja posição na ocupação é a de conta própria, desprovidos de qualquer bem de capital ou meio de produção, ou seja, que não possuam qualquer uma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; ou ainda que ocupe posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo ou posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso. Em São Carlos, os trabalhadores por conta própria precários são 1,7% dos responsáveis por domicílios. Desses, 86% são vendedores ambulantes, e 12% são catadores de sucata. Possuem baixa escolaridade (72% possuem apenas o ensino fundamental), e baixa renda (79% ganham até cinco salários mínimos).

Como podemos observar no Mapa 12 (ver Anexo I), eles estão distribuídos principalmente em cinco das onze áreas de São Carlos, com destaque especial para a área 8, onde estão 14,7% dos trabalhadores por conta-própria precários da cidade, e para as áreas 5 e 10, onde em cada uma estão cerca de 13% dos trabalhadores dessa categoria.

Empregados domésticos

Os empregados domésticos são aqueles cuja posição na ocupação é a de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada. São 3,9% dos responsáveis por domicílios em São Carlos, dos quais 95% são trabalhadores em serviços domésticos gerais, e os demais são babás, acompanhantes de idosos e mordomos. De todas as categorias, esta é que tem escolaridade mais baixa: 90,6% cursou apenas o ensino fundamental (sendo que metade desses não passou da 4ª série). Também são os indivíduos com renda mensal mais baixa: 53,2% ganham menos de dois salários mínimos por mês, e 97,4% ganham menos de cinco salários mínimos mensais. Como podemos ver no Mapa l3 (ver Anexo I) eles estão principalmente na áreas periféricas do sul e do norte da cidade, sendo que 22,1% só na área 10.

Trabalhadores por conta-própria agrícolas

Os trabalhadores por conta-própria agrícolas são bastante raros em São Carlos, e compreendem apenas 0,9% dos responsáveis pelos domicílios. São, em geral, produtores nos setores de agricultura, pecuária, e caça e pesca (88,6%). A maioria (80%) cursou apenas o ensino fundamental e ganha menos de cinco salários mínimos (71,4%). Como são poucos, e não estamos considerando aqui a zona rural da cidade, não elaboraremos mapas com sua distribuição espacial, pois os mesmos não fariam sentido.

Comentários sobre as posições de classe e seus lugares em São Carlos

Faremos agora uma síntese dos dados apresentados neste capítulo e no anterior, com o objetivo de observar a existência ou não de alguns padrões nas diferenças entre as posições de classe, tanto no que diz respeito a renda e escolaridade, como, principalmente, no que diz respeito a distribuição espacial dessas posições de classe na cidade de São Carlos.

Com relação à renda e à escolaridade média, podemos observar diferenças significativas, mas graduais, entre posições de classe do esquema adotado. Se observarmos a porcentagem de responsáveis pelos domicílios que possuem renda mensal maior que dez salários mínimos, percebermos que a posição mais rica é a dos capitalistas e fazendeiros, como seria de se esperar. Em seguida, viriam os empregados especialistas, os especialistas autônomos e os pequenos empregadores. Os gerentes e supervisores se distribuem de maneira semelhante, entre si, pelas faixas de renda, em um patamar um pouco inferior ao das categorias citadas acima. Abaixo dos gerentes, em termos de renda, estariam os empregados qualificados, os trabalhadores por conta-própria não agrícolas e os trabalhadores típicos. Os conta-própria precários e agrícolas, os trabalhadores elementares e os trabalhadores domésticos estariam em um patamar mais baixo que o dos trabalhadores típicos. Na tabela abaixo, podemos visualizar a distribuição dos responsáveis pelos domicílios por faixas de renda, segundo a posição de classe, e no gráfico 1 (ver Anexo II), podemos observar de maneira clara as diferenças graduais entre as posições de classe.

Renda média dos responsáveis pelos domicílios, segundo a posição de classe ocupada (por faixas)

	Até 2 S.M.	Mais de 2 até 5 S.M.	Mais de 5 até 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	Total
Capitalista e fazendeiro	0.0	2.3	15.9	**81.8**	100.0
Pequeno empregador	0.7	6.6	29.8	**62.9**	100.0
Conta-própria não agrícola	12.6	31.4	35.4	20.6	100.0
Conta-própria agrícola	**34.3**	37.1	22.9	5.7	100.0
Especialista autônomo	0.9	7.2	22.5	**69.4**	100.0
Gerente	5.1	15.2	28.5	51.3	100.0
Empregado especialista	0.8	4.5	21.2	**73.5**	100.0
Empregado qualificado	4.0	33.9	37.2	24.9	100.0
Supervisor	3.1	18.6	37.1	41.2	100.0
Trabalhador típico	11.4	54.6	25.7	8.3	100.0
Trabalhador elementar	**44.9**	49.8	4.0	1.2	100.0
Conta-própria precário	30.9	48.5	13.2	7.4	100.0
Empregado doméstico	**53.2**	44.2	2.6	0.0	100.0
Total	13.9	41.5	24.2	20.4	100.0

Fonte dos dados: Censo 2000, IBGE

Já com relação à escolaridade, é mais perceptível a diferença entre os empregados especialistas e os especialistas autônomos com relação às demais posições de classe, o que é compreensível, uma vez que o conhecimento perito é um requisito fundamental para tais profissionais. Abaixo deles, as diferenças entre as posições de classe são graduais, e seguem uma ordem semelhante àquela que observamos com relação à renda. No Gráfico 2 (ver Anexo II), podemos observar essa ordem e visualizar essas diferenças entre as posições de classe, e na tabela abaixo consta a distribuição das posições de classe em faixas de escolaridade:

Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios, segundo a posição de classe ocupada (por faixas)

	Fundamental	Médio	Superior	Nenhum	Total
Capitalista e fazendeiro	16.3	18.6	**65.1**	0.0	100.0
Pequeno empregador	32.0	31.3	36.7	0.0	100.0
Conta-própria não-agrícola	58.3	29.6	12.1	0.0	100.0
Conta-própria agrícola	**80.6**	6.5	9.7	3.2	100.0
Especialista autônomo	2.9	7.8	**89.2**	0.0	100.0
Gerente	19.9	27.0	53.2	0.0	100.0
Empregado especialista	1.5	7.1	**91.4**	0.0	100.0
Empregado qualificado	25.4	43.5	31.0	0.0	100.0
Supervisor	41.2	28.2	30.6	0.0	100.0
Trabalhador típico	**68.2**	26.8	4.7	0.3	100.0
Trabalhador elementar	**87.9**	8.3	2.3	1.5	100.0
Conta-própria precário	**72.6**	22.6	4.8	0.0	100.0
Empregado doméstico	90.6	8.0	0.0	1.4	100.0
Total	56.9	24.2	18.6	0.3	100.0

Fonte dos dados: Censo 2000, IBGE

No que diz respeito à distribuição espacial das posições de classe na cidade, podemos observar também diferenças significativas entre as posições. As categorias de maior renda e maior escolaridade (como os capitalistas e fazendeiros, os especialistas autônomos e os empregados especialistas) ocupam principalmente as áreas 4, 5 e 6, mais centrais e mais bem servidas por equipamentos públicos.

As categorias intermediárias em termos de renda e escolaridade - pequenos empregadores, empregados qualificados, gerentes, conta-própria e supervisores -, que poderiam ser chamadas de "classe média" ou mesmo "classe média baixa", são aquelas que estão distribuídas mais uniformemente pela cidade. Mas o mais interessante com relação a essas categorias não é observarmos as áreas que elas ocupam, mas sim as áreas que elas não ocupam. Apesar de existirem algumas diferenças no padrão de distribuição dessas categorias nas diferentes áreas, todas elas têm a particularidade de não ocupar (ou ocupar de maneira apenas residual) as áreas mais pobres da cidade.

Já os trabalhadores típicos, apesar de próximos às categorias acima em termos de renda e escolaridade, mostram um padrão de distribuição espacial bem diferente, ocupando mais as áreas periféricas (inclusive as áreas mais pobres) do que as áreas centrais, o que fica bastante claro no Mapa 10 (Anexo I). Os trabalhadores elementares

e empregados domésticos, por sua vez, estão mais concentrados nas áreas mais pobres da cidade (áreas 3, 7, 9 e 10), pouco distribuídos pelas demais áreas.

Abaixo, apresentamos duas tabelas, a fim de facilitar a compreensão do que foi dito até agora. Na primeira, abaixo, observamos a composição de cada área ponderada da cidade, segundo posições de classe. Podemos notar, por exemplo, que os trabalhadores típicos, que são 52,4% dos responsáveis pelos domicílios em São Carlos, são 71% dos responsáveis pelos domicílios na área 7, e 21,9% da área 4.

Composição de cada área ponderada, segundo posições de classe (% da área)

%	Total - Cidade	Área Ponderada										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Capitalistas/ fazendeiros	1.1	0.0	1.1	0.0	2.7	1.8	3.2	0.6	0.3	1.5	0.9	0.9
Pequeno empregador	3.8	4.1	2.8	0.2	11.2	7.5	5.1	2.0	3.0	4.7	1.7	2.5
Conta-própria não agrícola	5.6	5.5	5.4	3.7	7.1	9.0	6.1	3.2	5.9	3.8	5.4	6.9
Conta-própria agrícola	0.9	0.9	0.6	1.0	0.0	0.4	0.5	0.3	0.3	2.3	2.0	1.3
Especialista autônomo	2.8	0.6	0.8	0.4	12.5	3.1	7.5	1.2	2.4	2.0	0.3	4.1
Gerente	4.0	3.5	1.4	0.8	10.3	5.9	6.7	1.2	3.8	4.7	7.1	0.9
Empregado especialista	6.2	1.4	4.5	0.4	19.6	9.2	20.5	1.4	3.8	5.5	2.3	4.1
Empregado qualificado	7.0	7.0	8.2	4.8	7.6	8.8	8.3	6.4	7.8	5.2	5.1	8.1
Supervisor	2.4	4.6	2.8	1.0	1.3	2.9	1.9	1.2	4.3	2.9	2.6	1.3
Trabalhador típico	**52.4**	64.1	63.8	64.9	21.9	42.2	35.2	**71.0**	55.8	43.7	44.6	58.4
Trabalhador elementar	8.2	5.2	3.7	18.0	1.8	4.4	2.4	4.9	5.4	17.2	15.9	6.9
Conta-própria precário	1.7	0.6	2.0	1.7	0.9	2.0	1.1	0.9	2.7	2.3	2.6	1.9
Empregado doméstico	3.9	2.6	2.8	3.1	3.1	2.9	1.6	5.8	4.6	4.1	9.7	2.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Já na segunda tabela, que apresentamos abaixo, os totais são calculados com referência às posições de classe. Assim, podemos observar, qual a porcentagem de cada posição de classe que está em cada área. Por exemplo, podemos notar que 50,4% dos especialistas autônomos de São Carlos estão nas áreas 4 ou 6.

Distribuição de cada posição de classe, de acordo com as áreas ponderadas (% das posições)

%	Área Ponderada											Total
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	
Capitalista e fazendeiro	0.0	9.1	0.0	13.6	**18.2**	**27.3**	4.5	2.3	11.4	6.8	6.8	100.0
Pequeno empregador	9.3	6.6	0.7	**16.6**	**22.5**	12.6	4.6	7.3	10.6	4.0	5.3	100.0
Conta-própria não agrícola	8.5	8.5	8.1	7.2	**18.4**	10.3	4.9	9.9	5.8	8.5	9.9	100.0
Conta-própria agrícola	8.6	5.7	14.3	0.0	5.7	5.7	2.9	2.9	**22.9**	**20.0**	11.4	100.0
Especialista autônomo	1.8	2.7	1.8	**25.2**	12.6	**25.2**	3.6	8.1	6.3	0.9	11.7	100.0
Gerente	7.6	3.2	2.5	**14.6**	**17.1**	**15.8**	2.5	8.9	10.1	**15.8**	1.9	100.0
Empregado especialista	2.0	6.5	0.8	**18.0**	**17.1**	**31.4**	2.0	5.7	7.8	3.3	5.3	100.0
Empregado qualificado	8.7	10.5	8.3	6.1	14.4	11.2	7.9	10.5	6.5	6.5	9.4	100.0
Supervisor	**16.5**	10.3	5.2	3.1	13.4	7.2	4.1	**16.5**	10.3	9.3	4.1	100.0
Trabalhador típico	10.6	10.9	15.1	2.4	9.2	6.3	11.8	10.0	7.2	7.5	9.0	100.0
Trabalhador elementar	5.5	4.0	**26.8**	1.2	6.2	2.8	5.2	6.2	**18.2**	**17.2**	6.8	100.0
Conta-própria precário	2.9	10.3	11.8	2.9	13.2	5.9	4.4	14.7	11.8	13.2	8.8	100.0
Empregado doméstico	5.8	6.5	9.7	4.5	8.4	3.9	13.0	11.0	9.1	**22.1**	5.8	100.0
Total	8.7	8.9	12.2	5.6	11.5	9.5	8.7	9.3	8.6	8.9	8.1	100.0

Assim, se as diferenças entre as posições de classe tinham caráter mais gradual no que dizia respeito à renda ou à escolaridade, com relação à distribuição espacial dessas posições, pudemos notar padrões mais claramente diferenciados, o que deixa mais seguros com relação à escolha do local de moradia como uma importante variável para analisar a importância da posição de classe no modo de vida.

No próximo capítulo, apresentaremos as considerações finais deste estudo, e levando em conta os dados apresentados, faremos um breve balanço sobre aquilo acreditamos que poderá servir como indícios a serem melhor examinados e também as limitações de nosso estudo, que deverão ser superadas em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi o de ampliar a discussão sobre a relação entre posições de classe e modos de vida, por meio da inclusão do elemento espacial como perspectiva, não só problematizando as teorias existentes sobre o tema da estratificação social, como também buscando nelas alguns elementos que possam servir de suporte para a discussão do tema sob o ponto de vista adotado.

A pergunta que desejávamos responder era a seguinte: A posição ocupada por um indivíduo na estrutura de classes influencia o seu modo de vida? E em caso positivo, em que medida isso acontece? Porém, dada a complexidade do tema, consideramos que seria mais razoável focar apenas um dos aspectos dos modos de vida. O aspecto escolhido foi o lugar em que tal indivíduo reside. Consideramos que o local de moradia, além de ser um aspecto importante para a determinação do modo de vida, é também fruto de uma escolha. Essa escolha pode ser tomada de acordo com as possibilidades financeiras do indivíduo, o que não foge ao tema das classes. Escolher um local para morar implica deixar de lado outras opções de local. Nosso objetivo, no entanto, não era o de examinar como essa decisão é tomada, mas sim as conseqüências de decisões como essa, tomadas por vários indivíduos, na formação de padrões de distribuição das diferentes posições de classe na cidade (em nosso caso específico, consideramos a cidade de São Carlos). Com isso, nossa intenção era a de perceber a possibilidade das posições de classe às quais pertencem esses indivíduos influenciarem esse aspecto dos modos de vida que é o local de moradia.

Dessa forma, a pergunta passou a ser a seguinte: A posição ocupada pelos indivíduos na estrutura de classes influencia na maneira como eles se distribuem na cidade? Existe um padrão de distribuição espacial das classes? As respostas a estas perguntas nos ajudaram a investigar se as classes se segregam, e em caso positivo, qual seria o padrão dessa segregação, para a partir daí examinarmos se há correntes sociológicas que dão conta de explicar o padrão de segregação encontrado.

Nosso objeto de estudo foi a estrutura de classes do município de São Carlos, uma cidade de médio porte, situada no interior do estado de São Paulo, e o esquema de

classes selecionado para servir de base a este estudo foi aquele construído por José Alcides Figueiredo Santos, que é uma adequação do esquema de Erik Olin Wright à realidade brasileira, e que foi escolhido por ser o mais adequado para nossos propósitos. Algumas adaptações tiveram que ser feitas na construção do esquema de posições de classes de Santos devido à natureza dos dados disponíveis.

A discussão sobre a relação entre classes sociais e espaço, que permeia o estudo, foi fundamentada no conceito de "lugar" de Thomas Gieryn, segundo o qual, para que algo seja entendido como tal, três características seriam necessárias e suficientes: a localização geográfica, as formas materiais e o investimento em significado e valores. Gieryn mostra, e nosso estudo segue no sentido de corroborar esta visão, que o *lugar* é um conceito importantíssimo não só na vida social como também na sociologia, onde quase sempre está presente, seja de maneira explícita ou implícita.

Para testar nossas hipóteses sobre as perguntas colocadas acima, e para cumprir as características básicas do conceito de lugar de Gieryn, foram elaborados e apresentados alguns mapas, que mostram a distribuição espacial das classes sociais no espaço urbano de São Carlos. Foram elaboradas descrições de cada uma das regiões da cidade, levando em conta o tipos de construção, os equipamentos públicos, um pouco da história e da vocação da região da cidade, e na relação da distribuição espacial das classes com as características de cada região da cidade e de cada posição de classe considerada, puderam surgir algumas conclusões.

O esquema de posições de classe utilizado mostrou-se útil para nossos propósitos, uma vez que nos possibilitou notar diferenças significativas entre as posições de classe consideradas. Ao analisarmos as características de cada região da cidade de São Carlos e compararmos com a distribuição das classes em cada uma dessas regiões, notamos que:

1) as categorias de maior renda e escolaridade, ou seja, os capitalistas e fazendeiros, os especialistas autônomos e os empregados especialistas, ocupam as áreas mais centrais e mais servidas de equipamentos públicos;

2) As categorias intermediárias em termos de renda e escolaridade - pequenos empregadores, empregados qualificados, gerentes, conta-própria e supervisores -, que

poderiam ser chamadas de “classe média” ou mesmo “classe média baixa”, distribuem-se mais uniformemente pela cidade, porém todas elas têm a particularidade de não ocupar (ou ocupar de maneira apenas residual) as áreas mais pobres da cidade;

3) Os trabalhadores típicos, apesar de próximos às categorias acima em termos de renda e escolaridade, mostraram um padrão de distribuição espacial bem diferente, ocupando mais as áreas periféricas (inclusive as áreas mais pobres) do que as áreas centrais;

4) Os trabalhadores elementares e empregados domésticos estão mais concentrados nas áreas mais pobres da cidade, pouco distribuídos pelas demais áreas.

Também é interessante observarmos as diferenças entre categorias com escolaridade e renda semelhante. Entre as posições intermediárias, as categorias consideradas mais tradicionais, como conta-própria, empregados qualificados, especialistas autônomos e gerentes ocupam os bairros mais antigos, e também mais tradicionais da cidade, ao passo que as posições mais próximas daquilo que costuma chamar de “nova classe média”, como é o caso dos empregados especialistas, ocupam preferencialmente bairros mais novos da cidade. Isso também revela que não só a renda determina o bairro escolhido para a moradia, mas também outros fatores. Tais fatores somente poderiam ser descobertos com uma pesquisa de tipo qualitativo, com entrevistas em profundidade com os moradores de cada região da cidade e com pessoas de cada posição de classe.

Desse modo, com relação à nossa hipótese principal, a respeito da relação entre classe e modos de vida, os dados analisados apontam na direção de comprovar a idéia de que a posição de classe do indivíduo influencia, sim, o seu modo de vida, ao menos no que diz respeito ao local de moradia. Os mapas da distribuição espacial das posições de classes em São Carlos mostram que elas não se distribuem uniformemente no espaço urbano, o que nos leva a crer que, ao menos neste aspecto fundamental do estilo de vida, que é o local de moradia, há uma importante relação com a posição de classe. Notamos também que o local de moradia revelou diferenças mais significativas entre as posições de classe do que a renda ou a escolaridade.

No que tange às diferenças observadas entre posições de classe com renda e escolaridade semelhantes, em especial das posições intermediárias, podemos presumir

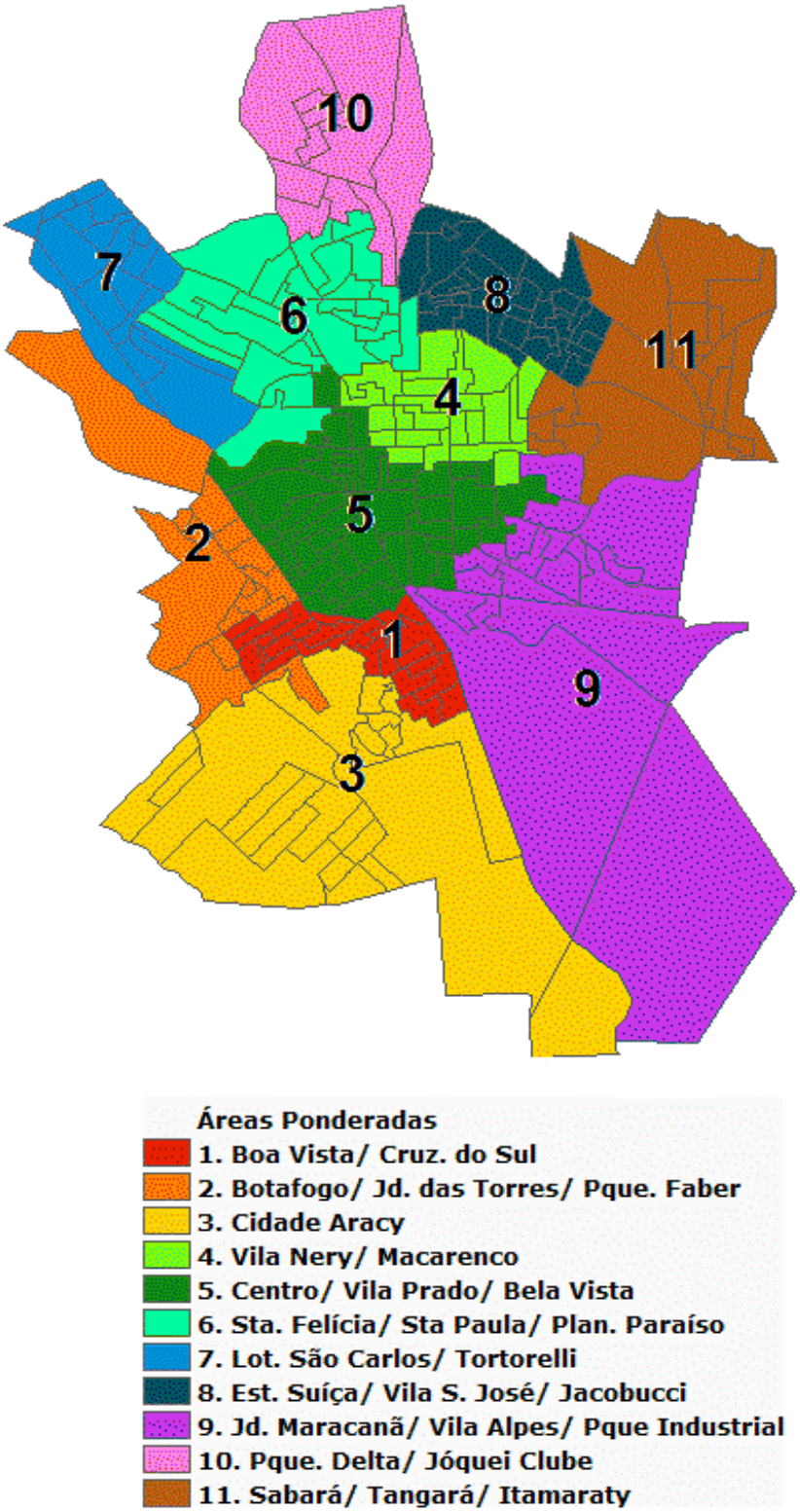
que a distribuição das classes na cidade não é apenas uma questão de renda, mas pode guardar relações com a trajetória coletiva dessas classes, e reiterar a importância da questão da trajetória no estudo sobre a relação entre classes e modos de vida, mas isso, como dissemos, só poderia ser comprovado em uma pesquisa mais aprofundada.

Os dados e mapas parecem sugerir que, entendendo classe como Bourdieu, que considera não só o capital econômico, cultural e social, mas também a trajetória dos agentes, é mais provável que consigamos estabelecer uma relação mais próxima entre classe social e modo de vida. O fato de uma determinada classe ou fração de classe estar em declínio ou em ascensão pode sim interferir em sua distribuição pelo espaço da cidade.

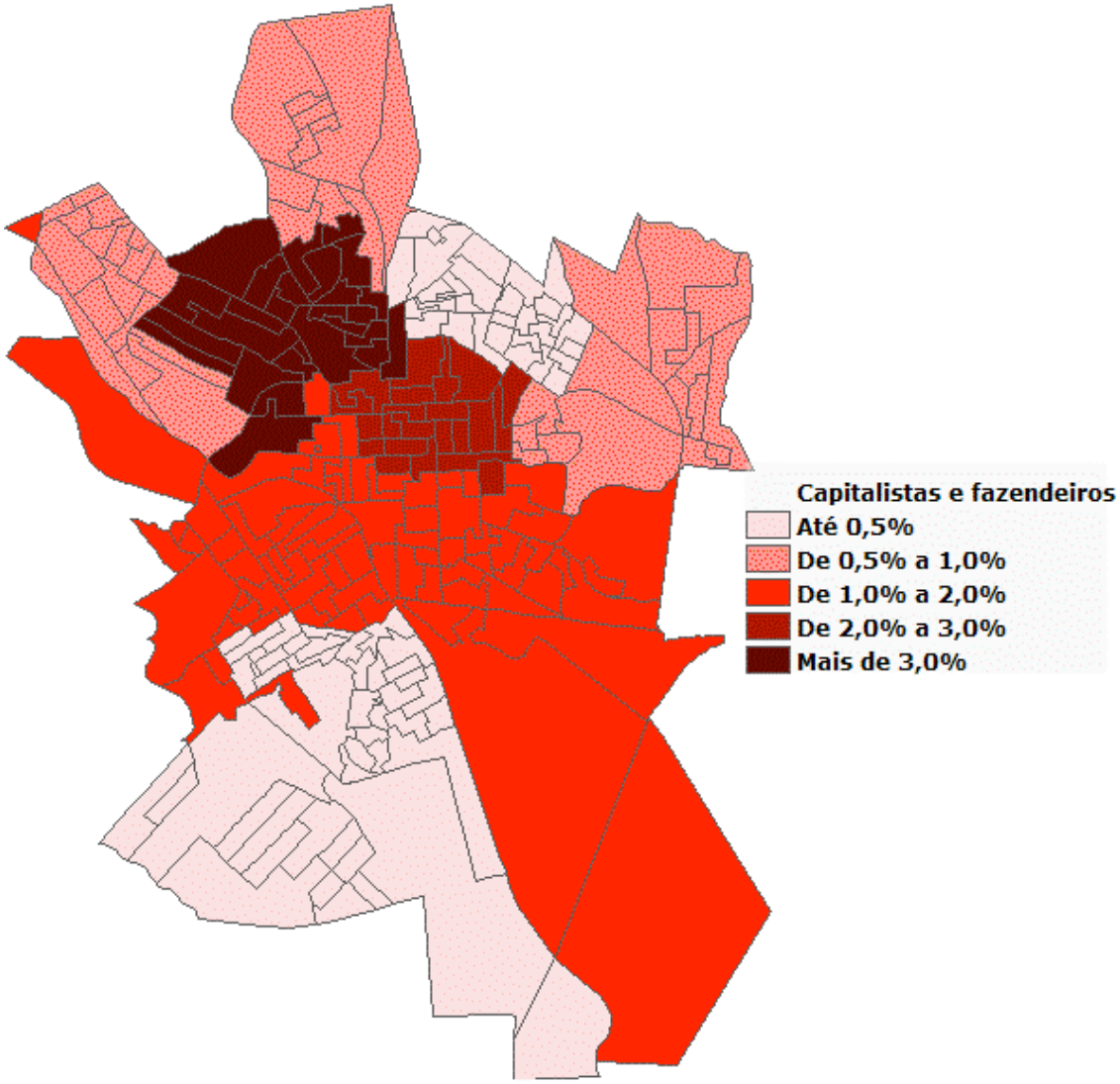
É importante ressaltar que essa não é, e nem pretende ser, uma resposta conclusiva sobre a relação entre classe e modos de vida, uma vez que outros esquemas de classe poderiam ser testados, em outros lugares, e tomando outros aspectos do modo de vida. Assim, como não poderia deixar de ser, nossas opções metodológicas foram determinantes para que chegássemos a essas conclusões. Tais opções metodológicas não foram escolhidas de maneira aleatória, e as justificativas foram apresentadas em capítulo anterior, mas outras pesquisas teriam que ser feitas, quiçá com metodologias diferentes, para que pudéssemos tirar respostas mais conclusivas para as questões propostas. Um estudo mais aprofundado, com entrevistas em profundidade e que levasse em conta a importante questão das relações de sociabilidade entre as diferentes classes e no interior de cada classe, poderia ser bastante esclarecedor no que tange à relação entre classe e modo de vida. O presente trabalho pretende chamar a atenção para essa questão, oferecendo alguma colaboração no sentido de indicar possíveis caminhos e possibilidades de estudo, às quais pretendemos dar continuidade, com o intuito de oferecer respostas cada vez mais completas e conclusivas sobre o tema.

ANEXO I - MAPAS

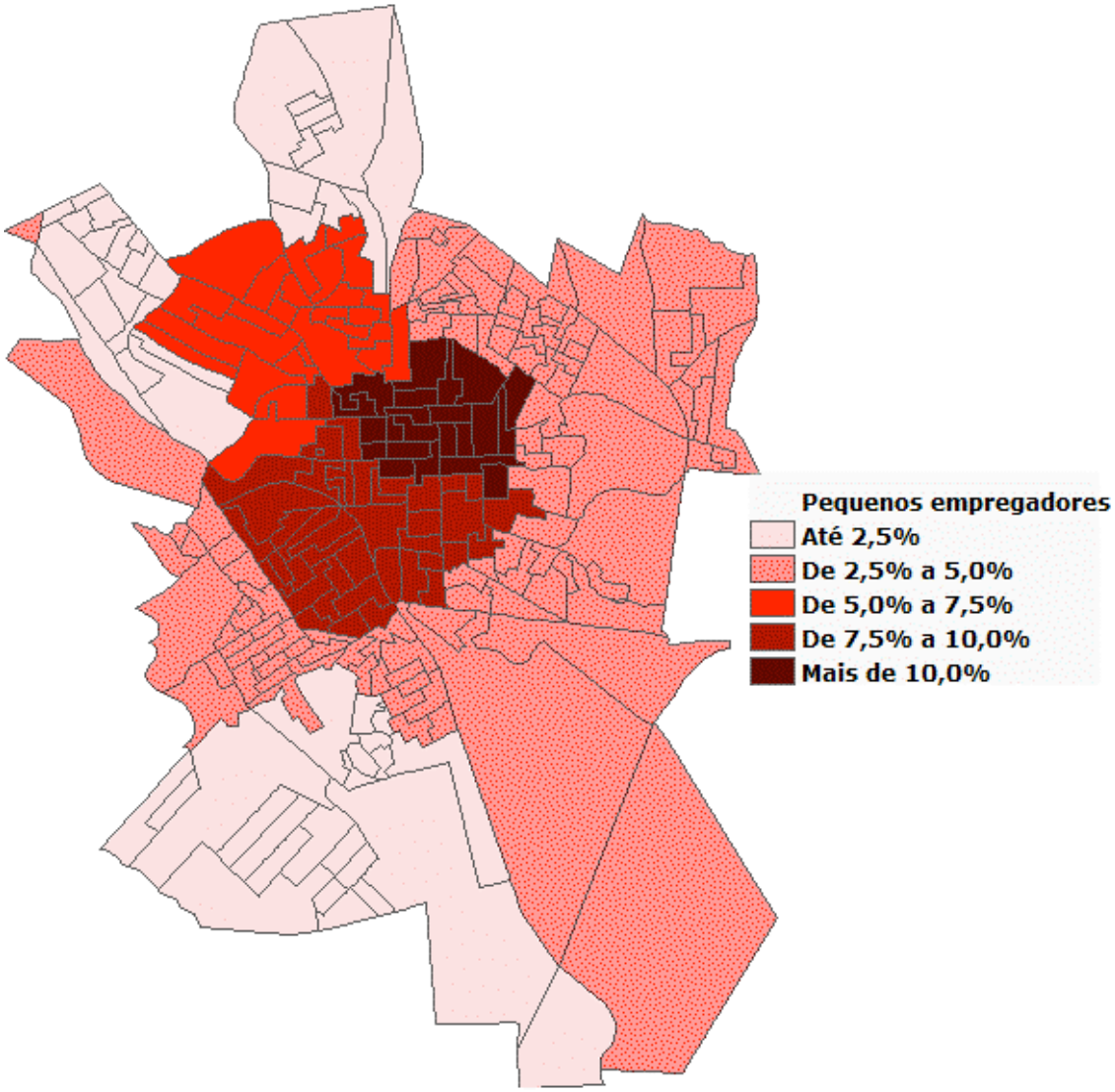
Mapa 1 - Áreas Ponderadas de São Carlos – SP (IBGE, 2000)



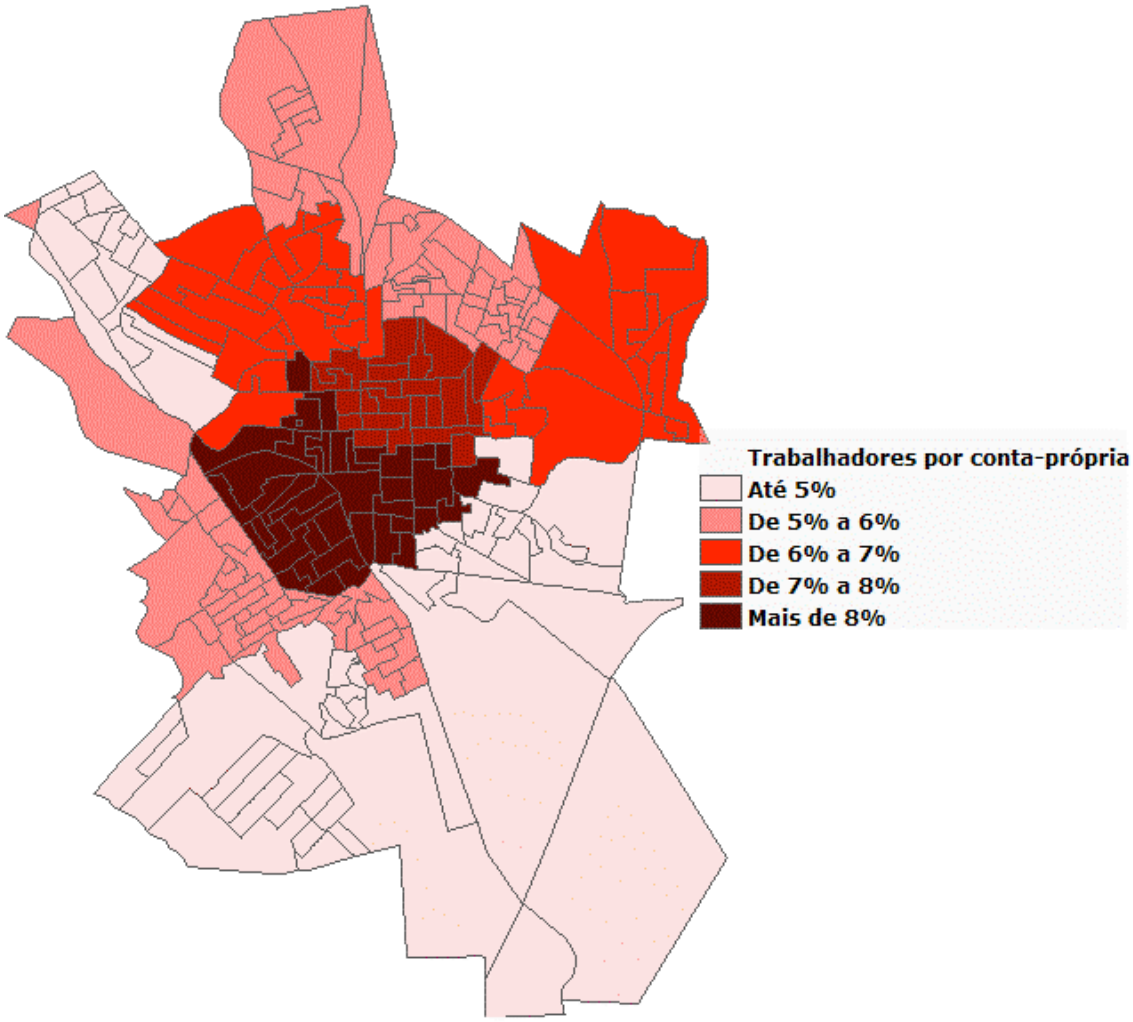
Mapa 2 - Capitalistas e fazendeiros (% por área)



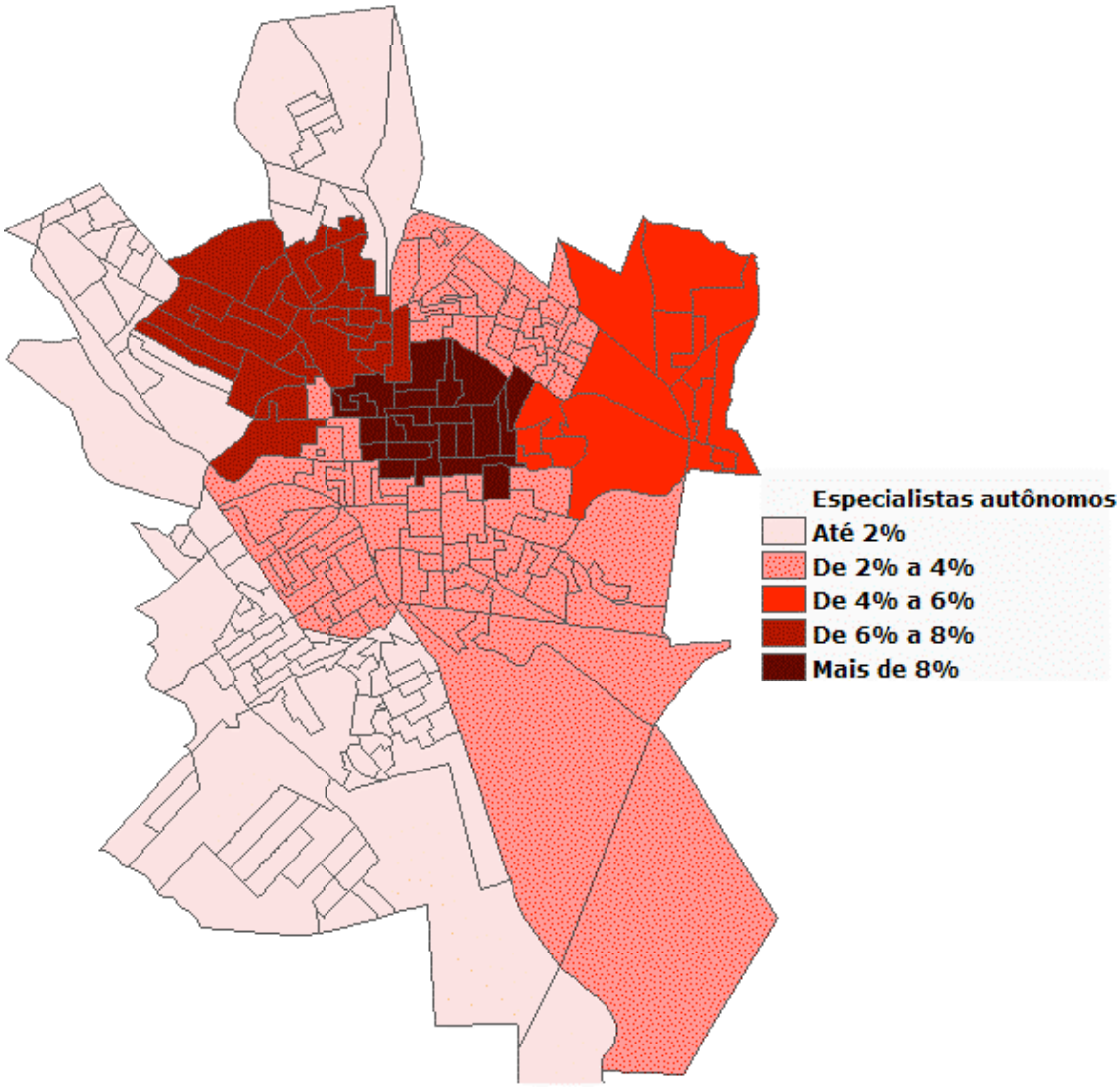
Mapa 3 - Pequenos empregadores (% por área)



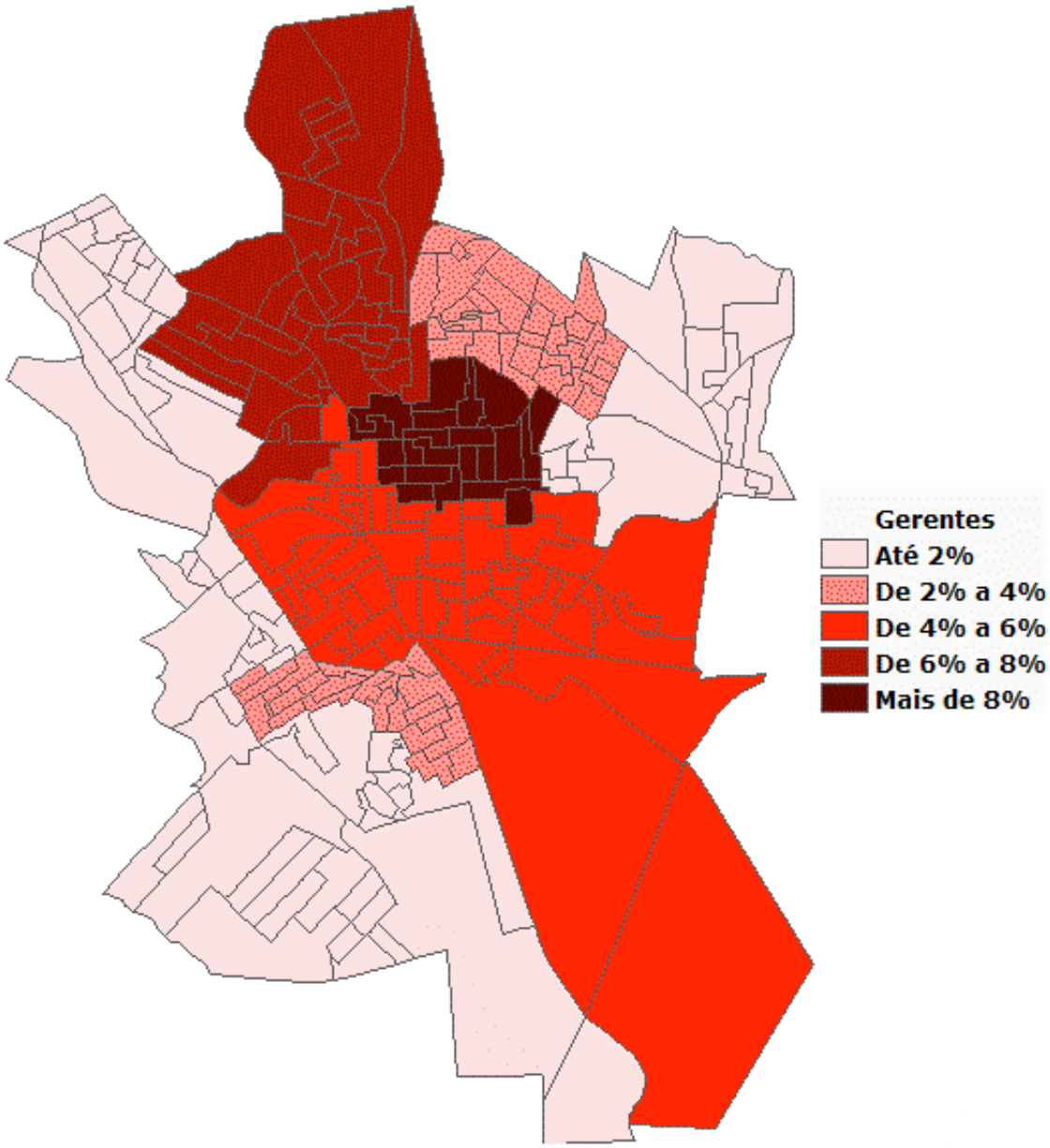
Mapa 4 - Trabalhadores por conta própria (% por área)



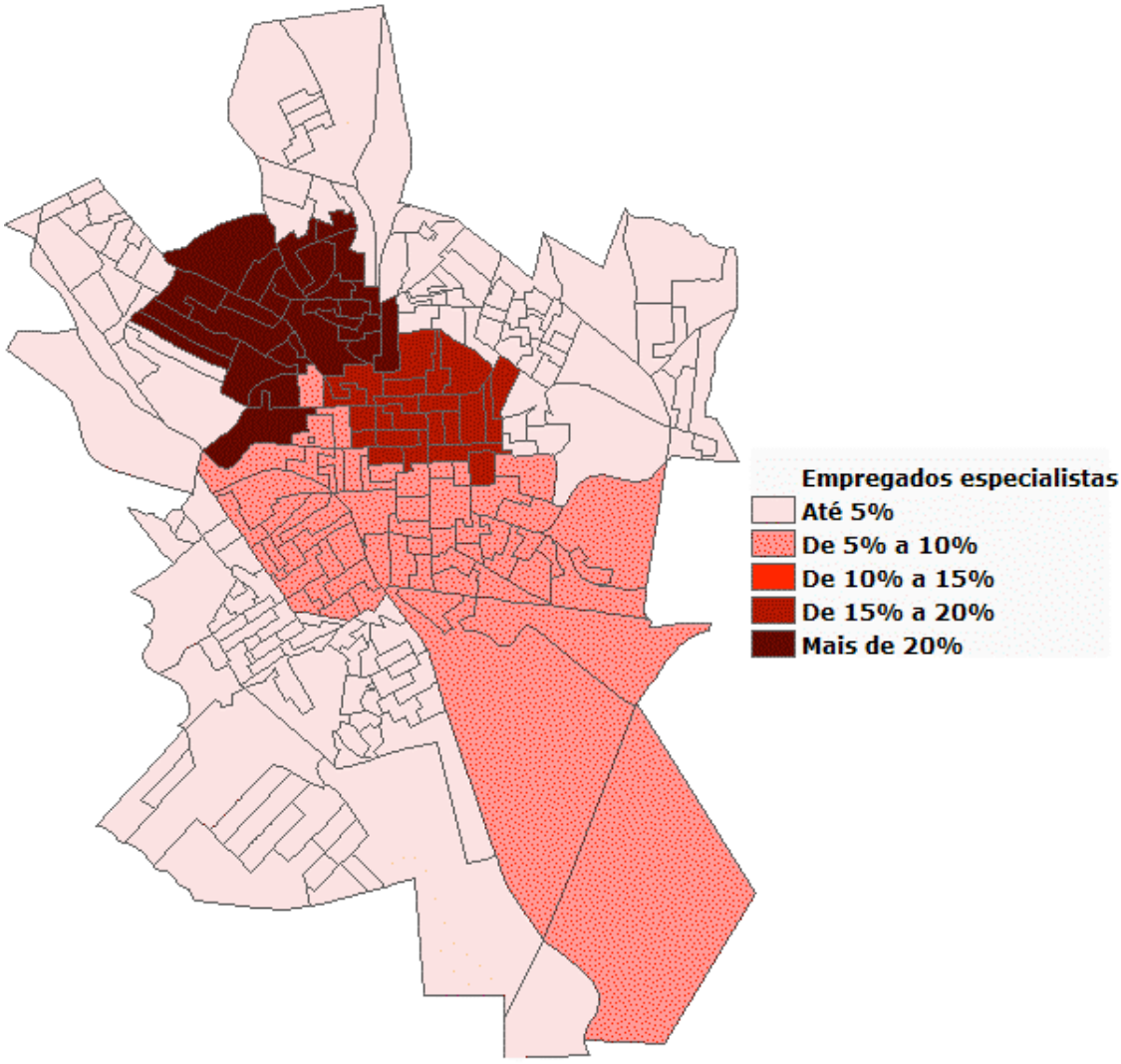
Mapa 5 - Especialistas autônomos (% por área)



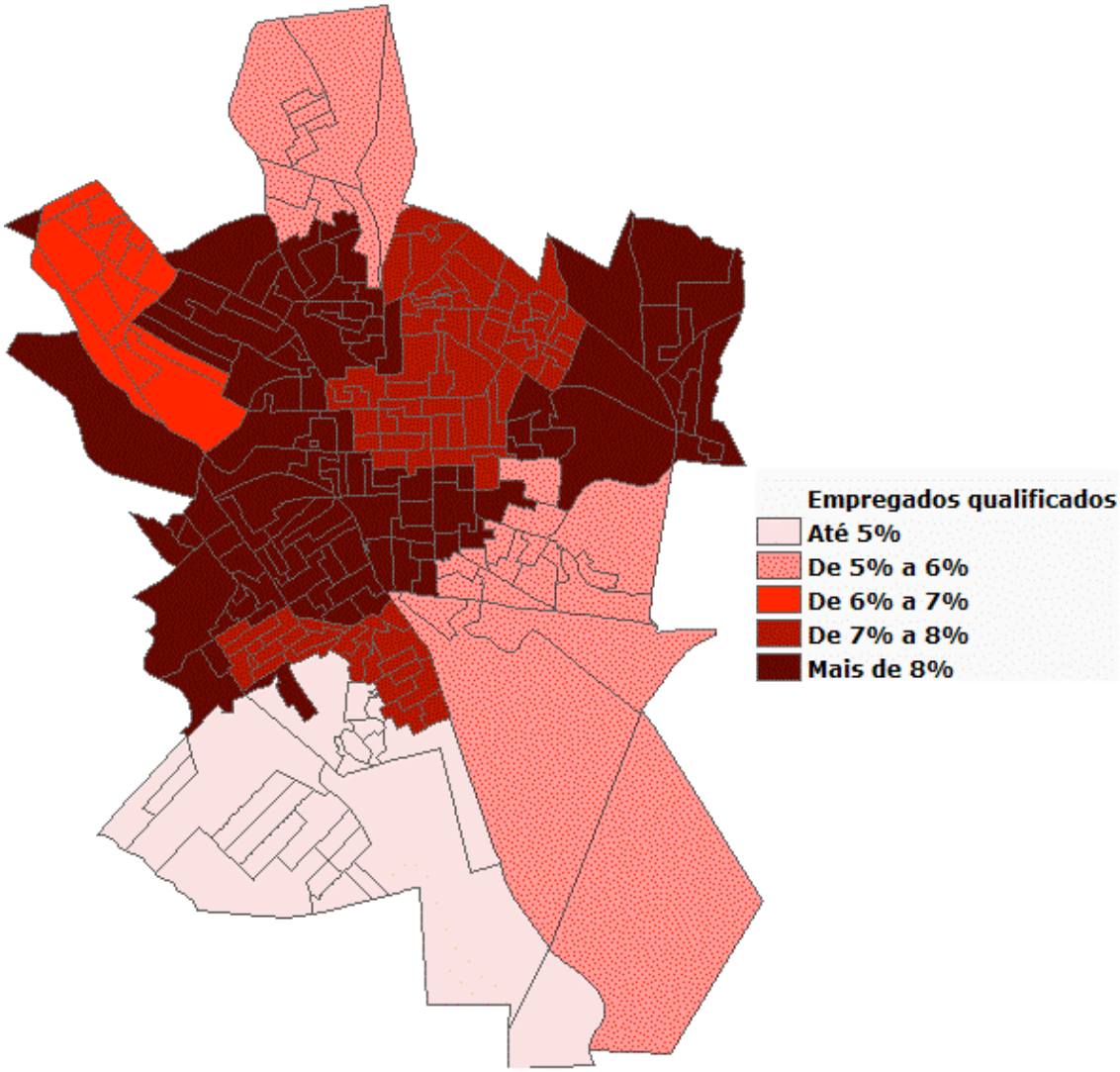
Mapa 6 - Gerentes (% por área)



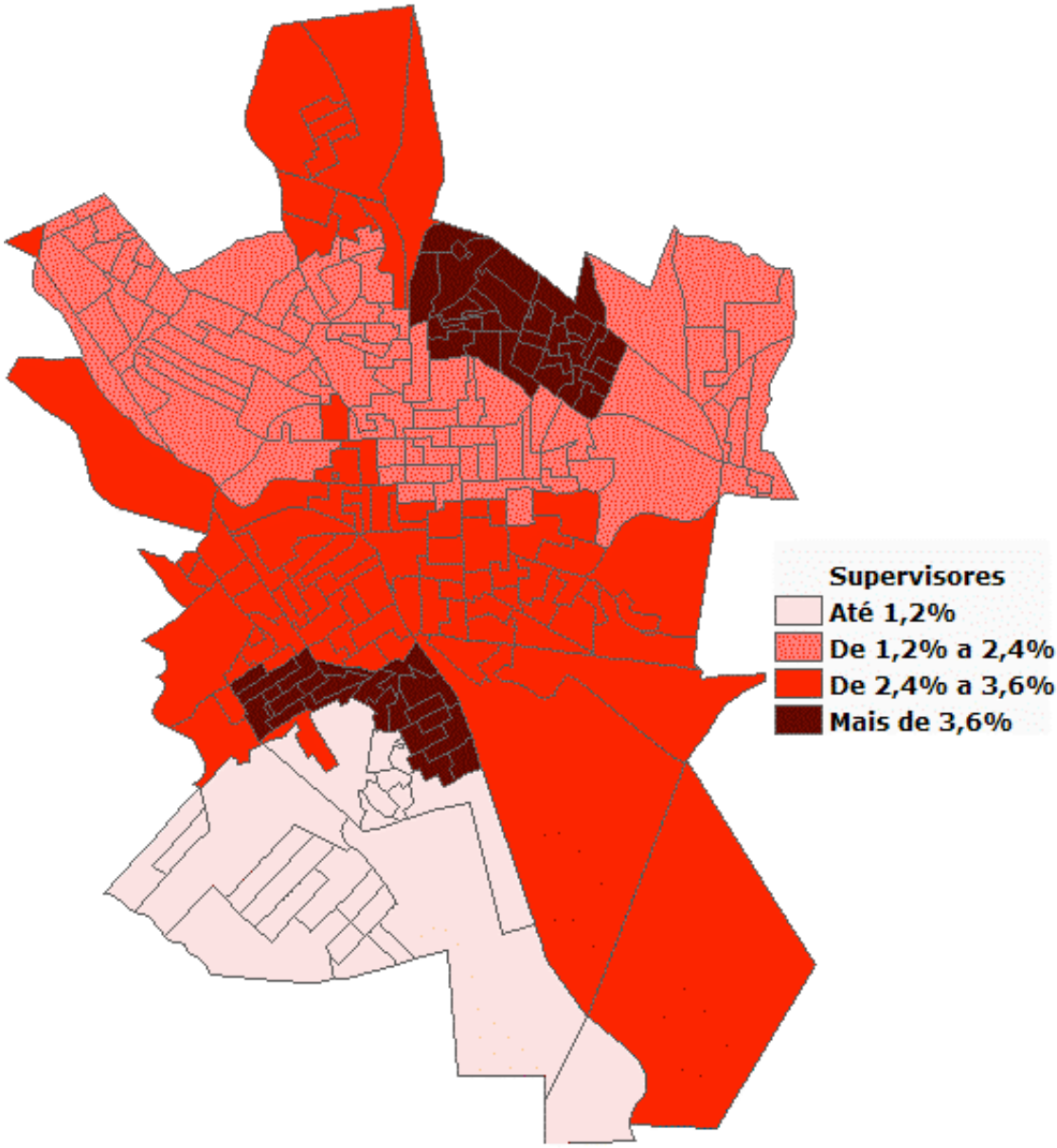
Mapa 7 - Empregados especialistas (% por área)



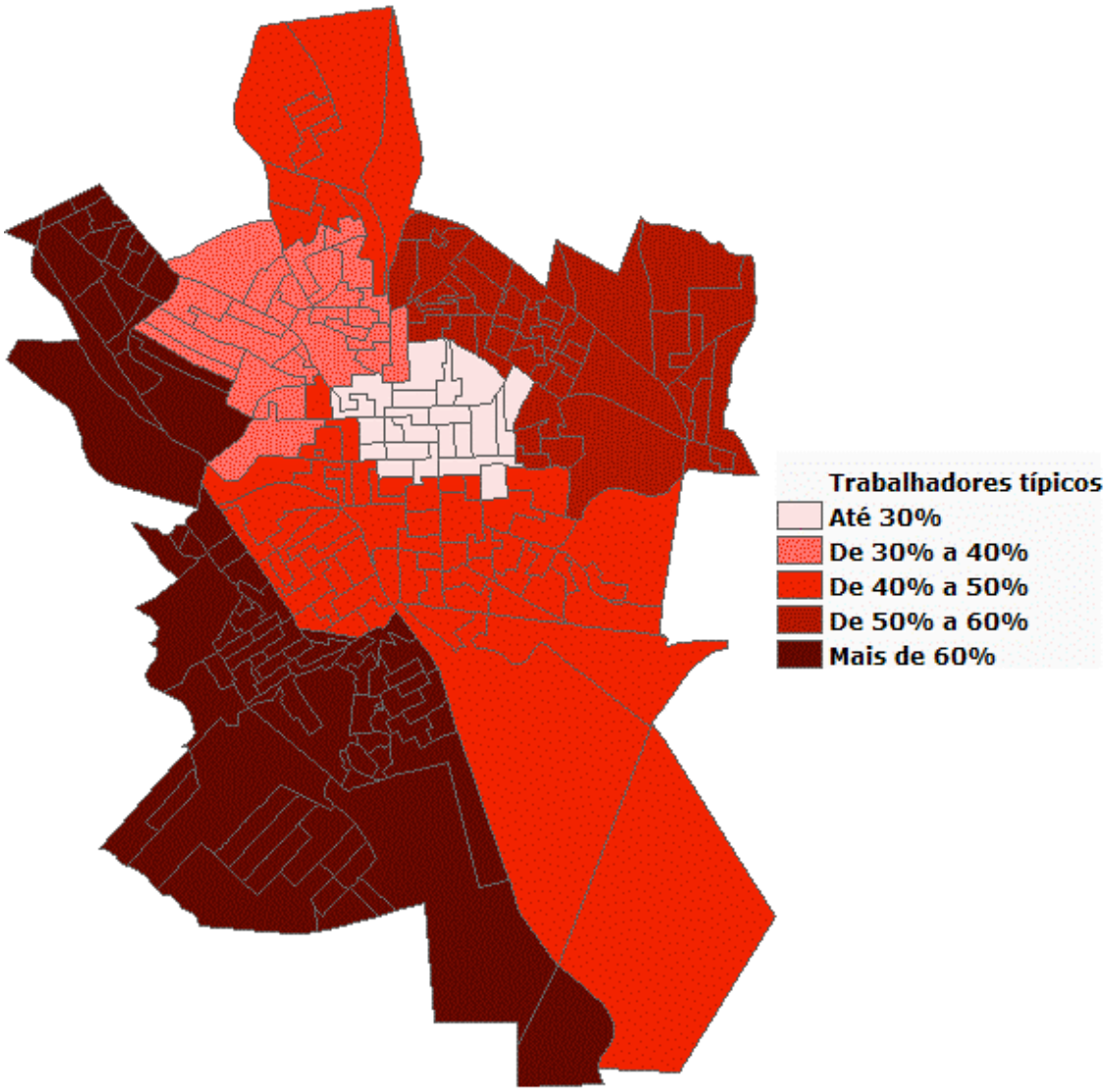
Mapa 8 - Empregados qualificados (% por área)



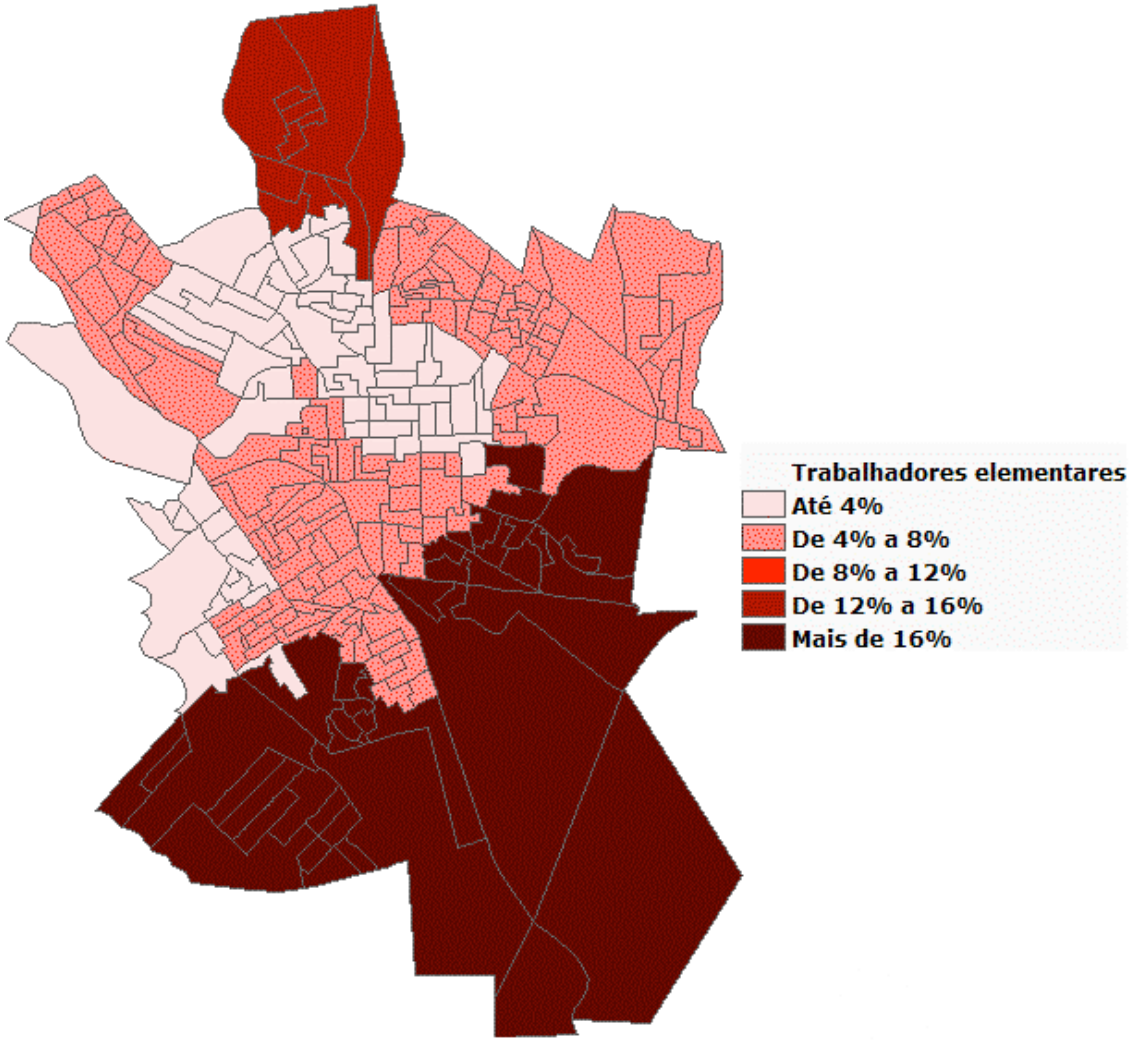
Mapa 9 - Supervisores (% por área)



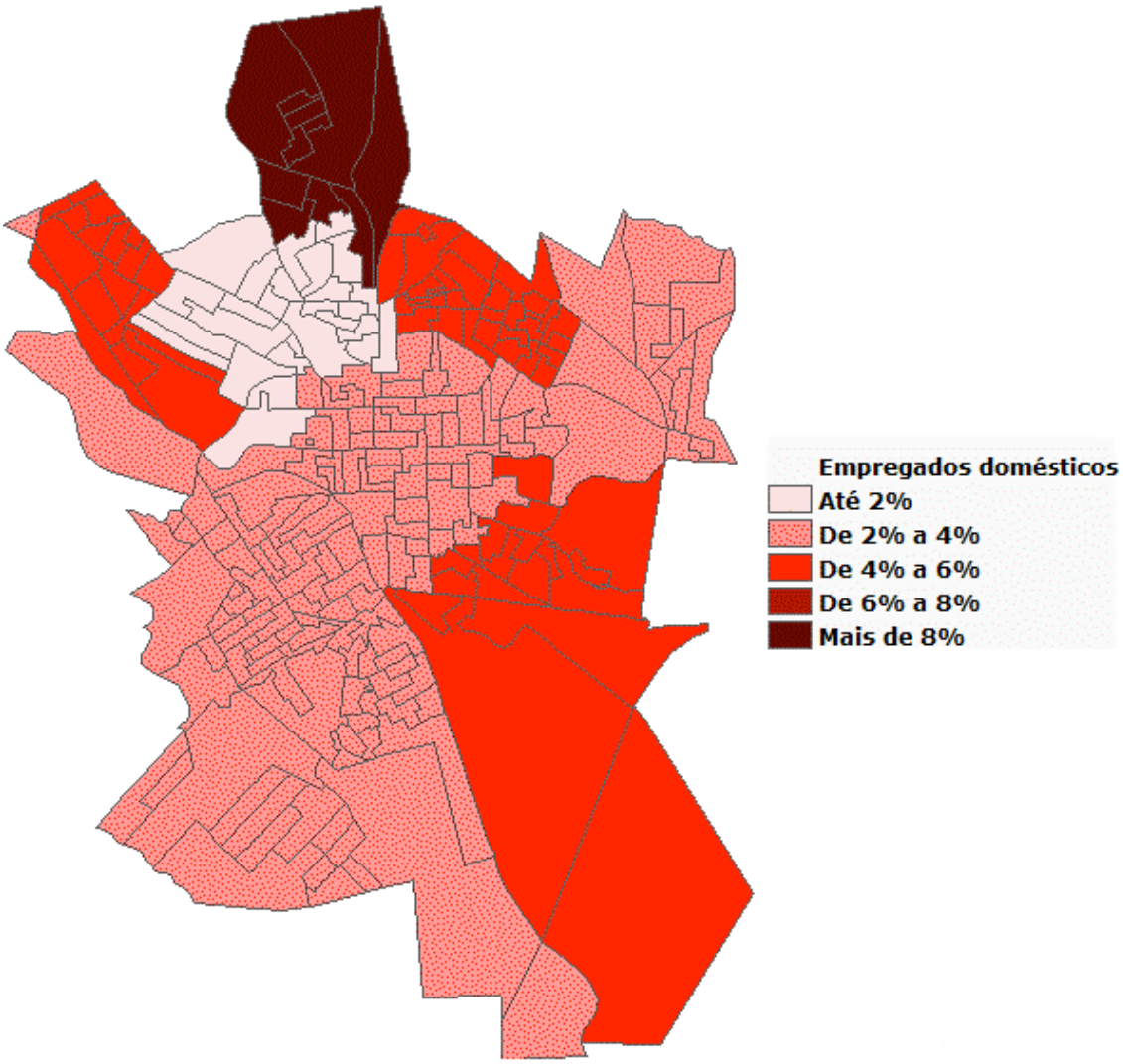
Mapa 10 - Trabalhadores típicos (% por área)



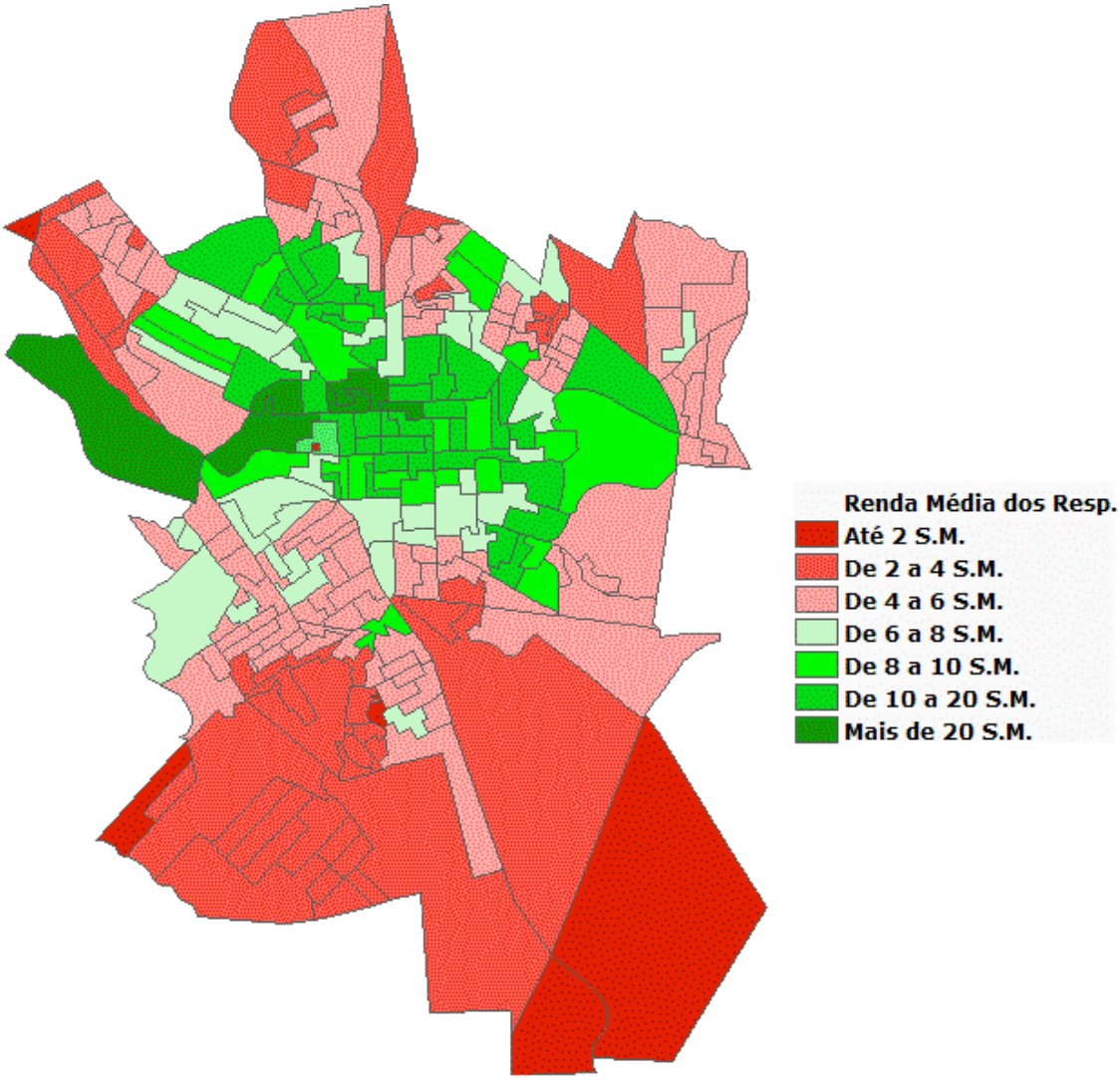
Mapa 12 - Trabalhadores elementares (% por área)



Mapa 13 - Empregados domésticos (% por área)



Mapa 14 - Renda média dos responsáveis pelos domicílios, por setor
(Em Salários Mínimos vigentes em Julho/2000)



ANEXO II – GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios de São Carlos, segundo posição de classe, por faixas (IBGE, 2000)

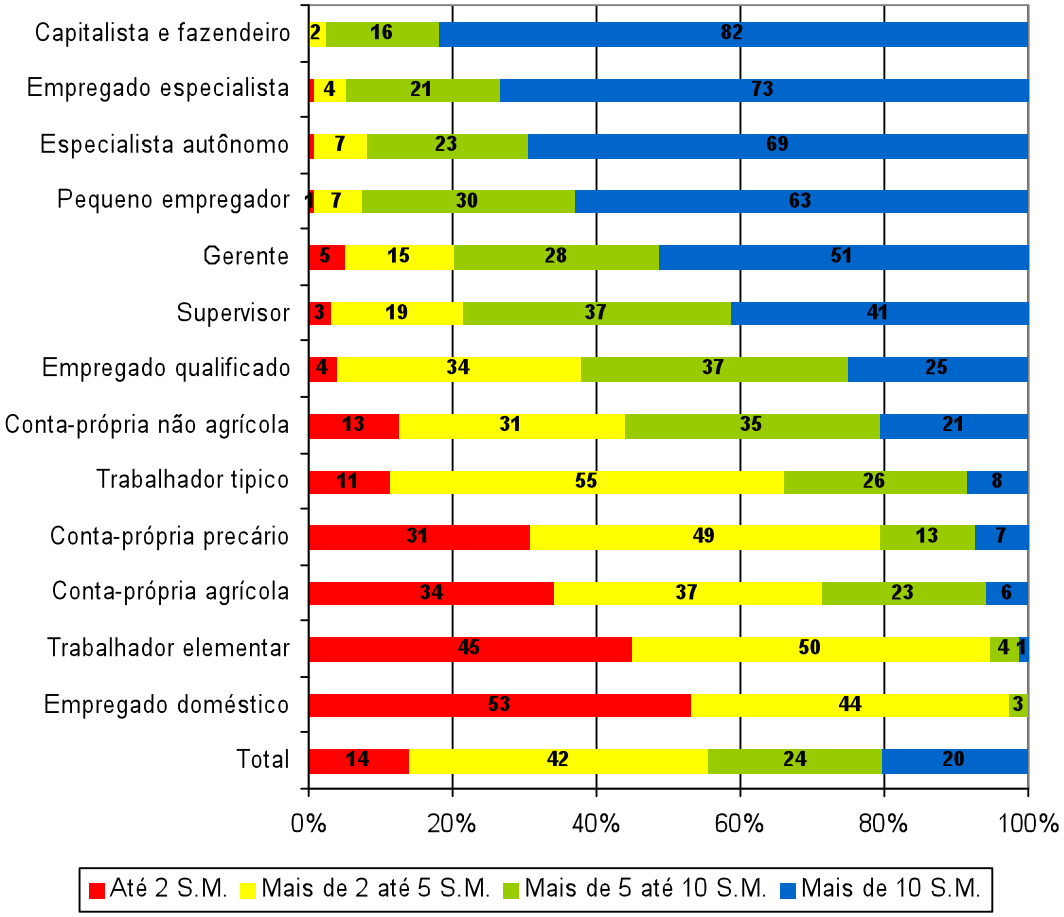
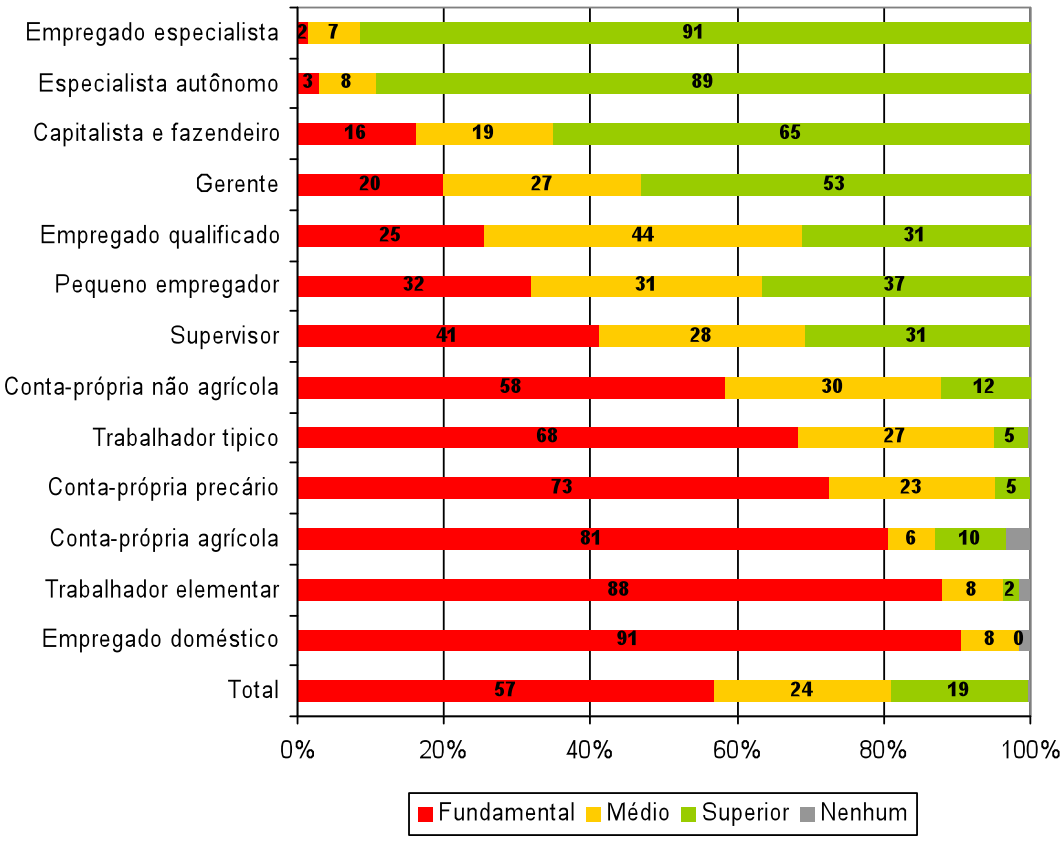


Gráfico 2 – Escolaridade dos responsáveis pelos domicílios de São Carlos, segundo posição de classe, por faixas (IBGE, 2000)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. "Hierarquias em classes: uma introdução ao estudo da estratificação social". In: _____ (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.13-50.

ALEXANDER, Jeffrey. *Twenty Lectures:* Sociological theory since World War II. New York: Columbia University Press, 1987.

ALEXANDER, Jeffrey. "O novo movimento teórico". Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.4, vol.2. São Paulo: Anpocs, junho/1987B.

ALEXANDER, Jeffrey. "A importância dos clássicos". In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. p.23-90.

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Márcio et al. *Classe média*: Desenvolvimento e crise. São Paulo: Editora Cortez, 2006. Coleção Atlas da Nova Estratificação Social, v.1.

BECKER, Howard. "Conferência: A Escola de Chicago". Revista Mana, n.2, v.2. São Paulo, 1996.

BERTONCELO, Edison R.. *Classes na teoria sociológica contemporânea*. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.67, 1° sem./2009.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção:* Crítica social do julgamento. São Paulo/ Porto Alegre: Edusp/ Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

_____. "Condição de classe e posição de classe". In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p. 51-76.

BREDEMEIER, Harry. "A teoria da troca". In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

BREEN, Richard. "Foundations of a neo-Weberian class analysis". In: WRIGHT, E. O. (org.). *Approaches to class analysis.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>. Acesso em: 11/05/2006.

COLLINS, Randall. *Four Sociological Traditions*. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1994.

CROMPTON, Rosemary. *Class and Stratification*. An Introduction to current debates. Cambridge: Polity Press, 2003, 2ª. Ed.

DAHRENDORF, Ralf. *Las classes sociales y su conflicto en la sociedad industrial.* Madrid: Ediciones Rialp S.A., 1962.

EDER, Klaus. *A nova política de classes.* Bauru: EDUSC, 2002.

EDGELL, Stephen. *Class.* London: Routledge, 1995.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ERIKSON, Robert & GOLDTHORPE, John. *The Constant Flux*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GERTH, H.H.; MILLS, C.W. "Introdução: o homem e sua obra". In: GERTH, H.H.; MILLS, C.W. (orgs). *Max Weber:* Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLDTHORPE, John. "Estratificação social na sociedade industrial". In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.225-253.

GOLDTHORPE, John H.; LLEWELLYN, Catriona & PAYNE, Clive. *Social mobility and class structure in modern Britain*. Oxford: Claredon Press, 1987.

GORDON, Milton M.. "The Warner School". In: *Social class in American sociology*. New York: McGraw-Hill, 1963. p. 124-165.

HATT, Paul. "Ocupação e estratificação social". In: AGUIAR, Neuma (org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. p.203-223.

HOMANS, George C.. "Behaviorismo e pós-behaviorismo". In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. p.91-126.

JOAS, Hans. "Interacionismo simbólico". In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. p.127-174.

MADGE, John. *The origins of scientific Sociology.* New York: The Free Press, 1962.

MANCUSO, Maria Inês Rauter. *A cidade na memória de seus velhos*: Estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. *O Manifesto Comunista.* Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. *O Capital.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. 12ª ed.

_____. "O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte". In: CIVITA, Victor (org.). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção Os Pensadores.

MILLS, C. Wright. *A nova classe média (White collar).* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MÜNCH, Richard. "A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese". In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. p.175-228.

OFFE, Claus. *Trabalho:* a categoria chave da sociologia?. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.10, v.4. São Paulo, jun/1989.

OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

PARSONS, Talcott. "Uma abordagem analítica para a teoria da estratificação social". In: AGUIAR, Neuma. *Hierarquias em classes.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974. pp. 144-166.

PARSONS, Talcott. *La estructura de la acción social.* Madrid: Guadarrama, 1968.

SALLAZ, Jeffrey; ZAVISCA, Jane. *Bourdieu in American sociology, 1980-2004*. Annual Review of Sociology, n.33, abr/2007. p.21-41.

SALLUM Jr., Brasílio. *Classes, cultura e ação coletiva.* Revista Lua Nova, n.65. São Paulo, 2005. p.11-42.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Uma classificação sócio econômica para o Brasil.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.58, v.20. São Paulo, jun/2005.

_____. *A teoria e a tipologia de classes neo-marxista de Erik Olin Wright.* Dados - Revista de Ciências Sociais, v.41, n.2. Rio de Janeiro, 1998. p.377-410.

_____. *Estrutura de posições de classe no Brasil.* Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Ed. UFMG/ IUPERJ, 2002.

SCALON, M. Celi. *Mobilidade social no Brasil:* Padrões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

SCOTT, John. "Status, community and prestige". In: *Stratification and power:* Structures of class, status and command. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC/SP. *Memórias do comércio*: Araraquara, São Carlos e região. São Paulo: Museu da Pessoa. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/memoriasdocomercio/comercio/home.htm#>. Acesso em: 01/06/2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A categoria 'estilo de vida' nas obras de Simmel e Bourdieu:* Uma aproximação sociológica. Idéias - Revista do IFCH/Unicamp, 7(2)/ 8(1). Campinas, 2000/2001. p.47-71.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria:* São Carlos (1850-1950). São Paulo/ São Carlos: Imprensa Oficial/ EdUFSCar, 2007.

WARNER, William Lloyd et alii. *Yankee City*: one volume, abridged edition. New Haven/ London: Yale University Press, 1963.

WEBER, Max. *Economia e sociedade:* Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília/ São Paulo: Editora Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de SP, 1999. 4ª ed. 2 vol.

WEININGER, Elliot. "Foundations of Bourdieu's class analysis". In: WRIGHT, Erik Olin (ed.). *Approaches to class analysis.* Cambridge University Press: 2005. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/> . Acesso em: 11/06/2006.

_____. "Classe, estamento e partido". In: GERTH, H.H.; MILLS, C.W. (orgs). *Max Weber:* Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina:* A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WRIGHT, Erik Olin. "Class". In: BECKERT, J.; ZAFIROFSKY, M. (eds). *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London: Routledge, 2006. p.62-68.

_____. "Foundations of a neo-Marxist class analysis". In: _____ (org.). *Approaches to class analysis.* Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em <http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>. Acesso em: 11/05/2006.

_____. *Class counts*: Comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2000 (Student Edition).

_____ . "Rethinking, once again, the concept of class structure". In: _____ (org.). *The debate on classes*. London: Verso, 1989.

_____. *Classe, crise e o Estado.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Bases de dados consultadas

IBGE, *Produção Agrícola Municipal 2006; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007A

IBGE, *Cadastro Central de Empresas 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007B

INEP/MEC. *Sinopses estatísticas da Educação Superior, 2006.* Disponível em: <http://www.inep.gov.br >. Acesso em: 24/06/2008.

IPEA; FADE-UFPE; CEF. SIMBRASIL: Sistema de Informações Sócio-Econômicas dos Municípios Brasileiros, 1991-2003 (Banco de dados). Recife, 2004. In: Consórcio de Informações Sociais, 2005. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em 01/06/2008.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo